



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

AMÊ FONTES SARTÓRIO

**A TRANSFORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL SOBRE A
TRANSGENERIDADE
Um Estudo De Minorias Ativas**

VITÓRIA - ES

2025

AMÊ FONTES SARTÓRIO

**A TRANSFORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL SOBRE A
TRANSGENERIDADE**

Um Estudo De Minorias Ativas

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da
Universidade Federal do Espírito Santo, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho

VITÓRIA - ES

2025

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S251t Sartório, Amê Fontes, 1994-
A Transformação do pensamento social sobre a
transgeneridade : um estudo de minorias ativas / Amê Fontes
Sartório. - 2025.
(recurso não paginado). : il.

Orientadora: Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. transgeneridade. 2. minorias ativas. 3. normas de gênero.
4. representações sociais. 5. themata. I. Coutinho, Sabrine
Mantuan dos Santos. II. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

Amê Fontes Sartório

“A TRANSFORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL SOBRE A TRANSGENERIDADE – UM ESTUDO DE MINORIAS ATIVAS”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em 27 de junho de 2025.

Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **SABRINE MANTUAN DOS SANTOS COUTINHO**
Data: 27/06/2025 16:12:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Sabine Mantuan dos Santos Coutinho
Orientadora e Presidente da Sessão - UFES

Documento assinado digitalmente
 **THIAGO RAFAEL SANTIN**
Data: 01/07/2025 10:17:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Thiago Rafael Santin
Examinador Externo - UEMA

Documento assinado digitalmente
 **INGRID FARIA GIANORDOLI NASCIMENTO**
Data: 02/07/2025 08:08:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ingrid Faria Gianordoli Nascimento
Examinadora Externa - UFMG

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, aos meus pais Aurio Sartório Junior e Ivomara Trindade Fontes Sartório. Agradeço pelo pensamento crítico, pela criação que me instigou a aprender, questionar e buscar por aquilo que faz sentido à minha existência. Agradeço também por todo amor, carinho, e apoio mútuo ao longo dessa jornada, por todo suporte, pelas longas conversas e debates, pelos conselhos e pela escolha diária em nos celebrar como somos, com toda a admiração e respeito que cultivamos ao longo dos anos.

Agradeço imensamente à Victoria Santana e Matheus Leone. Eu não teria conseguido finalizar esse processo sem a presença constante, os *meets* produtivos, as trocas e as escutas. Com certeza eu também não estaria onde estou hoje sem as piadas, conselhos e a companhia que preenchem nossos dias, mesmo com alguns quilômetros de distância. Seguimos escorados uns nos outros, como as escadas que somos. Agradeço também à Francisco Sena, companheiro da vida desde o primeiro dia da graduação, por todas as trocas e momentos, e por aquela sementinha que brotou durante aquele trabalho da disciplina de introdução de antropologia e que hoje se tornou amor e presença.

Agradeço à Indianara Pereira de Melo por caminhar ao meu lado, ofertando um espaço que me é muito precioso, além da referência de postura, ética e empatia que sempre encontro em nossos momentos juntos.

Agradeço especialmente ao meu companheiro Rafael Brinco Ferreira. Agradeço pelo suporte, pelo amor, pela paciência, pela abertura. Pelos almoços preparados com carinho quando eu só tinha energia para escrever e trabalhar, pela atenção imensurável que sempre me disponibilizou quando eu só conseguia falar de teoria das minorias ativas e pela construção de uma parceria que me fez e faz um bem enorme todos os dias.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo e aos docentes que contribuíram para a minha formação durante esses dois

anos. Agradeço, principalmente, à minha orientadora Sabrine Mantuan dos Santos Coutinho, por toda confiança e por todo o conhecimento compartilhado, por me incentivar a seguir com os temas do meu interesse e por toda a disponibilidade em refletir junto comigo as possibilidades que essa pesquisa se desdobra.

Agradeço, por fim, à todas as pessoas trans, não binárias, não conformes de gênero, *queers*, travestis, boycetas, que existem e resistem no Brasil. Só consigo expressar meu mais profundo respeito por todes que se lutam, tensionam e seguem criando realidades em que possamos ser nós, realidades em que é possível realizar pesquisas como a que aqui se encontra.

Resumo

Os fenômenos da transgeneridade e da cisgeneridade levantam questões relevantes no Brasil contemporâneo. Ambos possuem características específicas, formuladas dentro das normas sociais do país, e se inserem em uma dinâmica intergrupal em que a cisgeneridade se alinha à norma vigente, enquanto a transgeneridade representa uma norma alternativa nas compreensões de gênero. Esta pesquisa teve como objetivo analisar se e como ocorre a inovação social referente à transgeneridade no Brasil, considerando as redes sociais como campos de interação relevantes. Os objetivos específicos incluíram: identificar eventos que delineiam a inovação social, por meio da análise de postagens no Instagram do Ministério da Cidadania e dos Direitos Humanos; verificar elementos de representação social e thematas em comentários nessas postagens; e analisar os dados à luz da teoria das minorias ativas. O Estudo 1 abordou conteúdos associados à mudança no pensamento social sobre a transgeneridade. O Estudo 2 analisou os comentários das mesmas postagens, buscando elementos representacionais, antinomias e thematas. Os resultados evidenciam a emergência de normas alternativas de gênero representadas por um estilo comportamental consistente entre pessoas trans. Essa emergência gera tensões representacionais, manifestadas por discursos conflitantes entre diferentes recortes grupais. A polarização nos comentários sugere que a transformação do pensamento social não ocorre de forma linear ou consensual, mas como um processo em andamento, ainda embrionário e permeado por tensões cognitivas e afetivas.

Palavras-chave: transgeneridade, minorias ativas, normas de gênero, representações sociais, themata

Abstract

The phenomena of transgender and cisgender identities raise significant issues in contemporary Brazil. Both possess specific characteristics shaped by the country's social norms and are embedded in an intergroup dynamic in which cisgender identity aligns with the prevailing norm, while transgender identity represents an alternative understanding of gender. This research aimed to analyze whether and how social innovation regarding transgender identity occurs in Brazil, considering social media as relevant fields of interaction. The specific objectives included: identifying events that delineate social innovation through the analysis of Instagram posts from the Ministry of Citizenship and Human Rights; identifying elements of social representation and themata in the comments on those posts; and analyzing the data through the lens of the theory of active minorities. Study 1 addressed content related to changes in social thinking about transgender identity. Study 2 analyzed the comments on the same posts, seeking representational elements, antinomies, and themata. The results highlight the emergence of alternative gender norms, represented by a consistent behavioral style among trans people. This emergence generates representational tensions, manifested in conflicting discourses among different social groups. The polarization observed in the comments suggests that the transformation of social thinking does not occur in a linear or consensual manner, but as an ongoing process that is still embryonic and marked by cognitive and affective tensions.

Keywords: transgender identity, active minorities, gender norms, social representations, themata

Lista de Tabelas

Tabela 1 - <i>Postagens selecionadas para o estudo 1</i>	37
Tabela 2 - <i>Grelha categorial referente ao tema “orientações”</i>	40
Tabela 3 - <i>Grelha categorial referente ao tema “narrativas”</i>	42
Tabela 4 - <i>Grelha categorial referente ao tema “práticas”</i>	44
Tabela 5 - <i>Quantidade de categorias, subcategorias, temas e unitarizações</i>	51
Tabela 6 - <i>Classe 1 – direitos e políticas públicas</i>	68
Tabela 7 - <i>Classe 2 – saúde, política e corpo</i>	69
Tabela 8 - <i>Classe 3 – compreensões normativas de gênero</i>	71
Tabela 19 - <i>Vocábulo policial</i>	85
Tabela 10 - <i>Vocábulo direito – tipos de comentários desfavoráveis às postagens</i>	87
Tabela 11 - <i>Vocábulo direito – tipos de comentários favoráveis às postagens</i>	93
Tabela 12 - <i>Vocábulo esquerda</i>	94
Tabela 13 - <i>Vocábulo saúde – tipos de comentários desfavoráveis às postagens</i>	99
Tabela 14 - <i>Vocábulo dengue – tipos de comentários desfavoráveis às postagens</i>	103
Tabela 15 - <i>Vocábulo lacração – tipos de comentários desfavoráveis às postagens</i>	109
Tabela 16 - <i>Vocábulo sexo – tipos de comentários desfavoráveis às postagens</i>	113
Tabela 17 - <i>Vocábulo sexo – tipos de comentários favoráveis, ambíguos e outros às postagens</i>	118
Tabela 18 - <i>Antinomias relacionadas a compreensões de gênero identificadas na classe 3</i>	120

Lista de Figuras

Figura 1 - Dendrograma das classes	67
Figura 2 - Tipos de comentários	72
Figura 3 - Análise fatorial de correspondência – projeção das formas no plano fatorial	73
Figura 4 - Temáticas nos eixos do gráfico de AFC	75
Figura 5 – Triades dialógicas em análise	79

Sumário

1. Introdução	10
1.1 Por que estudar transgeneridade, pensamento social e minorias ativas?.....	10
1.2 Os conceitos de Transgeneridade e Cisgeneridade	14
1.3 O Conceito de Gênero.....	15
1.3.1 Compreensões acadêmicas do conceito de gênero.....	16
1.3.2 Gênero e transgeneridade na história.....	17
1.3.3 Transgeneridade na contemporaneidade	19
1.4 Referencial Teórico	21
1.4.1 A Teoria das Minorias Ativas	21
1.4.2 A Teoria das Representações Sociais e suas contribuições para pensar o fenômeno da transgeneridade	28
1.4.3 Os impactos da cibercultura no pensamento social e o Instagram como campo de produção, manutenção e transformação de RS.....	30
1.5 Objetivos	31
1.5.1 Objetivo Geral	31
1.5.2 Objetivos Específicos.....	32
2. Método	32
2.1 Estudo 1.....	32
2.1.1 Fonte de Dados.....	32
2.1.2 Processamento de coleta e análise de dados	32
2.2 Estudo 2.....	33
2.2.1 Fontes de Dados.....	34
2.2.2 Procedimentos de Coleta de Dados e Análise de Dados.....	34
2.3 Articulando os resultados dos estudos I e II.....	35

3. Estudo 1.....	37
3.1 Apresentação de resultados do Estudo 1.....	37
3.1.1 Descrição das categorias.....	47
3.2 Análise dos resultados.....	51
3.3.1 “Falando que a gente vai diminuir o preconceito”: Categoria Orientações... 	55
3.3.2 “Agora eles veem que eu sou eu mesmo”: Categoria Narrativas	59
3.3.3 “Estar na gestão pública é fazer reparação histórica”: Categoria Práticas....	61
4. Estudo 2.....	66
4.1 Apresentação de resultados do Estudo 2.....	66
4.2 Análise dos resultados.....	75
4.2.1 Representações sociais, Polifasia Cognitiva e Thematas	75
4.2.2 Classe 1 – Direitos e Políticas Públicas – Themata Justiça/Injustiça	83
4.2.3 Classe 2 – Saúde, Política E Corpo – Themata Visibilidade/Invisibilidade.....	99
4.2.4 Classe 3 – Compreensões Normativas De Gênero – Existência/Anulação ...	113
5. Articulação entre estudos 1 e 2	124
5.1. Atores, espaços e eventos emergentes	127
5.2 Análise comparativa entre os Estudos 1 e 2: o conflito.....	130
5.3 A conjuntura macroestrutural: polarização política	134
6. Considerações Finais	138
7. Referências Bibliográficas.....	140

1. Introdução

1.1 Por que estudar transgeneridade, pensamento social e minorias ativas?

A presente pesquisa surgiu a partir de indagações acerca da compreensão de pessoas cisgênero sobre a população trans no Brasil. Mais especificamente, a pergunta condutora desta pesquisa é se e como existe a influência social do recorte grupal de pessoas transgênero para com pessoas cisgênero no Brasil atual. Leva-se em consideração que há, efetivamente, mudanças sociais em favor dos direitos da população transgênero em diversos campos sociais, sem, no entanto, haver uma verificação de quais processos psicossociais estão acontecendo frente a tais mudanças, principalmente no que tange a dinâmica intergrupal de pessoas cisgênero e pessoas transgênero no Brasil contemporâneo.

As temáticas envolvidas na pergunta primária a esta investigação promovem a observação e reflexão sobre questões importantes para a garantia de direitos de um recorte populacional historicamente marginalizado e estigmatizado, com consequências sociais gravíssimas, como os altos índices de assassinatos registrados anualmente. Compreender de que forma se estabelecem processos de grupo que envolvem as populações transgênero e cisgênero, no Brasil, é contribuir para o conhecimento científico acerca destas populações. Além disso, entende-se que o conhecimento produzido sobre as questões levantadas podem ser utilizados a favor da construção de políticas públicas para a população trans, bem como uma maior compreensão de processos de opressão e preconceito que se estabelecem na dinâmica grupal dos recortes supracitados, potencialmente gerando contribuições importantes para temas como: tipos de discriminação e preconceito contra a população trans, linchamentos virtuais, crimes de ódio que acontecem em ambiente virtual, entre outros fenômenos relacionados aos temas cada vez mais comuns na sociedade brasileira atual.

Visando analisar como os fenômenos da transgeneridade e da cisgeneridade comparecem nas produções da psicologia social brasileira e, mais especificamente, verificar a

utilização da teoria das minorias ativas como base para análise destes fenômenos, como primeira etapa para construção deste projeto foi realizada revisão de literatura narrativa. Justifica-se a escolha deste tipo de revisão a partir da compreensão de que a revisão de literatura narrativa é um método de análise que abrange de forma ampla a temática a ser pesquisada (Rother, 2007). Como se trata de uma revisão de caráter qualitativo, que foca na interpretação e análise crítica das publicações encontradas, a revisão narrativa se caracteriza como menos restrita ao rigor metodológico necessário aos outros métodos de revisão de literatura.

Trabalhos que desenvolveram pesquisas e aspectos teóricos com o tema da transgeneridade são encontrados em larga escala, situando-se em diversas áreas e teorias das ciências humanas e da saúde. Contudo, o levantamento acerca das publicações relacionando tal tema à teoria das minorias ativas trouxe à tona uma pequena quantidade de trabalhos publicados no Brasil. Diante desta disparidade quantitativa em relação aos aspectos teóricos a serem abordados e o recorte grupal a ser analisado, refletiu-se que seria incoerente a utilização de outros métodos de revisão com tais quantidades díspares de dados a serem analisados. Com o objetivo de abranger temáticas e teorias tangenciáveis à teoria das minorias ativas, realizando critérios específicos que serão explicados ao longo do texto, a revisão de literatura narrativa mostra-se adequada ao presente estudo na medida em que possibilita verificar as produções sobre o tema e permite diferentes estratégias de buscas e pontos de discussão que contemplem apropriadamente os objetivos da pesquisa.

As bases de dados utilizadas para a realização deste estudo foram SciELO (Scientific Electronic Library Online / Biblioteca Científica Digital Online) e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). Inicialmente, foram definidas as palavras chaves *transgeneridade* e *minorias ativas* para realização de busca nas bases de dados, bem como o termo *transexualidade* como sinônimo relevante, e utilizando os operadores booleanos na seguinte estrutura:

“transgeneridade *OR* transexualidade *AND* minorias ativas”. Foram encontrados no total apenas quatro artigos.

Devido ao número reduzido de artigos encontrados, refletiu-se a necessidade de buscar nas respectivas bases de dados as palavras chaves “minorias ativas” apenas, para uma compreensão comparativa dos resultados. Desta forma, após aplicação de filtros (resultados em português e exclusão de resultados duplicados), finalizou-se esta segunda busca com o total de 10 artigos, sendo que 3 artigos neste segundo grupo foram encontrados na pesquisa anterior. Em resumo, as duas primeiras buscas resultaram em um total de 11 artigos não repetidos.

Em seguida, aplicou-se a mesma lógica ao pesquisar as palavras chaves “transgeneridade *OR* transexualidade” em ambas as bases de dados. Foram encontradas 103 resultados após a aplicação de filtros (resultados em português, coleção: brasil, assunto principal: psicologia e exclusão de resultados duplicados). Vale ressaltar a importância da aplicação dos supracitados filtros nesta pesquisa devido à grande abrangência das palavras chaves definidas neste ponto da pesquisa.

Realizou-se a leitura do título e do resumo dos 114 artigos utilizando critérios de inclusão e exclusão para a seleção de artigos relevantes aos objetivos da presente revisão de literatura. Os critérios de inclusão delimitados foram: temáticas envolvendo o campo de estudos da psicologia social (optou-se por incluir o recorte das representações sociais e demais possíveis campos de análise que envolvem os desdobramentos teóricos iniciados por Moscovici); estudos relacionados ao fenômeno da transgeneridade e/ou da população LGBTQIA+¹ enquanto coletivo com aspectos históricos e políticos relevantes para a compreensão de suas normas sociais. Quanto aos critérios de exclusão, delimitou-se que seriam excluídos os artigos que possuísem a aproximação ao tema da transgeneridade a

¹ Respectivamente: lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, *queers*, intersexo, assexuais.

partir de uma área ou abordagem teórica específica, não envolvendo o campo de estudos da psicologia social. Também foi utilizado como critério de exclusão pesquisas abordando questões relacionadas a processos de saúde física e/ou mental específicos da população trans, como por exemplo artigos relacionados aos procedimentos afirmativos de gênero da população.

Após avaliação dos 114 artigos a partir dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, chegou-se ao número de 26 artigos. Este resultado, vale ressaltar, inclui ainda de forma bastante ampla uma gama de pesquisas, em sua maioria envolvendo a teoria das representações sociais e algum recorte do público LGBTQIA+, bem como conceitos fundamentais para tal teoria, tais como normas e influência social. Destaca-se, principalmente, que apenas um artigo relaciona-se diretamente com o tema proposto neste projeto de pesquisa, de nome Ações Ciberativistas LGBTQIA+ no YouTube: Identidades e Minorias Ativas (Barreira & Maia, 2022). De caráter qualitativo e exploratório, esta pesquisa propôs a análise do fenômeno de cyberativismo verificado na presença virtual de quatro pessoas do recorte grupal da população LGBTQIA+, sendo portanto um trabalho que analisa a produção de influência social a partir deste recorte grupal minoritário.

A partir da revisão de literatura, é possível concluir que existe uma escassez marcante de produções acadêmicas no Brasil que utilizam o arcabouço teórico desenvolvido por Serge Moscovici sobre a psicologia das minorias ativas e, até onde foi possível verificar, inexistente no que se trata da utilização desta teoria para análise de processos psicossociais que envolvem os recortes populacionais da transgeneridade e da cisgeneridade. Conclui-se que o desenvolvimento da presente pesquisa constrói também uma perspectiva singular sobre os temas, contribuindo para a produção acadêmica brasileira da psicologia social bem como aos estudos dos fenômenos da transgeneridade e da cisgeneridade, além de contribuir para o desenvolvimento da Teoria das Minorias Ativas e da Teoria das Representações Sociais,

utilizadas como lente de análise na pesquisa a ser realizada.

A seguir, serão abordadas as temáticas que permeiam a construção do texto. O primeiro tópico refere-se à compreensão dos conceitos de transgeneridade e cisgeneridade e a justificativa para a utilização desses termos no projeto. Em seguida, aborda-se as compreensões do conceito de gênero em diferentes perspectivas acadêmicas, tais quais a antropologia, história, a psicologia e a filosofia, seguidos de considerações específicas referentes à transgeneridade em seus aspectos históricos e conceituais. Por conseguinte, é realizado um levantamento inicial de eventos relevantes para a transformação do pensamento social sobre a população transgênero na contemporaneidade. Em se tratando dos aspectos teóricos, apresenta-se a teoria das Minorias Ativas e a teoria das Representações Sociais, que irão, complementarmente, orientar as análises e discussões realizadas pela pesquisa, finalizando com considerações sobre a utilização de redes sociais como meio de coleta de dados para pesquisa.

1.2 Os conceitos de Transgeneridade e Cisgeneridade

A princípio, para compreender os fenômenos grupais relacionados à população transgênero e à população cisgênero, no Brasil, é primordial delimitar as definições conceituais relacionadas aos temas em questão. Em uma primeira definição, nas palavras de Jesus (2012, p. 10/41):

É importante destacar que, em termos de gênero, todos os seres humanos podem ser enquadrados (com todas as limitações comuns a qualquer classificação) como transgênero ou “cisgênero”. Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. Como já foi comentado anteriormente, nem todas as pessoas são assim, porque, repetindo, há uma diversidade na identificação das pessoas com algum gênero, e com o que se considera próprio desse gênero. Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não

são identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans.

Percebe-se que, no parágrafo acima, a autora reforça a compreensão de que todos os seres humanos podem ser classificados enquanto pessoas transgênero ou cisgênero. A definição acima é a mais aceita atualmente nos âmbitos políticos e teóricos sobre a temática, sendo, portanto, um ponto de partida para que se estabeleça os recortes populacionais a serem trabalhados à luz do arcabouço teórico da psicologia social e, mais especificamente, das minorias ativas. Os termos “transgeneridade” e “cisgeneridade” também são utilizados, sendo justificada a sua utilização a partir da compreensão linguística explicada por Pezatti (1990), na qual expõe que o sufixo“-dade” forma substantivos abstratos que designam uma qualidade, um modo de ser, bem como empresta ao substantivo o traço de coletivo. É relevante observar que o sufixo conferido aos termos “transgeneridade” e “cisgeneridade” denota uma dimensão de coletivo que ultrapassa a formação de grupo em si. Ao utilizar tais substantivos, estão sendo evocadas as dimensões estruturais de ideias, temáticas, práticas, eventos, epistemologias, representações e visões de mundo que permeiam tais populações.

Em outras palavras, pode-se compreender que o termo cisgeneridade se refere ao universo simbólico compartilhado por pessoas cisgênero, enquanto a transgeneridade se refere a todo o universo simbólico compartilhado por pessoas transgênero. Estes são, portanto, os termos que são utilizados ao longo do presente trabalho, bem como seus respectivos recortes populacionais: pessoas trans e pessoas cis.

1.3 O Conceito de Gênero

Após localizar conceitualmente o recorte populacional de pessoas transgênero e de pessoas cisgênero, torna-se necessário abordar a conceituação de gênero como um todo, com o objetivo de compreender como tais fenômenos ocorrem e onde estão localizados histórico e culturalmente.

1.3.1 Compreensões acadêmicas do conceito de gênero

A noção de gênero perpassa diversas áreas do conhecimento, sendo objeto de profunda análise científica e de compreensões distintas ao longo da história, modificada conforme diferentes perspectivas e entendimentos do que é indivíduo, bem como cultura e sociedade. Margaret Mead, antropóloga cultural norte-americana, publicou nos anos 1930 o livro *Sexo e Temperamento*, inaugurando uma vertente de análise que é chamada habitualmente na contemporaneidade de “construção cultural do gênero”, tendo como ponto de partida a constatação de que “mulher” e “homem” são entidades distintas, variáveis em relação ao conteúdo através das sociedades (Segato, 1998).

A historiadora norte-americana Joan Scott escreveu o texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995), marcando a produção acadêmica ocidental que utiliza o termo gênero. Scott debruça-se sobre o conceito, analisando as principais tradições teóricas, seus limites e possibilidades, para, por fim, afirmar que as relações de gênero são relações de poder, nas quais cada grupo cultural “dramatiza” o binarismo sexual (Toneli, 2012). Esta “dramatização” pode ser interpretada como os valores, categorias e papéis que cada cultura ou grupo social vai compreender nas dimensões binárias “homem” e “mulher”. Este binarismo torna a compreensão de gênero presa à lógica de que há uma absoluta diferença entre homens e mulheres, bem como uma absoluta igualdade em todas as mulheres. A lógica igualdade/diferença denuncia uma compreensão utilizada em âmbitos políticos, científicos e discursivos de um determinismo biológico, algo fixo e imutável que diferencia as duas categorias entre si e iguala todos os elementos que estão dentro das categorias. Scott (1995) defende a desconstrução desta oposição binária, compreendendo que há igualdades que residem nas diferenças. Mulheres, assim como homens, diferenciam-se entre si enquanto à origem de classe, raça/etnia, geração, comportamento, subjetividade, sexualidade, dentre outras muitas instâncias, o que leva a autora à defesa da tese da diferença múltipla em

contraponto da diferença binária.

Os desdobramentos teóricos que vieram a partir de discussões como de Scott tornaram possível o nascimento de teorias que vão abordar os estudos sobre gênero através de perspectivas que se distanciam das apreensões fixas e biologicamente deterministas. Em seu livro *Problemas de Gênero* (Butler, 2003), a filósofa Judith Butler debruça-se nesta problemática. Os conceitos de sexo e gênero, amplamente utilizados na academia com o propósito de diferenciação biologia-cultura, abrangem sexo como uma inscrição biológica essencial nos corpos e gênero como uma designação culturalmente construída nas categorias homem e mulher, flexíveis quanto aos seus papéis e características em cada grupo. A filósofa traça uma linha de análise em que defende a ruptura com a noção de que o gênero é uma inscrição cultural sobre o sexo. Ela afirma que o constructo sexo é, na verdade, interpretado e instituído pelo gênero, pois gênero designa “também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (Butler, 2003, p. 25). Em conclusão, o que defende a autora é que “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” (Butler, 2003, p. 25). Esta compreensão teórica abre margens às diversas possibilidades analíticas e interpretativas de estudos do indivíduo, da sociedade e suas relações, bem como dialoga com as compreensões conceituais e práticas das categorizações relacionadas à população transgênero e à população cisgênero.

1.3.2 Gênero e transgeneridade na história

O historiador Nedell (2020) debruça-se sobre o tema da transgeneridade na história, argumentando contra a concepção de que o fenômeno da transgeneridade acontece apenas nas sociedades contemporâneas. O autor traz uma perspectiva diferente acerca da inexistência ou escassez de fontes históricas primárias ou secundárias sobre o assunto, apontando diversas fontes que abordam as variações de gênero presentes nas culturas

humanas ao longo do tempo. Além disso, afirma que o conceito de gênero não está interligado apenas à construção social feita sobre um sexo determinado. Segundo a abordagem de Nedell, gênero é compreendido como uma “categoria contingente que varia histórica e culturalmente, e que não guarda relação necessária ou direta com o sexo biológico do indivíduo” (2020, p. 30).

A afirmação do historiador sobre a categorização de gênero enquanto variante e contingente é relevante na medida que fornece outras possibilidades de análise e estudo na história, na sociologia e na psicologia. Partindo de tal concepção, é possível realizar aproximações do fenômeno contemporâneo no Brasil, aqui chamado de transgeneridade, com registros e relatos de grupos culturais do passado e do presente que se relacionam com os aspectos de gênero de forma diversa ao estabelecido atualmente.

Sejam *hijira*, na Índia, *two-spirit* dos povos nativos norte-americanos, *mahu* da Polinésia ou *mujerados*, as mulheres-homens percebidas pelos colonizadores espanhóis durante a colonização da América, podemos identificar inúmeras outras possibilidades de gênero para além do binário homem/mulher ao longo da história humana (Nedell, 2020, p. 30).

Os exemplos elencados por Nedell (2020) elucidam sua argumentação acerca de gênero enquanto uma categoria contingente e variante em diferentes culturas. Parte-se, portanto, desta compreensão conceitual para se abordar os possíveis fenômenos grupais da transgeneridade e da cisgeneridade no presente trabalho. Estabelecida esta compreensão, cabe aqui fazer considerações sobre a singularidade do fenômeno da transgeneridade no Brasil contemporâneo.

Ainda que com universos simbólicos intercambiáveis com outras culturas, a transgeneridade no Brasil atual possui seus aspectos particulares, concebido em meio às normas sociais próprias do país, sua herança histórica relacionada ao colonialismo, à

influência da religião cristã e aos discursos médicos e científicos estabelecidos em boa parte das sociedades ocidentais. Desta forma, a transgeneridade brasileira se insere em um recorte sociocultural específico enquanto divergente às normas do que é considerado gênero.

1.3.3 Transgeneridade na contemporaneidade

Em 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) removeu o chamado “transtorno de identidade de gênero” da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), em sua 11ª edição, sendo reclassificada como “incongruência de gênero” e passando a integrar a categoria de ‘condições relacionadas à saúde sexual’. Este fato possui relevância social para o grupo de pessoas transgênero e integra um movimento mais amplo de diversos setores da sociedade que pode ser observado há, pelo menos, uma década. O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2015), por exemplo, empenha-se desde 2014 em uma campanha de comunicação em apoio à luta pela despatologização das Identidades Trans e Travestis.

Destacam-se estes pontos na tentativa de demarcar quais eventos sociais foram e são importantes para uma possível formação e transformação do pensamento social em relação à transgeneridade. É possível, ainda, observar outros movimentos anteriores aos destacados. Um exemplo relevante pode ser o surgimento da sigla LGBTQIA+, que tem como demarcação importante a inclusão da letra “T”, referente à população transgênero, à sigla anterior “GLS”, que representava o movimento social de gays, lésbicas e simpatizantes no Brasil (Moreira, 2022). Na I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ocorrida em Brasília em 2008, foi realizada a inserção e utilização da sigla LGBTQIA+ em âmbito nacional (Oliveira, 2020), sendo referenciado, desde então, como termo oficial representativo dos grupos em questão e com inclusões de outras identidades e orientações, tornando-se uma sigla de caráter mutável e em constante modificação, sendo convencionado o acréscimo do símbolo + em sua utilização. Os eventos supracitados são

relevantes na medida em que se estabelecem em instituições importantes no tecido social. Verifica-se que compreensão referente à patologização das identidades da população transgênero a nível médico e científico está em mudança, e observa-se um movimento que possibilitou a visibilidade desta população a nível social na medida que houve a sua inclusão na sigla LGBTQIA+. Tais eventos demarcam uma transformação na forma de se abordar socialmente o fenómeno da transgeneridade.

É relevante compreender de que forma estes eventos influenciaram aspectos sociais, com desdobramentos importantes principalmente no que tange as políticas públicas, os direitos humanos e a cidadania para este recorte populacional. Em 2022, por exemplo, foi estabelecido que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) também é aplicada aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transgênero (Superior Tribunal de Justiça, 2023), sendo este apenas um exemplo de diversos a serem verificados e analisados posteriormente. Obsevar estes eventos implica compreender que há uma transformação no pensamento coletivo, como Moscovici (2007, p. 39) descreve em sua obra:

Uma palavra e a definição de dicionário dessa palavra contêm um meio de classificar indivíduos e ao mesmo tempo teorias implícitas com respeito à sua constituição, ou com respeito às razões de se comportarem de uma maneira ou de outra – uma como que imagem física de cada pessoa, que corresponde a tais teorias. Uma vez difundido e aceito este conteúdo, ele se constitui em uma parte integrante de nós mesmos, de nossas inter-relações com outros, de nossa maneira de julgá-los e de nos relacionarmos com eles; isso até mesmo define nossa posição na hierarquia social e nossos valores. Se a palavra ‘neurose’ desaparecesse e fosse substituída pela palavra ‘desordem’, tal acontecimento teria consequências muito além de seu mero significado em uma sentença, ou na psiquiatria. São nossas inter-relações e nosso pensamento coletivo que estão implicados nisso e

transformados.

Pressupõe-se, portanto, que há uma mudança do pensamento social marcada em eventos observáveis e há grupos atuando para que estas mudanças ocorram. Para a compreensão de como esta atuação acontece, é necessário abordar as concepções teóricas da Psicologia das Minorias Ativas.

1.4 Referencial Teórico

1.4.1 *A Teoria das Minorias Ativas*

A obra *A Psicologia das Minorias Ativas* (Moscovici, 1979) parte da perspectiva de que os trabalhos desenvolvidos anteriormente à sua teoria são focados em um individualismo teórico-metodológico (Santin, 2023). Moscovici (1979), em suas deliberações sobre os modelos funcionalistas de estudo de influência social, observa de forma minuciosa os pressupostos destas abordagens e, através de questões suscitadas sobre os aspectos teóricos e empíricos de tais teorias, destaca suas limitações, apontando que este modelo evoca a predeterminação dos sistemas sociais e do ambiente em relação ao indivíduo e ao grupo, restringindo suas participações ao desempenho de papéis sociais (Prette, 1995). Moscovici argumenta, portanto, que “os limites do modelo funcionalista provêm direta e exclusivamente do viés do conformismo, que torna impossível levar em consideração a influência exercida pelos indivíduos e minorias” (2011, p. 69).

A mudança de perspectiva proposta pelo autor considera, de forma geral, a reciprocidade da influência social tanto de grupos majoritários quanto minoritários, salientando que esta abordagem está em consonância com uma verdadeira interação social. É neste ponto que Moscovici, na segunda parte de sua obra, denominada “Conflito, inovação e reconhecimento social: a influência social do ponto de vista genético”, inicia suas considerações ao que foi nomeado como o modelo genético de estudo de influência social. Para explicar estes fenômenos, Moscovici propõe que o conflito de ideias entre os

grupos possui a capacidade de desencadear a inovação, a partir da indução da consideração de ideias alternativas aos grupos majoritários (Santin, 2023). Entende-se, neste ponto, que grupos minoritários sustentam ideias e normas alternativas às estabelecidas no contexto social e que possuem a capacidade de defendê-las, por meio de estilos de comportamento, diante da maioria.

Ressalta-se que nem todas as minorias possuem o caráter de serem ativas diante das normas estabelecidas e reproduzidas pela maioria. O aspecto central, para Moscovici (1979), no que diz respeito a um grupo minoritário ser fonte ou não de influência social em relação a outro majoritário, seria seu caráter nômico ou anômico. Em se tratando das minorias, estas se estabelecem enquanto nômicas na medida que adotam “uma posição diferente por contraste ou por oposição ao sistema social mais amplo” (Moscovici, 2011, p. 81), enquanto as minorias anômicas seriam “indivíduos ou subgrupos definidos por sua referência à norma ou à resposta do sistema social mais amplo” (Moscovici, 2011, p. 81). O autor se refere às maiorias nômicas e anômicas da mesma forma, exemplificando maiorias nômicas como certas igrejas, partidos políticos e movimentos sociais, sendo estas caracterizadas por regras e códigos fortemente interiorizados, enquanto as maiorias anômicas seriam, nas palavras do autor, multidões anônimas e silenciosas, caracterizadas por compromissos precários e interesses conflitivos com as regras e códigos estabelecidos (Moscovici, 2011).

1.4.1.1 A Teoria das Minorias Ativas e os fenômenos da transgeneridade e da cisgeneridade. Em relação a aspectos de minoria e maioria, é necessário realizar algumas constatações acerca do grupo de pessoas transgênero. Quanto às características quantitativas, é interessante constatar que pessoas transgênero constituem 2% da população brasileira (Spizzirri et al, 2021). Porém, esta constatação possui pouca relevância teórica no que tange a definição de minoria para a teoria desenvolvida por Moscovici, sendo necessário realizar

reflexões de outra ordem. Em caráter qualitativo, é possível classificar grupos sociais enquanto minorias ou majorias a partir de diferentes critérios: normas sociais, aspectos de ideologia, identidades sociais e pertencas grupais, dinâmicas de poder e posições sociais, etc. (Santin, comunicação pessoal, 2023). O grupo de pessoas transgênero pode ser analisado a partir de todas essas perspectivas, com maior ou menor grau de adesão conceitual. É relevante, por exemplo, considerar os aspectos identitários da população trans, devido as suas particularidades como as listadas anteriormente que estabelecem a coesão grupal. No entanto, é também de grande relevância observar as normas sociais que estão intrínsecas às dinâmicas psicossociais do grupo de pessoas transgênero e cisgênero na sociedade brasileira atual. É por esta via que é possível estabelecer que o grupo de pessoas transgênero como um grupo minoritário e nômico.

Para se compreender o aspecto minoritário e nômico do grupo de pessoas trans no Brasil, é necessário estabelecer que existe um grupo majoritário. É onde a dinâmica grupal minoria-maioria torna-se relevante, pois é necessário que exista um contraste em relação às normas hegemônicas e às normas consideradas alternativas para que seja possível a categorização grupal.

As categorias “homem” e “mulher” possuem, em sua perspectiva hegemônica no Brasil, restrições culturais, sociais e biológicas do que é considerado masculino e feminino. Por conseguinte, as normas alternativas referentes a gênero não consideram que existam categorias fixas ou biologicamente determinadas. No caso, existem diversas possibilidades de categorizações (não binários, gênero neutro, *queers*, travestis, não conformes de gênero etc.) ou ainda flutuações e variações entre tais categorias em âmbitos culturais e intrassociais.

Para abarcar de forma coerente a complexidade dos fenômenos da transgeneridade e cisgeneridade no Brasil, refletiu-se sobre a necessidade de compreensão acerca de subgrupos nômicos e anômicos nos recortes grupais quanto à referência ou quanto ao contraste à norma

social. Em outras palavras, até o presente momento, no que foi compreendido da teoria de Moscovici acerca das minorias e maiorias nômicas e anômicas, a abordagem estabelecida sobre esses grupos é de que há subdivisões – ou subgrupos – relevantes nas dinâmicas de influência social.

Existe um recorte minoritário nômico da transgeneridade que defende, pauta e se posiciona socialmente em contraste ou oposição à norma vigente, buscando a influência social e a transformação do pensamento social em relação à população trans. São principalmente estas pessoas que pautam a necessidade da aderência à norma alternativa por toda a sociedade. A influência social não é sustentada a partir da motivação de que todas as pessoas devam se considerar transgênero, mas que toda a sociedade deva compreender gênero de forma a incluir pessoas transgênero em suas necessidades sociais e individuais, em uma perspectiva não mais patologizante, e sim em celebração e respeito à diversidade de gênero. Este ponto é de fundamental importância, pois complexifica as relações conflitivas que são estabelecidas entre os grupos majoritário e minoritário.

Todavia, há também uma parcela da população transgênero que não se coloca como reprodutora ativa da norma alternativa. São pessoas trans que vivem em referência à norma social vigente, mesmo que não experienciem estas normas em sua totalidade. A partir desta percepção, compreende-se que há uma minoria nômica que em sua constituição possui um subgrupo passivo, ou inativo, em seu tecido grupal.

Em uma proposta reflexiva sobre o conceito de minorias nômicas ativas e inativas/passivas, é interessante observar que há possibilidades interpretativas diversas em relação à teoria proposta por Moscovici (1979) em sua obra. Vale ressaltar que minorias nômicas inativas/passivas seriam diferentes de minorias anômicas, que podem ser definidas como recortes populacionais que, de forma difusa socialmente, vivem sob regras ou códigos diversos às normas vigentes socialmente, porém sem necessariamente organizar normas

alternativas que estabeleçam alguma coesão grupal.

Quanto ao aspecto majoritário, é interessante estabelecer a existência de uma maioria nômica que reproduz ativamente a norma vigente. No caso do recorte grupal de pessoas cisgênero, seria o subgrupo que defende que toda a sociedade deve ser compreendida em referência à perspectiva de gênero a partir do binário homem-mulher, a partir de perspectivas anatômicas e na reprodução de estereótipos culturalmente disseminados. Por conseguinte, há também uma parcela anômica deste recorte grupal, esta possuindo “compromissos precários e interesses conflitivos com as regras e códigos estabelecidos” (Moscovici, 2011, p. 81) em relação a gênero. Seria um subgrupo da população cisgênero que não reproduz as regras e códigos vigentes de forma rígida e determinista, por vezes aceitando e acolhendo a compreensão da norma alternativa. Entende-se que este subgrupo poderia conter atores sociais importantes para a inovação social observada nos últimos anos e listada anteriormente em relação às mudanças sociais sobre a transgeneridade, bem como desafiam a reprodução de estereótipos de gênero como um todo por interesses adjuntos às próprias necessidades (mulheres cisgênero também podem ser afetadas pela norma vigente de gênero, por exemplo).

1.4.1.2 Consequências Sociais da relação Minoria e Maioria. A divergência ou alinhamento às normas vigentes resulta frequentemente em fenômenos sociais alarmantes. Moscovici (2011, p. 77) realizou algumas considerações acerca de conceitos como o de expulsão e coerção como fenômenos diretamente ligados às minorias ativas. Em suas palavras:

Pode-se afirmar que, se o desviante não muda, o grupo tem sempre a possibilidade de excluí-lo, o que reduz consideravelmente o peso da minoria. (...) não esqueçamos que nas circunstâncias ordinárias, o recurso à expulsão é absolutamente excepcional e, muitas vezes, impossível. (...) Ainda que estes

grupos disponham de métodos de coerção, como a privação de alimentos, (...) a negação do direito de cidadania e os salários de fome que, no plano social, são quase equivalentes à expulsão.

Reflete-se, portanto, os dados sobre a reincidência anual de assassinatos de pessoas transgênero no Brasil (Benevides, 2025), observando-o com características muito próximas às exemplificadas pelo autor acima como expulsão (interpretando o assassinato como o ato de expulsar um representante da minoria). Segundo o dossiê anual realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Benevides, 2025, p.63-64):

Em relação aos dados absolutos dos últimos 8 anos, produzidos desde 2017, período em que a ANTRA passa a fazer essa pesquisa, conseguimos mapear um total de 1179 (um mil cento e setenta e nove) assassinatos de pessoas trans, travestis, homens trans, pessoas transmasculinas e não binárias brasileiras. Foram 122 assassinatos em 2024, 145 assassinatos em 2023 e 131 casos em 2022; 140 casos em 2021; 175 casos em 2020; 124 casos em 2019; 163 casos em 2018 e; 179 casos em 2017 (o ano com o maior número de assassinatos de pessoas trans na série histórica). Isso representa uma média de 147 assassinatos por ano e 12 casos por mês.

Este dado, soma-se a múltiplos outros relacionados às violações de direitos humanos cometidas contra a população transgênero, ainda que exista uma notória subnotificação quando se trata de dados específicos desta população. As taxas de suicídio e violência auto-provocada dentro da comunidade são bservadas em dados como os provenientes do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), que demonstrou, por exemplo, um número significativo de casos de tentativas de autoextermínio e violência auto-provocada envolvendo pessoas trans (Benevides, 2025), com uma média de 690 casos por ano entre os anos de 2018 e 2021 (Alves & Semente,

2023). Esses e outros problemas atualmente identificados na sociedade brasileira em relação a este recorte grupal ilustram os conceitos de expulsão e coerção desenvolvidos na obra.

Certos grupos e indivíduos, por sua situação marginal, não tem outra saída senão questionar tais fundamentos de modo radical. É, pois, inevitável, que surjam novos problemas e novos atores sociais, estabelecendo novos projetos e novas formas de ação, para defender seus direitos a uma existência plena e íntegra (Moscovici, 2011, p. 236).

É importante ressaltar que as consequências sociais relativas à norma de gênero não se restringem apenas à população transgênero. É possível inferir que a população cisgênero também pode ser afetada negativamente, pois a rigidez na qual as normas de gênero podem ser abordadas e reproduzidas levam a efeitos sociais observáveis. Como exemplo, pode-se evocar a notícia de uma criança que foi assassinada pelo seu genitor motivado por comportamentos divergentes à norma hegemônica de gênero (G1, O Globo, 2014). As fontes de notícia divergem sobre a motivação do assassinato, ora citando o comportamento da criança de lavar louça, ora citando a recusa da criança de cortar o cabelo. Ambos os comportamentos, no entanto, podem ser vistos como relacionados à compreensão não normativa de gênero, gerando consequências gravíssimas de violência e resultando, no caso, na morte de uma criança de oito anos. Pode-se citar, ainda, o caso de violência cometida contra pai e filho por um grupo de vinte pessoas após ambos se abraçarem em público, sendo confundidos com homossexuais (G1, 2011). Esta é uma violência com marcadores de normas de gênero relevantes, devido a compreensão da norma rígida em que há o interdito de expressões de afeto em público entre dois homens.

1.4.2 A Teoria das Representações Sociais e suas contribuições para pensar o fenômeno da transgeneridade

Serge Moscovici inaugura, com sua obra *La Psychanalyse – Son image et son public* (1961), estudos que objetivam compreender a constituição do conhecimento socialmente produzido e compartilhado. Na obra em questão, Moscovici realiza seus estudos sobre o pensamento popular na França em relação à psicanálise e, em sua própria definição, redefine os problemas e os conceitos que até aquele momento vigoravam no campo da psicologia social.

Ao abordar a realidade das representações sociais, Moscovici afirma que sua apreensão é fácil, ao contrário da sua conceituação (Moscovici, 1978). Razões históricas e relacionadas à posição “mista” entre a sociologia e a psicologia são apontadas como justificativas a esta dificuldade conceitual. Moscovici afirma que o fenômeno da representação social visa a apreensão do mundo concreto, e é uma das vias para tal apreensão. As Representações Sociais, portanto, possuem a dupla função de convencionalizar objetos, pessoas, acontecimentos e ideias e de pré-determinar estruturalmente o pensamento sobre algo, sendo uma estrutura anterior ao pensamento individual (Moscovici, 2007).

De caráter icônico e simbólico, as representações sociais são uma forma específica de compreensão e comunicação de algo que já é sabido (Moscovici, 2007). Esta forma compreende a associação entre uma imagem e uma ideia, tornando-as igualáveis no pensamento grupal. Essa forma de compreensão tem como a finalidade tornar algo não familiar em familiar. Em outras palavras, as representações sociais dão sentido àquilo que não é conhecido, integrando e ajustando informações de forma a acomodar ao que é sabido o fenômeno representado.

A gênese de uma representação social acontece a partir de dois processos

distintos: a ancoragem e a objetivação. (Moscovici, 2007). Ambos são mecanismos baseados na memória e em conclusões anteriores, realizando um processo de pensamento específico que realizará a familiarização de algo ao pensamento social. A ancoragem caracteriza-se pela classificação e nomeação de algo. Este movimento se dá pela comparação entre o fenômeno não conhecido ao paradigma de categorias já existentes, ajustando-o para que se enquadre nesta categoria. Dessa forma, o processo de nomear e caracterizar torna possível alocar algum fenômeno desconhecido em um sistema categorial já existente, desenvolvida em referência a algo pré-determinado no sistema de representações (Moscovici, 2007).

Já a objetivação caracteriza-se pela “reprodução de um conceito em uma imagem” (Moscovici, 2007, p. 71). Em outras palavras, o processo de objetivar transforma a abstração de um fenômeno não familiar em algo concreto, através da reprodução de uma imagem à ideia desconhecida. O ajuntamento, ou complexo, de imagens formadas a partir de um complexo de ideias é denominado pelo autor de núcleo figurativo. Ambos os mecanismos acima descritos são cruciais para a identificação de gênese de uma representação social, sendo conceitos-chave para a identificação e análise das representações sociais no projeto de pesquisa. Com tais conceitos em vista, outras deliberações são necessárias, principalmente em se tratando das diferentes abordagens e compreensões teórica das representações sociais.

A abordagem processual (também denominada genética ou culturalista) desenvolvida por Denise Jodelet em continuidade à proposta original de Moscovici, aborda as representações sociais enquanto um estudo da significação e construção do mundo, em integração com dimensões sociais, culturais e históricas, a partir de processos e produtos construídos pelos sujeitos e pelos grupos sociais. Nessa abordagem, as dimensões discursivas, comportamentais e práticas devem ser abarcadas na análise das

representações sociais. O exame de documentos que evidenciam a reprodução de discursos e práticas, bem como sua interpretação realizada através dos meios de comunicação, são importantes para a análise da manutenção e transformação das representações sociais (Bertoni & Galinkin, 2017).

Sá (1998) destaca um balizamento primordial a esta abordagem específica: a transformação de um objeto não familiar em familiar. Sá aponta, ainda, que a escolha de objeto para a pesquisa nesta abordagem deve levar em consideração a representação que busca torná-lo familiar ou compreensível.

A partir desta definição, e das orientações posteriores do autor acerca do caminho de pesquisa utilizando esta abordagem, compreende-se de singular relevância a análise de aspectos da população transgênero e a representação social da transgeneridade por pessoas cisgênero. O caráter de novidade e de esforços sociais notáveis para que seja incorporada ao cotidiano social a existência e particularidade da população transgênero dialoga com o que Sá (1998) observa como relevante para a utilização desta abordagem.

1.4.3 Os impactos da cibercultura no pensamento social e o Instagram como campo de produção, manutenção e transformação de RS

A internet, o *smartphone* e as redes sociais são fenômenos que congregam uma espécie de cultura específica na atualidade, convencionada de cibercultura. Este termo abrange uma série de processos tecnológicos, sociais e de mídias que emergiram na década de 1970 a partir do desenvolvimento das telecomunicações, da informática, além da característica de “contracultura” que emergiu naquele período (Rosa & Santos, 2015).

Lemos (2023) identifica que entre os anos de 1990 até o presente momento, o que se convencionou chamar de cibercultura é atualmente um fenômeno social total e planetário cada vez mais complexo. O autor aponta as diversas modificações que aconteceram nas últimas décadas em relação à sociedade e a cultura digital, destacando as redes sociais e as

recentes manifestações de dinâmicas relacionais, sociais e políticas relacionadas aos algoritmos presentes nessas plataformas.

O Instagram é uma das redes sociais mais utilizadas atualmente, constando 1,15 bilhão de usuários no mundo inteiro em 2021 e cerca de 150 milhões de usuários no Brasil (Nunes et al, 2023). É uma rede social que possui o foco na imagem, através de fotografias ou vídeos, sendo possível a postagem de textos, músicas, sons e uma série de outros recursos, incluindo a exposição da localidade daquele que está postando o conteúdo ao público. É, ainda, uma rede que proporciona a troca de mensagens, seja de forma privada ou pública por meio de comentários nas postagens dos usuários (Damin, 2020). Nos últimos anos, tal rede social vem sendo usada de forma cada vez mais abrangente por empresas, prestadores de serviço e marcas de forma geral, sendo portanto um complexo meio de comunicação e exposição de indivíduos anônimos e públicos, organizados como unidades que irão congrega em postagens através de curtidas e comentários. Estes dados evocam a potencialidade desta rede social, bem como outras, como o antigo *twitter* e o *tiktok*, de espelhar o pensamento social de uma época acerca de fenômenos sociais expressivos, seja na congregação de grupos a partir de interesses em comuns, na expressão de si e na expressão de opiniões, constituindo um fértil campo para estudos de processos psicossociais, como proposto no presente projeto de pesquisa.

1.5 Objetivos

1.5.1 Objetivo Geral

A presente pesquisa tem como objetivo geral relacionar analiticamente a observação da influência social referente à transgeneridade em postagens veiculadas em página governamental no Instagram e a identificação de conteúdos de representação social sobre a transgeneridade presentes em comentários das postagens.

1.5.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar discursos que delineiem a influência social em relação à transgeneridade a partir da análise de postagens divulgadas no *Instagram* do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- b) Verificar os elementos de representação social dos grupos envolvidos a partir dos comentários relativos às postagens divulgadas;
- c) Analisar comparativamente os resultados dos discursos relevantes nas postagens e nos comentários sobre a transgeneridade.

2. Método

Propõe-se uma pesquisa de caráter exploratório e documental, de abordagem qualitativa, dividida em dois estudos, utilizando como referencial teórico as teorias das Minorias Ativas e das Representações Sociais.

2.1 Estudo 1

O objetivo deste estudo é realizar levantamento documental em postagens realizadas pelo Ministério dos direitos humanos e da cidadania no Instagram com a temática da transgeneridade.

2.1.1 Fonte de Dados

Página oficial do Instagram pertencente ao Ministérios dos direitos humanos e da cidadania (MDHC), que realiza a divulgação de informações, serviços e atuações vinculados ao Ministério.

2.1.2 Processamento de coleta e análise de dados

Foi realizada pesquisa na página do instagram do MDHC, buscando postagens relacionadas à população transgênero. Esta página objetiva realizar divulgações informativas,

produzindo conteúdos em formato de imagens, textos e vídeos relacionados às atuações ministeriais. Entende-se, portanto, que é uma fonte de dados relevante aos objetivos do presente estudo na medida que fornece informações de um espaço institucionalizado e a nível nacional.

Procedeu-se o levantamento de postagens que estavam diretamente relacionadas ao tema da transgeneridade, sendo coletadas na íntegra nove postagens realizadas no ano de 2024. Sobre a quantidade de postagens selecionada, optou-se pela amostragem por conveniência, considerando como critério de seleção a temática da postagem na qual foi realizada a coleta de dados. Vale ressaltar que as nove postagens em questão foram escolhidas pois eram todas as postagens na página que abordavam o tema da transgeneridade no ano de 2024. Além disso, o ano de 2024 foi escolhido pelo destaque que apresentava à temática, sendo que em uma observação inicial não foram identificadas postagens com a temática nos anos anteriores.

Foi realizada a identificação, classificação e categorização do conteúdo das postagens, utilizando o método de análise do conteúdo (Bardin, 2016; Moraes, 1999) no *corpus* verificado. A condução do processo de categorização se deu a partir da conceituação de conflito e inovação social realizada por Serge Moscovici em sua obra *Psicologia das Minorias Ativas* (2011). Especificamente, buscou-se verificar e categorizar os discursos que atuam como contra-norma no que se refere à compreensão de gênero no Brasil, a partir da perspectiva de inovação social.

2.2 Estudo 2

Este estudo buscou identificar elementos de representações sociais sobre a transgeneridade em comentários da rede social Instagram.

2.2.1 Fontes de Dados

Comentários na rede social Instagram em postagens identificadas no estudo 1, postadas pelo MDHC.

2.2.2 Procedimentos de Coleta de Dados e Análise de Dados

Após a identificação das nove postagens relevantes para a pesquisa pelo conteúdo relacionado ao tema da transgeneridade, foi realizado procedimento de registro de informações, tais como: data da postagem, temática levantada, informações passadas ao público e quaisquer outras propriedades de importância para a análise dos comentários. Em seguida, foi feita a exportação dos comentários para planilhas através de ferramenta adequada e, em sequência, realizado o tratamento de dados. Foram excluídos comentários com apenas uma palavra e com predominância ou totalidade de recursos visuais, além de comentários incongruentes ou incompreensíveis. Foram excluídos, ainda, comentários que não agregam ao formato da pesquisa, apesar de serem relevantes ao tema, como comentários sobre futebol ou sobre o dia da semana em que a postagem foi publicada, por exemplo. Devido a linguagem e escrita informal utilizada em redes sociais como o Instagram, foi necessária etapa de tratamento dos dados para sua utilização no software IRAMUTEQ. Recursos visuais como os emojis, por exemplo, foram retirados, bem como comentários escritos em caixa alta, ajustados.

No que se refere aos interesses da presente pesquisa, a identificação e coleta de dados a partir deste meio digital aparece não apenas como apropriada, mas também com potencialidades específicas de utilização de ferramentas de apoio para que se obtenha quantidades expressivas de manifestações dos fenômenos a serem analisados, bem como a possibilidade de classificá-los e observá-los sem a necessidade de produzi-los.

Trabalhar com comentários em postagens de redes sociais significa algumas perdas em relação a dados sociodemográficos. Não é possível, na grande maioria dos casos,

verificar aspectos relevantes de pesquisa como gênero, idade, entre outros. Todavia, avalia-se que trabalhar com tais tipos de dados também agrega ganhos significativos para o objetivo da pesquisa na medida em que captura de forma não mediada as opiniões e compreensões dos sujeitos ali postos.

A partir da delimitação do *corpus*, resultou-se em 1500 comentários. Foi realizado critério de saturação do conteúdo dos comentários, compreendendo a repetição de temáticas e abordagens em cada postagem. Após o tratamento dos dados, foi utilizado o software IRAMUTEQ para análise lexical e posterior análise de conteúdo. Foi utilizado o método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Este método permite que segmentos de textos (ST) sejam analisados a partir da frequência e ocorrência de palavras, gerando classes que agrupam termos próximos entre si e diferenciam-se em relação a outros agrupamentos. As classes encontradas a partir da utilização da CHD facilitam a interpretação das ocorrências em comum nos discursos coletados sendo, portanto, uma ferramenta importante para a classificação e categorização de temas, compreensões e sentidos que surgirem do material em análise.

A partir do processamento pelo software IRAMUTEQ, os resultados foram interpretados à luz da Teoria das Representações Sociais. Vale ressaltar que a análise de dados foi feita em um único *corpus* desenvolvido, ou seja, os comentários de cada postagem foram analisados em conjunto durante o segundo estudo e, posteriormente, articulados com os resultados do primeiro estudo.

2.3 Articulando os resultados dos estudos I e II

Em um terceiro momento, foi realizada análise teórica relacionando os discursos que apontam para o processo de transformação do pensamento social identificados em postagens no estudo 1 com os conteúdos representacionais verificados em comentários do Instagram no estudo 2. Assim, as categorias definidas a partir da análise das postagens relacionadas à

garantia de direitos da população trans e o resultado decorrente da CHD foram analisadas comparativamente, buscando observar aproximações, distanciamentos e possibilidades interpretativas entre ambas, o que será apresentado em capítulo apropriado.

3. Estudo 1

3.1 Apresentação de resultados do Estudo 1

Os documentos selecionados para serem submetidos à análise de conteúdo foram nove postagens da página do Instagram do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que mencionaram o tema da transgeneridade no ano de 2024. Esse foi o número total de postagens na página com menção ao tema ao longo do ano, até a data de 22 de maio de 2024, sendo selecionados integralmente por este motivo. A tabela a seguir (Tabela 2) traz os dados completos das publicações.

Tabela 1

Postagens selecionadas para o estudo 1

Nº	Informações gerais	Ano	Endereço virtual
1	Você sabe o que significa ser uma pessoa trans?	2024	https://www.instagram.com/p/C2a2F5-JINo/
2	Você sabia? O Brasil lidera os índices globais de assassinatos de pessoas trans	2024	https://www.instagram.com/p/C2gCxCGp5Ao/
3	5 coisas para não perguntar para uma pessoa trans	2024	https://www.instagram.com/p/C2lFgcfJ6o5/
4	Confira as conquistas da população trans na saúde no último ano	2024	https://www.instagram.com/p/C2tFfaSsHuV/
5	29 de janeiro	2024	https://www.instagram.com/p/C2r9bt0Ocy3/
6	20 anos da visibilidade trans	2024	https://www.instagram.com/p/C2r9bt0Ocy3/
7	Relato de Andreas	2024	https://www.instagram.com/p/C4f4MnxrEFj/
8	Relato de Alex	2024	https://www.instagram.com/p/C4qLGncP97l/
9	31 de março – Dia Internacional da visibilidade trans	2024	https://www.instagram.com/p/C5LYg4cinDH/

A hipótese aqui levantada foi a de que a atuação pública e governamental sobre a transgeneridade, apreendida nas postagens coletadas, soma ao movimento de influência social da população transgênero, sendo possível verificar suas características enquanto movimento minoritário ativo. Assim, com a análise de conteúdo buscou-se responder aos seguintes objetivos deste estudo:

- a) Verificar o que é emitido e como é emitido sobre a transgeneridade na página governamental;
- b) Categorizar as informações de forma a observar suas características semelhantes e díspares;
- c) Analisar as categorias à luz da teoria das minorias ativas.

Sobre a preparação do material para análise, todo o conteúdo das legendas das postagens, bem como o material escrito e as falas em vídeos das diferentes postagens foram transcritos, retirando os elementos visuais (*emojis*). Também buscou-se identificar a pessoa que emitia a informação no caso de conteúdo em vídeo, de forma a ser possível realizar a análise dos elementos textuais oriundos deste tratamento.

Para fundamentar a interpretação posterior dos dados levantados, compreendemos que existem *indicadores* na documentação escolhida que favorecem o alcance dos objetivos descritos. conteúdos direcionados a informar e explicar aspectos da transgeneridade para a população geral de forma a reduzir a desinformação e seus possíveis desdobramentos (preconceito, discriminação), e são formados por: frases direcionadas à população cisgênero; conteúdo didático e informativo sobre a população trans; conteúdo realizado por um representante da população trans; e explicações e esclarecimentos acerca de alguma dimensão relacionada à transgeneridade (história, violência, termos, atuações governamentais, direcionamentos, defesa, etc.).

Após a preparação, o material selecionado foi organizado a partir de três categorias finais, tendo o cuidado metodológico de observar suas características homogêneas, exclusivas mutuamente, pertinentes aos objetivos, fiéis ao tema geral e produtivas (Moraes, 1999), nomeadas de *Orientações; Narrativas; Práticas*, e de sete categorias intermediárias (homogêneas, exclusivas mutuamente, pertinentes aos objetivos, fiéis ao tema geral (transgeneridade), produtivas), denominadas- *Explicações Gerais; História; Atuações;*

Condutas; Relatos; Violência; Direitos. A seguir, apresentamos as grelhas categorias nas Tabelas 2, 3 e 4.

Tabela 2

Grelha categorial referente ao tema “orientações”

Tema	Categorias	Subcategorias	Segmentos de Texto
Orientações	Explicações Gerais	Declarações informativas em primeira pessoa	O Meu nome é aquele que eu me reconheço e com o qual me apresento. (Postagem 3) Foi não, está sendo ainda até hoje um processo bem difícil em algumas áreas, fácil em outras, principalmente quando você para pra pensar em pra você ser identificado como você mesmo em alguns lugares tendo, por exemplo, seus documentos constando um outro nome, em um outro gênero, demanda uma energia que muitas vezes a gente não vai conseguir ter cem por cento do tempo. (Postagem 8) O brasil e o mundo tem uma dívida histórica para com a população transgênero. Por conta das perseguições que sofremos ao longo de anos simplesmente por sermos como somos. (Postagem 9) O país tem uma dívida histórica com a população transgênero devido às perseguições, por isso é nosso dever fazer essa reparação histórica. (Postagem 9)
		Declarações subjetivas em terceira pessoa	Então, o que importa é onde ela quer estar e onde ela vai estar e onde ela quiser estar [sobre transição]. (Postagem 3) Cada pessoa tem a sua jornada e sabe aonde quer chegar e em que momento vai se sentir completamente bem com o seu corpo. (Postagem 3) A identidade de gênero é um sentimento individual. Não deve ser questionada em nenhum momento. (Postagem 3)
Orientações	Explicações Gerais	Declarações informativas em terceira pessoa	A população adulta brasileira é formada por cerca de 3 milhões de pessoas trans e travestis. (Postagem 4) A data [29 de janeiro] reforça a importância da visibilidade, representatividade e luta por acesso à saúde, à educação, à geração de emprego e renda e ao enfrentamento ao preconceito e à discriminação. (Postagem 4) A tradução do capítulo 17, que fala sobre as condições relacionadas à saúde sexual, da recém atualizada CID 11, está passando por tradução para o português pela primeira vez. As alterações de linguagem e edição ajustam termos para sinônimos inclusivos, como, por exemplo, o termo “dissidência de gênero” entrou como sinônimo de “incongruência de gênero”. (Postagem 4) A trajetória de luta continua dessa população, ainda uma das mais vulnerabilizadas socialmente, impacta diretamente no acesso aos bens e serviços de saúde. (Postagem 4)

Tema	Categorias	Subcategorias	Segmentos de Texto
Orientações	Condutas	Condutas positivas em relação à transgeneridade (O que se deve/pode fazer?)	A transexualidade é um aspecto da diversidade de gênero que se manifesta quando a identidade de gênero de uma pessoa difere do sexo atribuído a ela ao nascer e pode não se alinhar com os padrões tradicionais de masculino ou feminino. (Postagem 1)
			Muito ainda precisa ser feito, então respeito e solidariedade são primordiais hoje e sempre. (Postagem 1) Vamos unir forças para transformar esse cenário e combater a violência que cresce a cada dia. (Postagem 2) Juntas e juntos podemos transformar o Brasil em um país mais tolerante para todas as pessoas. (Postagem 2) É hora de mudar essa realidade! (Postagem 2) Respeitar as diferenças é o primeiro passo para o fim de todos os tipos de violência. Não esqueça, caso testemunhe violações de direitos humanos, disque 100; e em casos de emergência, ligue 190 (Postagem 2) E é só falando que a gente vai diminuir o preconceito e o estigma que vivem vulnerabilizando essa população. Por isso, é muito importante que a gente comemore dessa maneira especial, esse ano, esse 29 de janeiro e replique nas nossas ações um debate fiel, um debate honesto sobre a transgeneridade. (Postagem 5) Então, se nós estamos vivos, se vocês estão vivos e vivas e chegaram até aqui, a gente pode fazer muita coisa. A gente pode mudar a história dessa país. (Postagem 6) Vamos juntos construir um mundo onde todos sejam tratados como iguais, como seres humanos merecedores de amor e respeito. (Postagem 7) Hoje, celebramos a evolução, mas conscientes que a luta continua e que muito ainda precisa ser feito para que esse seja um país seguro para que pessoas trans possam existir. (Postagem 5)
Orientações	Condutas	Condutas negativas em relação à Transgeneridade (O que não se deve/pode fazer?)	Essa pergunta é invasiva e não tem relação nenhuma com a nossa conversa [como você faz sexo?] (Postagem 3) Se a pessoa não tratou de assuntos íntimos e não lhe deu liberdade para falar sobre isso, [como você faz sexo] é porque ela não quer, não é mesmo? (Postagem 3) A intimidade das pessoas interessa apenas a elas e a quem é de sua intimidade, tá? (Postagem 3) É muito invasivo. [Qual seu nome de verdade?] (Postagem 3) Essa pergunta não tem nem porque tá fazendo. É uma questão pessoal e não deve ser o foco dessa conversa [você é operado?]. (Postagem 3)

Tabela 3

Grelha categorial referente ao tema “narrativas”

Tema	Categorias	Subcategorias	Segmentos de Texto
Narrativas	História	Figuras históricas e suas trajetórias	A primeira transexual registrada na história do Brasil é Xica Manicongo. Nascida no Congo, foi trazida para o Brasil no século XVI como escrava para trabalhar como sapateira. Em 1591, foi condenada por sodomia e obrigada a usar roupas masculinas. (Postagem 01) Nas décadas de 1960 e 1970, a ativista Marsha P. Johnson foi de suma importância para enfrentar a violência contra pessoas trans. Ela criou, junto de Sylvia Rivera, a STAR, uma organização de apoio para jovens trans em situação de rua. Em 1992, foi encontrada sem vida no Rio Hudson. (Postagem 01)
		Visibilidade	Na década de 1990, o mundo viu um aumento na visibilidade e aceitação da transexualidade, que se tornou um tema mais aberto na sociedade. No entanto, a violação de direitos continua crescendo. (Postagem 01)
			Em 29 de janeiro de 2004, foi lançada no Congresso Nacional a campanha “Travesti e Respeito” do Ministério da Saúde. Essa data se tornou um marco no combate à transfobia no Brasil e também o dia da visibilidade trans. (Postagem 01)
		29 de janeiro	Há 20 anos, em 29 de janeiro de 2004, pela primeira vez, mulheres transexuais e travestis estiveram, de forma organizada, na Câmara dos Deputados para o lançamento da Campanha “TRAVESTI E RESPEITO”. Organizada pelo Ministério da Saúde, juntamente com o movimento social trans, a campanha tinha como objetivo falar sobre pessoas trans para além das IST/AIDS, marcando a história das pessoas trans no poder executivo e legislativo. (Postagem 01) Celebrado em 29 de janeiro, o Dia da Visibilidade Trans surgiu a partir de uma mobilização liderada por ativistas da comunidade trans em parceria com o Ministério da Saúde, no Congresso Nacional, em 2004. (Postagem 04) Em 29 de janeiro de 2004, o Ministério da Saúde organizou, junto a movimentos sociais, um ato nacional para lançamento da campanha “Travesti e Respeito”, no Congresso Nacional. (Postagem 04) Este 29 de janeiro é muito especial, porque comemoramos 20 anos da visibilidade trans. Há exatos 20 anos atrás, a militância trans estava ocupando a Câmara dos Deputados em uma atividade oficial, pela primeira vez na história do país. E daí em diante, todos os anos, a gente ocupa as redes sociais, a política pública, o debate cotidiano, para falar sobre transgeneridade. (Postagem 05) Em 29 de janeiro de 2002, marcamos história ocupando a Câmara dos Deputados. Hoje, seguimos na luta pelos direitos das pessoas trans. (Postagem 05)

Tema	Categorias	Subcategorias	Segmentos de Texto
Narrativas	Violência	31 de Março	O quanto a gente conseguiu, 20 anos depois, ressignificar e mostrar a potência e o amadurecimento do Movimento Trans do Brasil. 20 anos atrás o que motiva a visibilidade trans? A chegada dessa militância organizada no congresso nacional. 20 anos depois, a esplanada inteira estava ocupada com as iluminações, com a projeção e com essa marcha brilhante. (Postagem 06)
			Após 20 anos de lutas pela visibilidade trans, a pauta alcançou um patamar histórico nesta segunda (29). Ao longo de todo o dia, uma série de eventos lembrou a resistência e resiliência das pessoas trans nas últimas duas décadas e as perspectivas para o futuro. (Postagem 06)
			31 de março é o dia internacional da visibilidade trans. (Postagem 09)
			Hoje, 31 de março, é celebrado o Dia Internacional da Visibilidade Trans. (Postagem 09)
		Assassinato de Pessoas Trans no Brasil	O Brasil lidera os índices globais de assassinatos de pessoas trans. (Postagem 2)
			A violência persiste, e o Brasil mantém sua triste posição como o país que mais mata pessoas trans no mundo. (Postagem 2)
Narrativas	Violência	Outras violências	Afinal o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo! (Postagem 5)
			E nenhum lugar no mundo mata mais transexuais e travestis do que o Brasil. (Postagem 09)
			De acordo com o painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), mais de 5 mil violações foram denunciadas por meio do Disque 100. (Postagem 2)
			Apenas na primeira metade do ano de 2023, foram registradas mais de 2 mil violações à integridade das pessoas trans. Integridade física e psíquica foram as mais frequentes, segundo dados do painel de dados da ONDH
			(Postagem 2)
			Infelizmente, pessoas trans enfrentam diversas formas de violência e discriminação simplesmente por serem quem são. (Postagem 02)
Narrativas	Relatos	Relatos de pessoas trans sobre suas vivências (Autorrelatos)	Vocês fizeram o impossível até chegar até aqui, diante de tanta violência que esse país nos oferece. (Postagem 06)
			[Andreas] Eu espero muito que as pessoas comecem a ver pessoas da comunidade LGBT e pessoas que mostram que estão frágeis ou qualquer tipo de “divergência” do que é socialmente normal como pessoas, porque somos pessoas, a gente sempre foi e a gente sempre vai ser, sem precisar de leis para isso, sem precisar de debates intermináveis sobre o porquê ou não a gente deve respeitar as pessoas. A gente só se respeita, porque do mesmo jeito que eu sangro, você sangra, do mesmo jeito que você pensa ou sente, eu sinto também. (Postagem 7)
			[Alex] As pessoas que me conheceram antigamente e que me veem agora e muitas vezes não pegaram todo esse processo, eles falam que fica visível a diferença de como eu me porto, de como eu falo,

Tema	Categorias	Subcategorias	Segmentos de Texto
			porque agora eles veem que eu sou eu mesmo, que eu consigo me expressar como eu mesmo, que antes eu me sentia muito silenciado e tentando cumprir mesmo a expectativa de ser alguém que eu não era. Então acabava sendo muito... era como se eu estivesse atuando na minha vida. (Postagem 8)
		Apresentação de relatos de pessoas trans sobre suas vivências	Andreas compartilha suas reflexões sobre como todos nós podemos promover a inclusão e o respeito mútuo, enfatizando que não deveria haver a necessidade de leis e debates para isso, porque todos deveriam simplesmente tratar todo mundo com igualdade e respeito. (Postagem 7) [Alex] Em suas próprias palavras, ele revela as transformações profundas que experimentou ao se libertar das expectativas impostas pela sociedade e abraçar sua verdadeira identidade. (Postagem 8) [Alex] Uma história de coragem, superação e autenticidade que nos faz refletir sobre a importância do respeito e da inclusão. (Postagem 8)

Tabela 4

Grelha categorial referente ao tema “práticas”

Tema	Categorias	Subcategorias	Segmentos de Texto
Práticas	Atuações	Ministério da Saúde	Em homenagem a essa data importante para a história do nosso país, nós do MDHC junto com o Ministério da Saúde iniciamos a campanha “20 anos da Visibilidade Trans”, onde traremos diversos conteúdos e informações. Fiquem ligados e acompanhem de perto. (Postagem 01) Em parceria com a Fiocruz e OPAS, o Ministério da Saúde tem o objetivo de promover e ampliar o acesso às estratégias de prevenção combinada ao HIV em ambulatórios trans do Brasil. O projeto foi implementado em oito ambulatórios especializados no cuidado integral de pessoas trans e não binárias, em GO, PB, AL, PE, AM, MG, RJ e RS. (Postagem 4) Inserção de identidade de gênero nos sistemas de dispensação de TARV. (SICLOM) Possibilitando futuras verificações sobre a população trans, travesti e não binaries vivendo com HIV e suas especificidades, as que usam PrEP e PEP. (Postagem 4) Oferta de novos Cursos de Ensino à Distância (EaD) em Prevenção: Acesso e acolhimento das populações chave do HIV/Aids nos serviços de saúde. Enfrentamento ao estigma e discriminação de populações em situação de vulnerabilidade nos serviços de saúde. (Postagem 4)

Tema	Categorias	Subcategorias	Segmentos de Texto
			Publicação das Diretrizes e estratégias para o enfrentamento ao HIV/Aids e outras ISTs para mulheres em situação de vulnerabilidades. (Englobando mulheres trans e travestis) Apoio à sociedade civil para a produção e difusão de materiais de comunicação em saúde Publicação e acompanhamento da Convocação nº 01/2023 – DATHI/Pnud, com a seleção de 28 projetos de comunicação em saúde produzidos e disseminados por OSC, sobre temas relacionados à prevenção do HIV/aids, da TB, das HV, das IST e/ou da coinfeção TB-HIV. (Postagem 4) Inclusão do nome social no app Meu SUS Digital Inserção dos campos nome social, identidade de gênero e orientação sexual nos sistemas de vigilância em saúde. (Postagem 4)
Práticas	Atuações	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	O que a gente está construindo entregar para vocês a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. (Postagem 06) A secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, destacou algumas ações da pasta em curso no Brasil. “Nossa meta é entregar a política nacional dos direitos das pessoas LGBTQIA+. Nós lançamos em dezembro de 2023 a Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência e a gente quer começar a apoiar, este ano, as Casas de Acolhimento. É o início deste processo”. (Postagem 06) Ainda durante a programação, o Governo Federal, através do MDHC, instituiu o prêmio Fernanda Benvenutty, em homenagem à reconhecida ativista e defensora da cultura e do movimento LGBTQIA+. Entre os premiados estão ativistas e políticas Keila Simpson, Kátia Tapety e Indianarae Siqueira, a ex-presidenta Dilma Rousseff, o padre Júlio Lancellotti e a atleta de vôlei Tiffany Abreu, dentre outras. (Postagem 06)
Práticas	Atuações	Atuação Externa	Estar na gestão pública é fazer reparação histórica. O STF garantiu a autodeterminação de gênero e esse é um direito que tem que chegar para todas as pessoas. (Postagem 09)
Práticas	Direitos	Declarações	[Silvio Almeida] Quando alguém vem com aquela história de que as pautas, de que as agendas das pessoas trans são pautas divisivas, eu quero dizer que quem quer dividir o Brasil é quem não entende que as pessoas LGBTQIA+ tem direito a políticas de saúde, educação, trabalho, emprego e renda e segurança. Enquanto vocês não tiverem segurança, ninguém terá nesse Brasil. (Postagem 06) [Simmy Larrat] É inadmissível que a gente não tenha um marco regulatório que justifique o que nós temos que fazer na política pública, porque todas as populações tem e nós não temos. E nós nos demos esse desafio. (Postagem 06) [Silvio Almeida] Eu quero dizer que não existirá cidadania no Brasil, não existirá democracia no Brasil, não existirá desenvolvimento econômico no Brasil se as pessoas LGBTQIA+ não puderem exercer os seus direitos. (Postagem 06)

Tema	Categorias	Subcategorias	Segmentos de Texto
Práticas	Direitos	Instruções	Se você, pessoa transgênera, chegar em algum cartório e tiver alguma dificuldade, algum empecilho, ou sofrer alguma violação transfóbica, disque 100. O nosso canal de denúncias está pronto para colher estas e outras denúncias de violação aos direitos humanos das pessoas transgêneras. (Postagem 09) Se você é uma pessoa transgênero e enfrenta dificuldades em cartórios ou sofre violência, ligue para o Disque 100. (Postagem 09)

3.1.1 Descrição das categorias

Conforme apresentado, foram delineadas três categorias finais, que abarcam de forma ampla as *temáticas* levantadas. Em se tratando da primeira, chamada *Orientações*, foram agrupados os dados (nomeados de segmentos de texto, abreviação ST, ou ainda, unitarizações) que se dedicam à compreensão do tema da transgeneridade de diferentes formas. Esta categoria foi dividida em categorias intermediárias (ou apenas categorias) chamadas *Explicações Gerais e Condutas*.

A categoria *Explicações Gerais* faz referência às informações básicas acerca da população transgênero. Inclui nesta categoria dados relevantes, descrição de conceitos e de temas importantes relacionados à tal população e exposições de processos subjetivos de uma pessoa transgênero. Ela foi subdivida em três subcategorias, relacionadas ao tipo de declaração realizada. A primeira subcategoria se chama *Declarações informativas em primeira pessoa*, e contém enunciados posicionados com os pronomes *eu* ou *nós*, contendo informações objetivas sobre aspectos da transgeneridade como, por exemplo, o ST “O Meu nome é aquele que eu me reconheço e com o qual me apresento” (Postagem 3). Entende-se que a relevância de destacar as pessoas do discurso está em compreender de onde estão vindo as informações; no caso da subcategoria em questão, os enunciados partem ora de representantes do grupo de pessoas trans e falam especificamente para o grupo de pessoas trans como um todo, ora de representantes do grupo de pessoas cisgênero e falam especificamente para o grupo de pessoas cis.

A segunda subcategoria foi nomeada como *Declarações informativas em terceira pessoa*. No caso desta categoria, as informações partem utilizando-se a terceira pessoa do discurso, ou seja, *ele(a)* ou *eles(as)*, com conteúdo de ordem objetiva sobre a transgeneridade como, por exemplo, “Então, o que importa é onde ela quer estar e onde ela vai estar e onde ela quiser estar [sobre transição]” (Postagem 3). A terceira categoria inicial tem o nome de

Declarações subjetivas em terceira pessoa, se referindo às sentenças que se posicionam com os pronomes *ele(a)* ou *eles(as)* e se referem às informações de âmbito privado ou subjetivo da experiência de pessoas trans. Um exemplo de ST desta categoria é “A população adulta brasileira é formada por cerca de 3 milhões de pessoas trans e travestis” (Postagem 4).

OS ST que explicam ao receptor o que se pode fazer e o que não se pode fazer em relação à população trans foram agregadas na categoria intermediária *Condutas*. Foram delineadas as subcategorias *Condutas positivas (o que se pode/deve fazer)* e *Condutas negativas (o que não se pode/deve fazer)*. A primeira evoca do receptor aspectos positivos em relação à transgeneridade, como o respeito às diferenças, como o ST “Muito ainda precisa ser feito, então respeito e solidariedade são primordiais hoje e sempre” (Postagem 1). Já a segunda subcategoria explica ao receptor aspectos negativos possíveis no trato com pessoas trans, como não tocar em determinados assuntos e quais assuntos podem ser invasivos, como exemplificado no ST “Essa pergunta é invasiva e não tem relação nenhuma com a nossa conversa [como você faz sexo?]” (Postagem 3).

O segundo tema se chama *Narrativas*. A escolha do nome desta categoria se dá devido o teor de seu conteúdo, no qual se estabelece elementos diversos sobre a transgeneridade contextualizando o recorte grupal socialmente que ajudam a construir perspectivas e entendimentos sobre o tema. Isto se dá a partir de aspectos históricos, como se constata na categoria *História*, em falas de representantes do grupo, agrupados na categoria *Relatos* ou, ainda, com informações sobre violências sofridas pelo grupo, agrupadas na categoria *Violências*.

A categoria *História* compreende os aspectos históricos relacionados à população trans, seja em referência à trajetória de figuras históricas transgênero ou em referência aos marcos históricos, principalmente eventos importantes que levaram ao estabelecimento de datas que são relevantes para a população trans. Em se tratando das subcategorias contidas

nesta categoria intermediária, foram delineadas quatro. A primeira se chama *Figuras históricas trans e suas trajetórias*, sendo, portanto, uma subcategoria em que há alguma informação sobre pessoas trans que foram importantes para as conquistas e a visibilidade do grupo. Para ilustrar, destaca-se o ST “A primeira transexual registrada na história do Brasil é Xica Manicongo (...)” (Postagem 01). A segunda foi nomeada de *Visibilidade*, referindo-se a informações sobre aspectos históricos relacionados ao aumento da compreensão sobre a transgeneridade no país, como o ST “Na década de 1990, o mundo viu um aumento na visibilidade e aceitação da transexualidade (...)” (Postagem 01). A terceira subcategoria *29 de janeiro* se refere às menções relacionadas à data, dia nacional da Visibilidade Trans, ou aos demarcados 20 anos de visibilidade trans a partir da data histórica de 29 de janeiro de 2004, onde foi lançada a campanha “Travesti e Respeito” no Congresso Nacional. Para exemplificar tal subcategoria, segue o ST “Em 29 de janeiro de 2004, foi lançada no Congresso Nacional a campanha “Travesti e Respeito” do Ministério da Saúde (...)” (Postagem 01). A última subcategoria se chama *31 de março*, que contém menções à data do Dia internacional da visibilidade trans, como é possível perceber no ST “Após 20 anos de lutas pela visibilidade trans, a pauta alcançou um patamar histórico nesta segunda” (Postagem 06).

Qualquer menção aos dados que informam sobre a violência contra pessoas trans foi agregado na categoria intermediária *Violência*. Esta categoria foi se encontra dividida em duas subcategorias, *Assassinatos* e *Outras Violências*. Isto se dá pela necessidade de destacar a subcategoria que une todas as menções específicas ao dado de número de assassinatos de pessoas trans no Brasil, totalizando quatro passagens, como observado no ST “O Brasil lidera os índices globais de assassinatos de pessoas trans” (Postagem 2). A subcategoria *Outras Violências*, por sua vez, recorta as sentenças que possuem menção generalizada à violência ou se refere a um aspecto específico que não o assassinato, como visto no ST “Infelizmente,

peessoas trans enfrentam diversas formas de violência e discriminação simplesmente por serem quem são” (Postagem 02).

Representantes da população trans falando sobre si mesmos e suas compreensões sobre a transgeneridade, bem como a apresentação dessas pessoas na legenda da postagem em questão, fazem parte da categoria intermediária *Relatos*. Esta categoria contém subcategorias, *Autorrelatos*, onde há a transcrição direta do depoimento das pessoas trans sobre suas vivências, como no ST “(...) A gente só se respeita, porque do mesmo jeito que eu sangro, você sangra, do mesmo jeito que você pensa ou sente, eu sinto também” (Postagem 7); e *Apresentação de Relatos*, que corresponde à apresentação da página sobre tais depoimentos como, por exemplo no ST “Andreas compartilha suas reflexões sobre como todos nós podemos promover a inclusão e o respeito mútuo (...)” (Postagem 07).

O último tema foi nomeado *Práticas* devido seu conteúdo que abarca passagens relacionadas às ações realizadas por instâncias do governo ou, ainda, instruções direcionadas a pessoas trans que necessitem relatar situações de violência a alguma instância governamental. Esta categoria está subdividida em *Atuações* e *Instruções*.

A categoria *Atuações* refere-se principalmente aos recortes textuais que mencionam o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e o Ministério da Saúde. Neste recorte, se explana quais ações as instâncias governamentais citadas já realizaram em prol da população trans. Dentro desta, encontram-se três subcategorias: *Ministério da Saúde*, *Ministério dos Direitos Humanos e cidadania* e *Atuação Externa*. A primeira refere-se às atuações do Ministério da Saúde referente à população transgênero, a segunda trata das atuações específicas do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e a terceira se refere às atuações externas a ambos aos ministérios. Um exemplo de ST da categoria *Atuações* encontra-se a seguir: “Em parceria com a Fiocruz e OPAS, o Ministério da Saúde tem o objetivo de

promover e ampliar o acesso às estratégias de prevenção combinada ao HIV em ambulatórios trans do Brasil (...)” (Postagem 04).

Falas do ministro dos Direitos Humanos Silvío Almeida e da secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ Simmy Larrat defendendo os direitos da população trans, bem como orientações específicas referentes aos direitos da população trans foram agregadas na categoria intermediária *Direitos*. Dentro da desta encontram-se as subcategorias *Declarações*” e *Instruções* a partir do teor da fala ou texto destacado. Um exemplo de ST referente à categoria “Direitos” é “[Simmy Larrat] É inadmissível que a gente não tenha um marco regulatório que justifique o que nós temos que fazer na política pública, porque todas as populações têm e nós não temos. E nós nos demos esse desafio” (Postagem 06).

Ao todo, foram categorizadas 69 unitarizações, subdividas em 18 categorias iniciais (subcategorias), 7 categorias intermediárias (categorias) e 3 categorias finais (temas).

Tabela 5

Quantidade de categorias, subcategorias, temas e unitarizações

Unitarizações (ST)	C. Inicial (subcategorias)	C. Intermediária (categorias)	C.Final (temas)
69	18	7	3

3.2 Análise dos resultados

Para iniciar o processo de análise dos dados categorizados, é necessário examinar o conteúdo destes dados e suas implicações enquanto fenômeno grupal. A singularidade do conteúdo das postagens é notória por se tratar de transcrições de imagens contendo texto, vídeos editados e entrevistas, além das legendas que introduziam ao público o teor do que estava sendo apresentado. Além disso, é necessário ter em vista que os documentos em análise são oriundos da plataforma da rede social Instagram. Este ponto é de suma

importância ser reforçado para que se adote abordagens adequadas ao tipo de conteúdo a ser observado. Com estes pontos em destaque, faz-se necessário localizar os recortes grupais em questão e como é possível abordá-los a partir do material coletado.

Os documentos em análise são multifacetados e fornecem diferentes vozes representativas e posições sobre quem está emitindo as informações, bem como para quem se está emitindo as informações. Em determinados recortes, é possível observar que a emissão do conteúdo acontece de representantes do grupo de pessoas trans. “O Meu nome é aquele que eu me reconheço e com o qual me apresento” (Postagem 3) é um exemplo de unidade de texto em que o autor da frase emitida se posiciona, de forma direta, como representante do grupo. Em outros momentos, o emissor não é identificado. Não há, no entanto, indicativo de emissores que façam parte do grupo de pessoas cisgênero. Mesmo nos conteúdos que não possuem um emissor localizado, é possível inferir que o discurso apresentado se organiza em torno da representação do pensamento grupal de pessoas trans. Considerando esta afirmação, é possível afirmar que o conteúdo dos dados coletados é um recorte fidedigno de aspectos contra normativos oriundos do grupo de pessoas transgênero.

Allen (1985), em sua construção de diferentes níveis de organização em influência social, apresenta a categoria intragrupal, compreendendo os fenômenos que ocorrem entre os membros do grupo em se tratando de seus aspectos psicológicos. O grupo de pessoas transgênero pode ser considerado um grupo identitário, sendo suas características do grupo entendidas como tendo um papel central na identidade social dos seus membros.

Em se tratando do grupo receptor, após análise das unidades de texto em questão, é possível afirmar que na verdade há dois públicos-alvo das postagens. A população cisgênero, aqui entendida como o recorte de grupo majoritário no qual se estabelece a dinâmica minoria/maioria, é o primeiro grupo alvo das informações emitidas. Unidades de texto como “Respeitar as diferenças é o primeiro passo para o fim de todos os tipos de violência. Não

esqueça, caso testemunhe violações de direitos humanos, disque 100; e em casos de emergência, ligue 190” (Postagem 2) apontam para uma construção de diálogo com a população a fim de sensibilizar para agir em prol da defesa da população transgênero; há ainda instruções diretas sobre o trato da população cisgênero com pessoas trans, como visto na unidade de texto “Se a pessoa não tratou de assuntos íntimos e não lhe deu liberdade para falar sobre isso, [como você faz sexo] é porque ela não quer, não é mesmo?” (Postagem 3).

Neste ponto de definição de uma parcela do público-alvo ser a população cisgênero, faz-se necessário destrinchar este recorte enquanto grupo e sua relação com o grupo de pessoas transgênero. Allen (1985), ao definir os níveis de organização em influência social, estabelece que há uma dimensão intergrupar, onde se encontra a dinâmica de grupos orientativos e grupos sistêmicos. Grupos orientativos se refere à relação entre dois grupos onde há a diferenciação em uma única dimensão (característica ou norma), enquanto em grupos sistêmicos há a diferenciação com base em múltiplos critérios. Cabe aqui estabelecer, portanto, que segundo os níveis de organização de Allen (1985), o recorte grupal de pessoas transgênero e o recorte grupal de pessoas cisgênero age em uma dinâmica intergrupar em que há uma minoria e uma maioria em relação e potencialmente em conflito e dinâmica de influência (a ser observado posteriormente na pesquisa). Quanto à classificação orientativa ou sistêmica, algumas considerações a mais são necessárias.

A norma grupal em disputa entre esses dois recortes grupais se refere à dimensão de gênero. Como citado anteriormente, a norma hegemônica referente a gênero no Brasil atual envolve os aspectos biológicos, anatômicos e sociais das categorias *homem* e *mulher*, desconsiderando possibilidades outras de trânsito ou modificação delas. As categorias *homem* e *mulher*, possuem, devido a isto, restrições culturais, sociais e biológicas do que é considerado masculino e feminino. Em relação às normas alternativas referentes a gênero, as categorias não são consideradas fixas ou biologicamente determinadas. Por conseguinte,

existem possibilidades de outras categorizações, bem como flutuações e variações entre as diversas categorias em nível cultural e intrassocial. Visando abarcar os níveis de análise de Allen (1985), portanto, estabelece-se que os recortes em questão, bem como os documentos que estão em análise, apontam para uma dinâmica intergrupar de orientação.

O outro público-alvo apontado nos dados analisados, ainda que em menor quantidade, é o de pessoas transgênero que acessam as postagens. A unidade de texto “Se você é uma pessoa transgênero e enfrenta dificuldades em cartórios ou sofre violência, ligue para o Disque 100” (Postagem 9) exemplifica que o discurso construído tem como objetivo informar diretamente a pessoas trans. É possível interpretar esse gesto de emissão comunicacional para pessoas transgênero como um ponto de manutenção intragrupal: o reconhecimento de outros membros do grupo, com orientações institucionais sobre procedimentos possíveis de serem realizados após situações de violência. Em todo caso, há esta comunicação em ambas as direções, tanto para o exogrupo (pessoas cisgênero) quanto para o endogrupo (pessoas transgênero).

Em conclusão, compreende-se que as unidades de texto categorizadas em análise são emissões de informação realizada pelo grupo de pessoas transgênero, um grupo identitário segundo as categorias de Allen (1985), direcionadas para serem recebidas tanto pela população cisgênero, havendo, portanto, uma dinâmica intergrupar de orientação entre ambas, quanto pela população transgênero, indicando uma manutenção da coesão endogrupal e intragrupal.

Vale ressaltar o caráter qualitativo da presente pesquisa, baseando-se em constructos teóricos e conjecturas a partir de resultados experimentais. Gerard (1985) compreende que há elementos diversos nos fenômenos desenvolvidos em laboratório do que naqueles observados em grupos minoritários e majoritários já desenvolvidos na sociedade, afirmando que estes fenômenos ainda não foram estudados. Alinhando essa afirmação com a revisão de literatura

realizada na presente pesquisa, pode-se afirmar que o campo de estudo sobre influência minoritária continua sendo mais realizado a partir de pesquisas experimentais, em relação a pesquisas que utilizam métodos de observação, coleta e análise de dados diversas a este. É de especial interesse utilizar os elementos resultantes de tais pesquisas em outra abordagem, na qual a observação do fenômeno acontece a partir de dados produzidos em um contexto não controlado, buscando aplicar as premissas dos autores, a fim de observá-las ou refutá-las.

A partir dessas bases, é possível entrar na análise de cada categoria. As categorias finais *Orientações*, *Narrativas* e *Práticas* apontam que os dados levantados integram uma gama ampla de perspectivas sobre o tema, apontando para uma abordagem que abarca diferentes facetas do tema da transgeneridade. É possível inferir que, no contexto específico da página na qual o conteúdo foi retirado, existe um exercício de abordar estes diferentes aspectos, cobrindo uma parcela considerável de dúvidas ou questionamentos que o grupo receptor (pessoas cisgênero, em sua maioria) pode ter sobre o tema em questão.

3.3.1 “Falando que a gente vai diminuir o preconceito”: Categoria *Orientações*

A primeira categoria foi nomeada *Orientações*, agregando em seu conteúdo as categorias *Explicações gerais* e *Condutas*. É notório que esta categoria possui um caráter de direcionamento; um guia sobre aspectos mais elementares da transgeneridade. São afirmações curtas e com conteúdo visível sobre a população. Infere-se que essas características se dão pelo seguinte motivo: a população transgênero no Brasil possui grande histórico de invisibilidade e marginalização, sendo, portanto, um recorte grupal facilmente desconhecido ou pouco conhecido pela maioria da população. O esforço grupal, observado através das postagens, de esclarecer dúvidas e, de alguma forma, apresentar este grupo para as demais pessoas se revela como uma forma de familiarizá-lo enquanto um grupo organizado.

Ao observar os dados da presente pesquisa, é possível inseri-los em direta correlação com aspectos teóricos desenvolvidos por Moscovici (1985). Em seu capítulo “Inovação e influência Minoritária”, Moscovici debruçou-se em reflexões sobre desvio e minoria, afirmando que existem diferenças observáveis entre os chamados desviantes e aqueles que formam uma minoria ativa. Os desviantes, pela definição utilizada por Moscovici (1985) e valendo-se do termo proposto por Durkheim, seriam considerados anômicos. Ou seja, o desvio localiza-se na definição de minoria inativa/passiva ou anômica, sendo caracterizado como “aqueles que opõem, mas não propõem” (1985, p. 14, tradução nossa). Diferentemente, as minorias sociais seriam chamadas de “antinômicas”, ou ainda nômicas ativas. Antinômicas se dá pela característica de oposição às normas estabelecidas, enquanto nômicas ativas enfatiza a defesa de normas alternativas, sendo, portanto, diferentes aspectos de definição para os mesmos grupos. Estes, enfim, são caracterizados por buscarem “não desorganizar, mas reorganizar a respeito ao que eles opõem” e “desejam derrubar a ordem existente das coisas para substituir, não pelo caos, mas por uma ordem diferente” (1985, p. 14 e 15, tradução nossa).

Explicitadas tais definições, voltemos para o grupo de pessoas trans em análise através das postagens. Moscovici (1985) afirma que

No curso da evolução de um grupo, e até mesmo na vida de um indivíduo, pode-se observar claramente a passagem da situação de desvio para a de minoria, e ocasionalmente o inverso. Mas as duas situações são distintas. Elas envolvem atitudes, comportamentos e qualidades psicológicas bastante diferentes (p. 15, tradução nossa).

A categoria *Orientações* e seus elementos textuais evidenciam a afirmação feita por Moscovici. Os dados levantados apontam que o grupo de pessoas trans envolvido na elaboração das postagens está interessado em estabelecer atitudes, comportamentos e

qualidades psicológicas de uma minoria ativa, diferentemente do que é historicamente observado em relação ao grupo. Orientar a população, tanto cisgênero quanto transgênero, acerca das necessidades e questões da população trans é uma forma marcante de propor novas referências normativas de base para os grupos, e não apenas a oposição à norma de gênero vigente.

Esta categoria aponta para uma das maiores afirmações teóricas em relação às minorias ativas, o seu estilo comportamental, principalmente a consistência grupal. Nas palavras de Moscovici (1985):

Ela sempre indica forte convicção e compromisso. Mostra que a minoria acredita no que diz e que sua crença está firmemente estabelecida. Suponhamos que um indivíduo ou grupo expresse a mesma ideia ou mantenha o mesmo tipo de comportamento em todas as circunstâncias. Isso fornece evidências de uma convicção inegável no que é dito ou feito. Tal unicidade de propósito, tal confiança, nunca deixa de causar uma impressão ou, de fato, de atrair outros. Todos reconhecem que um indivíduo ou grupo consistente sabe o que quer, está disposto a pagar o preço de suas ações, rejeitará qualquer concessão à maioria e, em hipótese alguma, cederá à pressão. Da mesma forma, esse comportamento preserva a força interna da própria minoria (p. 28-29, tradução nossa).

Ao longo de todo material documental trabalhado, é possível verificar a característica da consistência. As informações apresentadas são, em diversos casos, repetidas várias vezes. Não há dimensão de dúvida nas informações que são transmitidas. Isso fica nítido no fragmento da unidade de texto: “E é só falando que a gente vai diminuir o preconceito e o estigma que vivem vulnerabilizando essa população. Por isso, é muito importante que a gente comemore dessa maneira especial, esse ano, esse 29 de janeiro e replique nas nossas ações um debate fiel, um debate honesto sobre a transgeneridade.” (Postagem 5). Pode-se

interpretar que os emissores das postagens, compreendidos como representantes do grupo de pessoas trans, está atuando enquanto minoria ativa (Moscovici, 2011), sendo consistente em suas declarações e nas informações apresentadas enquanto norma alternativa.

Harold B. Gerard (1985), em seu capítulo ‘Quando e como a minoria prevalece’, realizou uma análise que aponta para respostas de como as minorias emergem naturalmente, no mundo real, para além de contextos criados em manipulação experimental. De forma especulativa, mas com bases em estudos experimentais em influência e inovação, Gerard foi capaz de observar condições necessárias para o sucesso da minoria, afirmando que a minoria deve de alguma forma atender às necessidades da maioria, ainda que de forma a evocar a ambivalência que a maioria pode sentir em relação às normas hegemônicas nas quais se reporta. É necessário, portanto, que a minoria vá além do estilo comportamental da consistência, buscando convencer o grupo maioritário que seus interesses também serão atendidos caso seja assumido o ponto de vista da minoria. Nas palavras do autor (2008):

A minoria, por estar em contato com a realidade dos fatos sociais que a maioria não é capaz ou não está disposta a enfrentar diretamente, de certa forma tem a razão, se não o poder, ao seu lado. Ter algum grau de base na realidade, por menor que seja, é a condição necessária, e o estilo comportamental persistente e consistente descrito por Moscovici é a condição suficiente para o eventual sucesso da minoria em converter um número suficiente de membros da maioria para sua posição. (p. 173, tradução nossa).

Exemplos dessas características apontadas Gerard são encontrados no material trabalhado. Tomemos como exemplo o ST supracitado da postagem 9: a perseguição que o texto cita, possivelmente, faz referência ao processo histórico da patologização e da psiquiatrização da transgeneridade ao longo da história, que vem sendo observado, documentado e estudado na contemporaneidade. Os prejuízos da população transgênero vem

sendo delineados, como o estigma, a marginalização, a exclusão de acesso à saúde, a repressão e o preconceito (Tenório & Prado, 2016). Estas e outras informações, como “a população adulta brasileira é formada por cerca de 3 milhões de pessoas trans e travestis” (Postagem 4) endossam esta abordagem informativa e factual com base na realidade observável.

3.3.2 “*Agora eles veem que eu sou eu mesmo*”: *Categoria Narrativas*

Compreender que as unidades de texto categorizadas se encaixam em uma dimensão narrativa é desafiador devido a apreensão de que a construção de uma narrativa sobre um grupo aborda processos culturais e identitários complexos. Esta categoria agrega informações interessadas em sedimentar uma narrativa consolidada sobre o grupo de pessoas trans no Brasil, sendo, portanto, um processo que envolve a construção de uma identidade desta população bem como as formas de abordá-la e falar sobre ela.

Moscovici (1975, p. 262) afirma que “um estilo de comportamento é um comportamento simbólico, significando algo para um indivíduo ou um grupo”. Esta afirmação dá margem para uma análise tangencial da categoria em seus elementos simbólicos. A pergunta é: Porque construir narrativas acerca da transgeneridade? Enquanto minoria ativa, o estilo comportamental da consistência já foi apontado como crucial para o fenômeno da influência, mas é necessário que seja analisado quando e como a minoria realiza esse comportamento.

A categoria *História* e suas subcategorias *Figuras históricas e suas trajetórias*, *Visibilidade*, *29 de janeiro* e *31 de março* parecem participar de um fenômeno de construção de memória coletiva. Nas palavras de Jesus (2019, p. 254):

Para termos consciência de quem somos precisamos de memória, de ter conhecimento de nossa história, de onde viemos, de que a nossa população lutou, e morreu, para que tivéssemos os mínimos direitos dos quais hoje gozamos.

A construção de uma memória coletiva da transgeneridade retoma elementos de coesão grupal e consistência, características importantes para a atuação de uma minoria ativa. A categoria *História* constrói uma consonância de elementos históricos que se agrupam de forma a trazer protagonismo e agência para o grupo. Sobre a unitarização “A primeira transexual registrada na história do Brasil é Xica Manicongo. Nascida no Congo, foi trazida para o Brasil no século XVI como escrava para trabalhar como sapateira. Em 1591, foi condenada por sodomia e obrigada a usar roupas masculinas” (Postagem 01), vale ressaltar a análise de Jesus (2019, p. 259) em seu artigo.

Aponta a apropriação e ressignificação da personagem histórica Xica Manicongo, particularmente no século XXI, como um momento de inflexão da consciência da população trans com relação a sua história, e não apenas como um mero registro formal de uma existência determinada.

Tal reconstrução histórica participa, de maneira relevante, da construção de outras perspectivas sobre a multiplicidade de experiências relacionadas à vivência de uma identidade de gênero trans, a partir do protagonismo do próprio grupo social, que apreende seu passado, questiona o presente e constrói o próprio futuro.

Gerard (1985) assume que a minoria, se sentindo sobrecarregada pela presença da maioria, constrói laços endogrupais e um *espírito* de grupo mais forte do que os membros do grupo majoritário. Este *espírito* pode levar a elementos como aceitação e confiança mútuos, com um maior senso de segurança entre os membros do grupo. Não parece ser infundado acrescentar que a construção de uma memória coletiva, bem como o reforçamento contínuo de datas marcantes e elementos históricos vinculados ao grupo da transgeneridade, também constituem este *espírito* de grupo que é mencionado.

Outra característica importante que esta categoria revela está no que Gerard (1985) definiu como a função de personalidade da adesão grupal.

Estar em uma minoria pode ser uma afirmação da individualidade e da distintividade do membro. A pertença a um grupo é uma declaração pública sobre um lado da pessoa que exige expressão. É um distintivo de identidade, definindo um aspecto do eu que a pessoa considera importante (p. 184, tradução nossa).

Aspectos de construção de memória coletiva também podem permear a construção de expressão e identidade. A unitarização “As pessoas que me conheceram antigamente e que me veem agora e muitas vezes não pegaram todo esse processo, eles falam que fica visível a diferença de como eu me porto, de como eu falo, porque agora eles veem que eu sou eu mesmo, que eu consigo me expressar como eu mesmo, que antes eu me sentia muito silenciado e tentando cumprir mesmo a expectativa de ser alguém que eu não era” (Postagem 8) aparece aqui de forma a ilustrar este aspecto expressivo da construção grupal; é uma postagem de um membro do grupo relatando que o seu entendimento enquanto pessoa trans o ajudou a se expressar. Já a unitarização “Em suas próprias palavras, ele revela as transformações profundas que experimentou ao se libertar das expectativas impostas pela sociedade e abraçar sua verdadeira identidade” (Postagem 8) complementa a mesma postagem, explicando que a existência da pessoa consiste em uma liberdade em relação às expectativas (ou normas) hegemônicas na sociedade.

3.3.3 “Estar na gestão pública é fazer reparação histórica”: Categoria Práticas

As características deste tema categorial apresentam elementos diferentes dos outros aqui apresentados. Enquanto ambos os outros apresentam elementos que parecem apontar para a constituição grupal e características comportamentais que levam ao conflito e à influência, este tema se detém em explicitar atuações governamentais em torno da população transgênero.

Pode-se observar que estas características se relacionam ao elemento governamental e institucional no qual foram retiradas as postagens em análise. Para além de informar e explicar sobre a transgeneridade, a dimensão prática refere-se a uma atuação em prol da população, explicitado na subcategoria *Atuações*, e os seus direitos enquanto cidadãos, explicitados na categoria *Direitos*.

É interessante observar que o termo *reparação histórica* é mencionado em diversas unitarizações, neste e nos outros temas, sendo um termo intrinsecamente relacionado à noção de práticas voltadas para o grupo minoritário. Moscovici e Pérez (2007, 2009) desenvolveram estudos relacionados à observação de outros fenômenos envolvendo as minorias, nomeado de minorias vitimizadas. Esta envolve a compreensão de que há grupos sociais que realizam a influência social a partir da posição de vítima, sendo, portanto, caracterizado de forma diferente das minorias ativas. Quando os autores mencionam a noção de compensação e culpa social, eles se referem ao movimento que é realizado pela maioria a partir das declarações do grupo minoritário enquanto vítima, sendo possível observar que

É razoável supor que a minoria como vítima permite que a maioria—que causou tanto dano—supere seu conflito interno, faça um novo começo, mas não crie um conflito externo que possa mudar, de forma latente, a maneira como a maioria julga ou pré-julga a minoria. Essa hipótese explica, em parte, a prática de reparações que listamos anteriormente, apelos por perdão ou ofertas de reparação de erros, que se supõe purificar a memória (...) para resumir nossa hipótese: o efeito de uma minoria como vítima é provocar uma influência manifesta nos julgamentos ou avaliações da maioria. Espera-se que uma minoria ativa produza uma influência latente. (Moscovici & Pérez, 2007, p. 729, tradução nossa).

Moscovici e Pérez (2007, 2009) realizaram experimentos que confirmassem as hipóteses relacionadas à identificação de minorias vitimizadas, em contraponto com as

minorias ativas. No que cabe na presente análise, é interessante observar que a fala da Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ coaduna com a compreensão de que há uma solicitação da minoria enquanto grupo social vitimizado de reparação de erros. A unitarização completa é: “Estar na gestão pública é fazer reparação histórica. O STF garantiu à autodeterminação de gênero e esse é um direito que tem que chegar para todas as pessoas.” (Postagem 9).

É importante reafirmar que há elementos contundentes que levam à classificação do grupo social de pessoas trans como minorias vitimizadas. Toda a coleta de dados aqui trabalhada pode ser entendida como elementos de uma influência *manifesta*, como foi delineado por Moscovici e Pérez. Em outras palavras, existir um setor institucional e governamental voltado às preocupações e necessidades da população trans revela que houve, em algum ponto da história da sociedade brasileira, influência o suficiente para que se alcançasse estas manifestações e produções. Esta influência não é observável a nível latente, ou interno, como é descrito pelos autores a produção de uma influência oriunda de uma minoria ativa, mas sim manifestações diretas em prol da população e, especificamente neste tema, nas práticas realizadas para a proteção e garantia dos direitos de pessoas trans no país.

No entanto, existem pontos a serem levantados sobre tais proposições. Em ambos os estudos utilizados na presente pesquisa, Moscovici e Pérez apontam para o fenômeno de culpa social (2007; 2009) como explicação para o conflito entre minoria e maioria, levando à influência manifesta. O senso de culpa seria responsável por um conflito que ocorreria nos processos internos da maioria, levando a um movimento de concessão de atos reparatórios para com a minoria. Há uma clara divisão entre estes mecanismos de desenvolvimento de influência e os mecanismos realizados pelas minorias ativas, ou ativistas, como foram nomeadas nestes estudos mais recentes. Não há elementos o suficiente nas postagens que denotem a elicitación do sentimento de culpa para a população cisgênero. Em posteriores

pesquisas, é interessante a observação desse possível elemento de culpa nas construções e manifestações da minoria ao se dirigir à maioria; porém, nos dados em questão, este não foi verificado.

Em se tratando de aspectos estruturais e governamentais, as práticas apontadas nos dados levantados seriam formas de atuação em que se busca a resolução do conflito que leva às violências e preconceitos vivenciados pela população trans. Para além da noção de *reparação histórica*, são evocados diversas práticas e atuações que concretamente se dirigem à melhoria da qualidade de vida de pessoas transgênero e a garantia de seus direitos. Alguns exemplos que podem ser citados: “O que a gente está construindo entregar para vocês a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+” (Postagem 06); “Inclusão do nome social no app Meu SUS Digital; Inserção dos campos nome social, identidade de gênero e orientação sexual nos sistemas de vigilância em saúde. (Postagem 4)”;

“Se você é uma pessoa transgênero e enfrenta dificuldades em cartórios ou sofre violência, ligue para o Disque 100” (Postagem 09). Todos refletem o aspecto prático assumido em que há elementos de inovação social em curso no país no que tange a população transgênero.

A análise de conteúdo das categorias revela elementos importantes para a compreensão do fenômeno da transgeneridade enquanto minoria ativa. São observáveis características inferidas em alinhamento com a teoria; a consistência grupal é demarcada no discurso das postagens, o conflito é atravessado pela proposta de normas alternativas no que tange ao gênero e há evidências salientes sobre os efeitos da influência em aspectos práticos em ações e modificações a nível governamental afim de acomodar as necessidades e direitos da população transgênero. Como pesquisa exploratória, compreende-se que há apontamentos o suficiente para se seguir estudando com estes métodos e grupos de estudo em comunhão com a teoria das minorias ativas. Para uma verificação completa dos elementos e dinâmicas de uma relação minoria ativa – maioria, faz-se necessário a análise das respostas das

postagens utilizadas, sendo uma possível verificação da reação da maioria diante das tentativas da minoria de influência, o que foi o objetivo do estudo 2.

4. Estudo 2

4.1 Apresentação de resultados do Estudo 2

Este estudo dedicou-se à análise de comentários presentes nas nove postagens que serviram de fonte de dados para o estudo 1. Baseando-se no segundo objetivo específico da pesquisa – verificar elementos de representações sociais da transgeneridade a partir de comentários da rede social Instagram - foi realizado o levantamento e a exportação dos comentários das nove postagens analisadas. Estes comentários foram, portanto, a fonte de dados para a presente etapa.

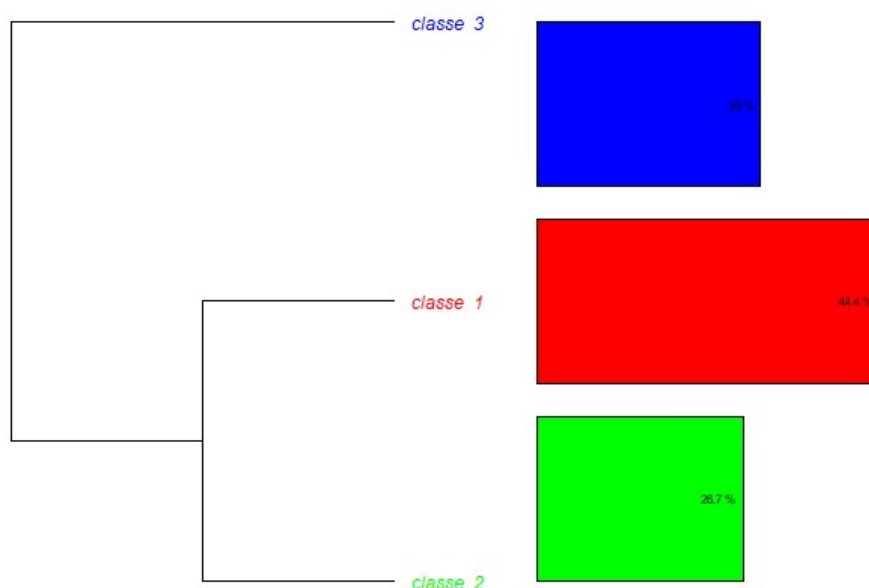
Foi construído um *corpus* com o total de 1500 comentários, utilizando critérios de exclusão e inclusão definidos da seguinte forma: foram excluídos comentários com predominância ou totalidade de recursos visuais; e comentários incongruentes e incompreensíveis. Optou-se por manter comentários que, após a retirada de recursos visuais, como os *emojis*, permaneceram com coesão e sentido. Comentários escritos em caixa alta foram ajustados e mantidos quando avaliados com permanência de coesão e sentido.

Após todos os ajustes necessários, foi realizada a inserção do *corpus* no software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires) e realizada a classificação hierárquica descendente (CHD). A CHD realiza a divisão e análise de ST do *corpus*, efetuando cálculos das suas respectivas frequências, gerando classes a partir da frequência e ocorrência de palavras. Tais classes são formadas por ST que compartilham de vocabulários em comum, ao mesmo tempo em que se diferenciam das outras classes, gerando uma hierarquia de classes. Em seguida, é gerado um dendrograma em que se é possível visualizar a formação das classes e seus elementos, bem como uma Análise Fatorial de Correspondência (AFC), permitindo a visualização das relações entre as classes e as palavras em um plano fatorial (Coutinho, 2008).

Após a inserção do corpus constituído pelos comentários no programa IRAMUTEQ, verificou-se que este foram divididos em 1738 ST, que ocorreram 34673 vezes. Após isso, foi realizada a CHD, na qual o programa reduziu as palavras em função de seus radicais, e foram encontradas 3745 formas analisáveis, com frequência igual ou superior a três, que ocorreram por segmento em média 19.949942 vezes. Consta ainda que na CHD foram classificados 1650 ST, o que resultou em um aproveitamento de 94,94% do material submetido. Segue abaixo dendrograma ilustrando o resultado da CHD.

Figura 1

Dendrograma das classes



Como é possível verificar na Figura 1, foram geradas três classes a partir do material analisado. Numa primeira partição, o software separou o conteúdo em dois conjuntos textuais, um compreendido pela classe 3, que abarcou 29% dos ST analisados, e outro pelas classes 1 e 2, que compreenderam 44,4% e 26,7% dos ST, respectivamente. A classe 1, nomeada de “Direitos e políticas públicas”, abarcou os seguintes vocábulos: *direito, país, Brasil, respeitar, policial, querer, parabéns, trans, dado, dia, esquerda, mundo, mata,*

respeito, governo, morto, vídeo, seguir, lei, pessoa. A Tabela 6 a seguir apresenta as formas, sua frequência, percentual e X^2 .

Tabela 6

Classe 1 – direitos e políticas públicas

Forma	Frequência na classe	Frequência no corpus	% na classe	X^2
Direito	75	95	78,95	48,85
País	48	56	85,71	40,16
Brasil	49	63	77,78	29,63
Respeitar	31	35	88,57	28,31
Policial	22	22	100	27,96
Querer	100	158	63,29	25,36
Parabéns	19	19	100	24,11
Trans	89	139	64,03	23,78
Dado	18	18	100	22,82
Dia	35	45	77,78	20,93
Esquerda	31	39	79,49	19,96
Mundo	27	33	81,82	19,14
Mata	15	15	100	18,98
Respeito	45	64	70,31	18,16
Governo	62	95	65,26	17,84
Morto	14	14	100	17,71
Vídeo	13	13	100	16,43
Seguir	21	25	84	16,16
Lei	17	19	89,47	15,85
Pessoa	120	211	56,87	15,34

Conforme se pode notar, esta classe agrupou termos que apontam discursos que abordam temáticas relacionadas aos aspectos políticos do Brasil, se relacionando com a fonte das postagens nas quais foram realizados os comentários (o Instagram do Ministério da Cidadania e dos Direitos Humanos) e com a temática das transgeneridade. Para exemplificar, seguem ST ilustrativos da classe

“No momento em que a pontuação de uma vírgula for mais importante que garantir o *direito* à existência e à dignidade e de pessoas trans e travestis garantido pela constituição brasileira você me avise, por favor, tá bem?” (Postagem 1)

“Vocês sabem o que é autismo e como os autistas precisam de suportes e tem *direitos* por leis que não são respeitados nem cumpridos e como o ministério da saúde e educação estão despreparados para atendê-los? Tem muitos assuntos com prioridade para serem atendidos.” (Postagem 1)

“Vão ser felizes e parem de querer dividir para controlar. Deixem de ser massa de manobra da *esquerda*. A esquerda vive xingando a maravilhosa só porque ela é de direita. E aí, de direita não serve para vocês?” (Postagem 5)

“Triste o nível de políticos no nosso *pais*, isso sim.” (Postagem 3)

“E aí ministério, vocês não fizeram e nem fazem nada de útil ao *país*? Uma policial feminina foi assassinada e nada aconteceu. Desastre ambiental na baixada fluminense aconteceu e nada de concreto até agora. Direitos humanos para quem? (Postagem 3). A classe 2, nomeada de “Saúde, política e corpo”, abarcou os seguintes vocábulos: *saúde, dengue, ministério da saúde, assunto, vacina, SUS, ministério, lacração, desgoverno, página, esperar, hospital, preocupar, saúde pública, dinheiro, merda, yanomamis, cuidar, comprar, morrer*. Tais formas são apresentadas na tabela abaixo (Tabela 7), com as demais informações:

Tabela 7

Classe 2 – saúde, política e corpo

Forma	Frequência na classe	Frequência no corpus	% na classe	X ²
Saúde	78	107	72,9	125,05
Dengue	39	42	92,86	96,55
Ministério da Saúde	70	103	67,96	95,8
Assunto	48	63	76,19	82,15
Vacina	35	44	79,55	64,64
SUS	19	19	100	52,86
Ministério	55	97	56,7	47,54
Lacração	20	24	83,33	39,99
Desgoverno	17	20	85	35,23
Página	22	32	68,75	29,55
Esperar	17	23	73,91	26,63
Hospital	11	12	91,67	26,12

Preocupar	12	14	85,71	25,14
Saúde Pública	9	9	100	24,89
Dinheiro	19	28	67,86	21,95
Merda	10	11	90,91	23,37
Yanomamis	8	8	100	22,11
Cuidar	16	23	69,57	21,95
Comprar	9	10	90	20,64
Morrer	23	40	57,5	19,93

Conforme se pode notar, esta classe também agrupou conteúdos que indicam discursos que abordam temáticas relacionadas aos aspectos políticos do Brasil, todavia, há uma preocupação com aspectos específicos da área de saúde e suas interseções com as políticas públicas de saúde voltadas para a população transgênero. A seguir, exemplos de ST da classe em questão:

“Cria vergonha, ministério da saúde. Falem do que realmente é importante, tantas doenças deficiências e problemas na área da *saúde* que realmente merecem atenção e vocês vem aqui ficar falando blábláblá. Me poupe! (Postagem 1)

“Preciso dizer nada né? Até porque eu entendo que *saúde* é para todos. Essa página é para informar ou só milita? Lamentável a postura deste desgoverno.” (Postagem 4)

“Faltando saúde, insumos, vacina da *dengue*, cirurgias do coração transplantes e vocês falando de ideologias para enfraquecer o povo e dominar, assim como o comunismo prega né?” (Postagem 1)

“Isso tem a ver com políticas de saúde pública, meu querido! O surto de dengue e falta de *vacinas* são tópicos importantes que devem ser mencionados também, portanto cobre o Ministério da Saúde, mas não deixe de ter atenção a este que também é um tópico importante! Boa noite.” (Postagem 1)

“E o negacionista que não ia atrás de *vacina* era o governo anterior. Estamos só observando isso.” (Postagem 4)

Por fim, a classe 3, nomeada de “Compreensões normativas de gênero”, abarcou os seguintes vocábulos: *sexo, homem, mulher, nascer, atribuir, XY, XX, ciência, existir, gênero, macho, masculino, biologia, fêmea, corpo, feminino, material, urologista, mulher trans, realidade*. Tais formas são apresentadas na tabela abaixo (Tabela 8), com as demais informações:

Tabela 8

Classe 3 – compreensões normativas de gênero

Forma	Frequência na classe	Frequência no corpus	% na classe	X ²
Sexo	125	138	90,58	277,8
Homem	129	153	84,31	251,02
Mulher	186	274	67,88	241,79
Nascer	50	53	94,34	113,72
Atribuir	43	34	100	108,25
XY	40	40	100	100,51
XX	40	40	100	100,51
Ciência	49	61	80,33	81,19
Existir	64	99	64,65	65,15
Gênero	51	72	70,83	64,12
Macho	29	31	93,55	64,03
Masculino	27	29	93,1	59
Biologia	28	31	90,32	57,79
Fêmea	24	25	96	55,43
Corpo	26	29	89,66	52,83
Feminino	28	35	80	45,25
Material	17	17	100	42,12
Urologista	16	16	100	39,61
Mulher Trans	13	13	100	32,13
Realidade	22	29	75,86	31,54

Esta classe agrupou formas que, ao serem examinadas dentro do seu contexto de ocorrência (ST), apontam discursos em torno de aspectos biológicos, anatômicos, cromossômicos e sociais relacionados ao gênero. Segue exemplos de ST representativos da classe.

“A ciência diz que existem também as soberbas arrogantes. Não importa o termo, se é gênero, gene, *sexo*. O que importa é que não existe outro que não seja homem ou mulher.

Pronto!” (Postagem 1)

“Você só está tentando simular em seu corpo a condição biológica de outro *sexo*, mas jamais seus sentidos, sensações, funções e funcionamento fisiológico, biológico, psíquico será como do sexo oposto.” (Postagem 5)

“Pensamento não é uma realidade material, ver um *homem* de saia e batom e fazerem com que eu diga que ali está na verdade uma mulher, porque ele pensa se sente mulher, agride diretamente a minha liberdade de expressão e me faz expressar algo contrário ao que vejo.”

(Postagem 3)

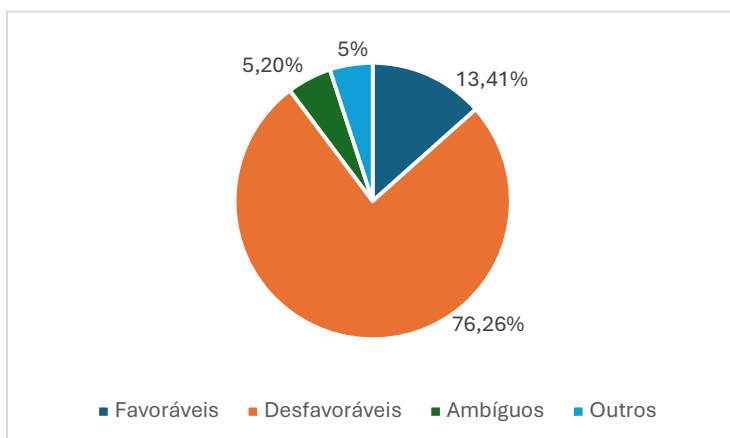
“Esse povo precisa muito de oração, só existe *homem* e mulher, macho e fêmea, o resto é invenção do capiroto, o coisa ruim.” (Postagem 4)

“Aí quanto lero lero. Assexual e não binária? Essa moça tem ovários, vai no ginecologista, é *mulher*. Não gostar da sua realidade material não muda ela.” (Postagem 7)

Foi inserido na CHD, ainda, uma variável referente aos tipos de comentários encontrado nos dados coletados. Foram definidas quatro variáveis: comentário favorável, comentário desfavorável, comentário ambíguo (significando que não foi possível determinar a posição do autor do comentário) e outros (abarcando comentários que possuíam alguma coesão, porém, tratavam de assuntos diversos aos em questão). Ao realizar uma análise de porcentagem quanto a esta variável, nota-se que a maior parte (1144 comentários - 76,26%) correspondeu a comentários desfavoráveis, com apenas 13,4 % (201 comentários) favoráveis. Quanto à clareza dos conteúdos, aqueles que foram classificados como ambíguos resultaram em 5,2% (79 comentários) e os classificados como outros resultou em 5,0% (76 comentários). Estes dados podem ser visualizados na figura 2.

Figura 2

Tipos de comentários



Além do dendrograma de classes decorrente da CHD, o IRAMUTEQ também permite a realização de uma análise fatorial de correspondência (AFC). Esta possibilita a visualização espacial das relações entre as formas reduzidas, o que contribui significativamente para a interpretação dos resultados. Na figura a seguir (Figura 3), as cores são indicativas das classes e o tamanho da fonte relacionado à frequência que a forma se apresentou em cada classe. É possível perceber que as classes formam blocos discursivos bem definidos, não acontecendo sobreposição entre si. Se fizermos a análise no plano horizontal, notamos que o software localizou à esquerda os conteúdos do eixo formado pelas classes 1 e 2, e à direita, os da classe 3. Já no plano vertical, percebe-se que os conteúdos das classes 2 e 3 estão no polo inferior, ao passo que os da classe 1 estão em oposição, no polo superior. Foram delineados, para melhor visualização, temáticas que agrupam os vocábulos de cada classe em cada eixo do gráfico, constando as nomeações das classes e, ainda, o tópico “Saúde pública e administração governamental”, que abarca o eixo que une as classes 1 e 2 do dendrograma.

Figura 3

Análise fatorial de correspondência – projeção das formas no plano fatorial

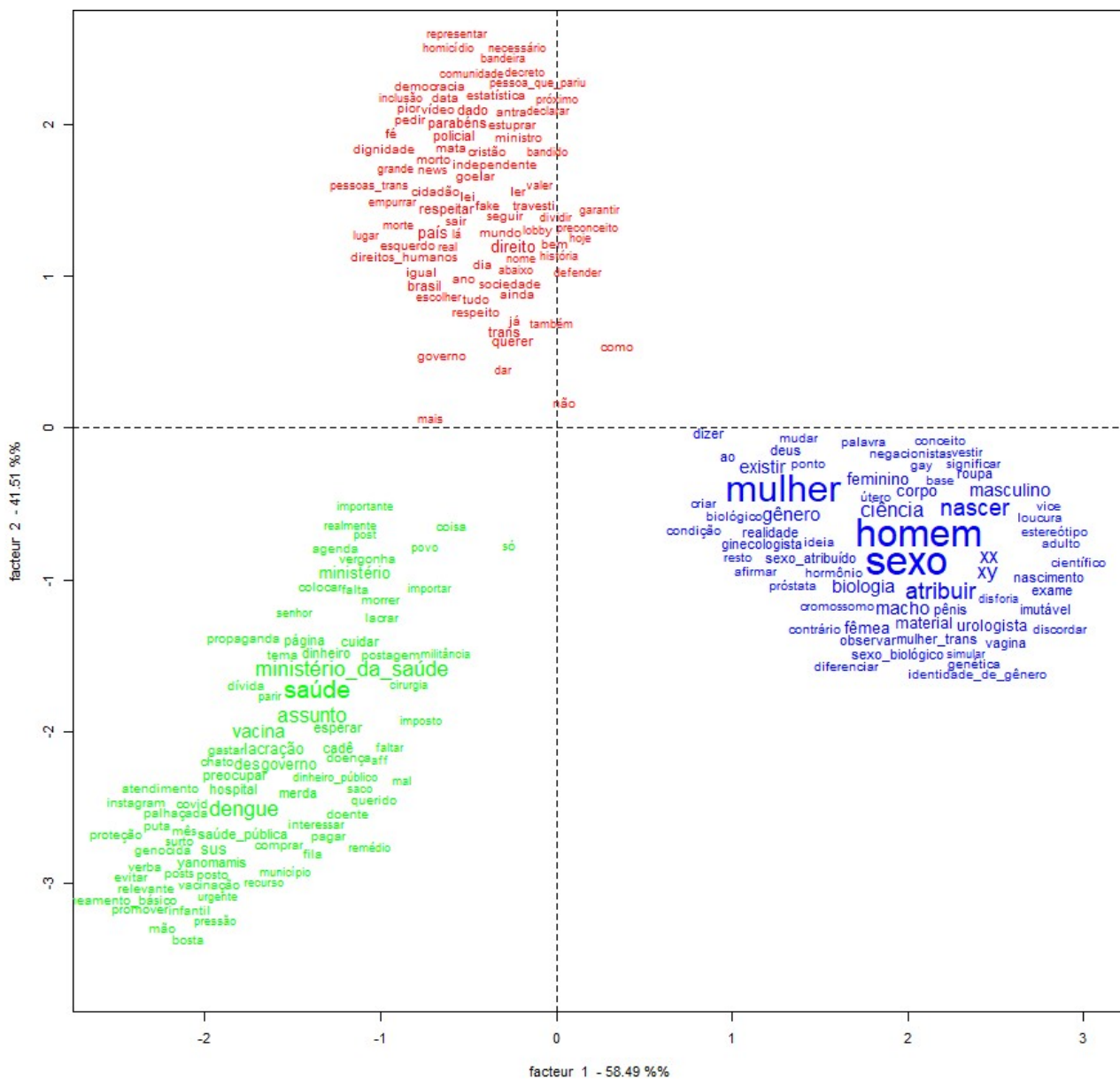
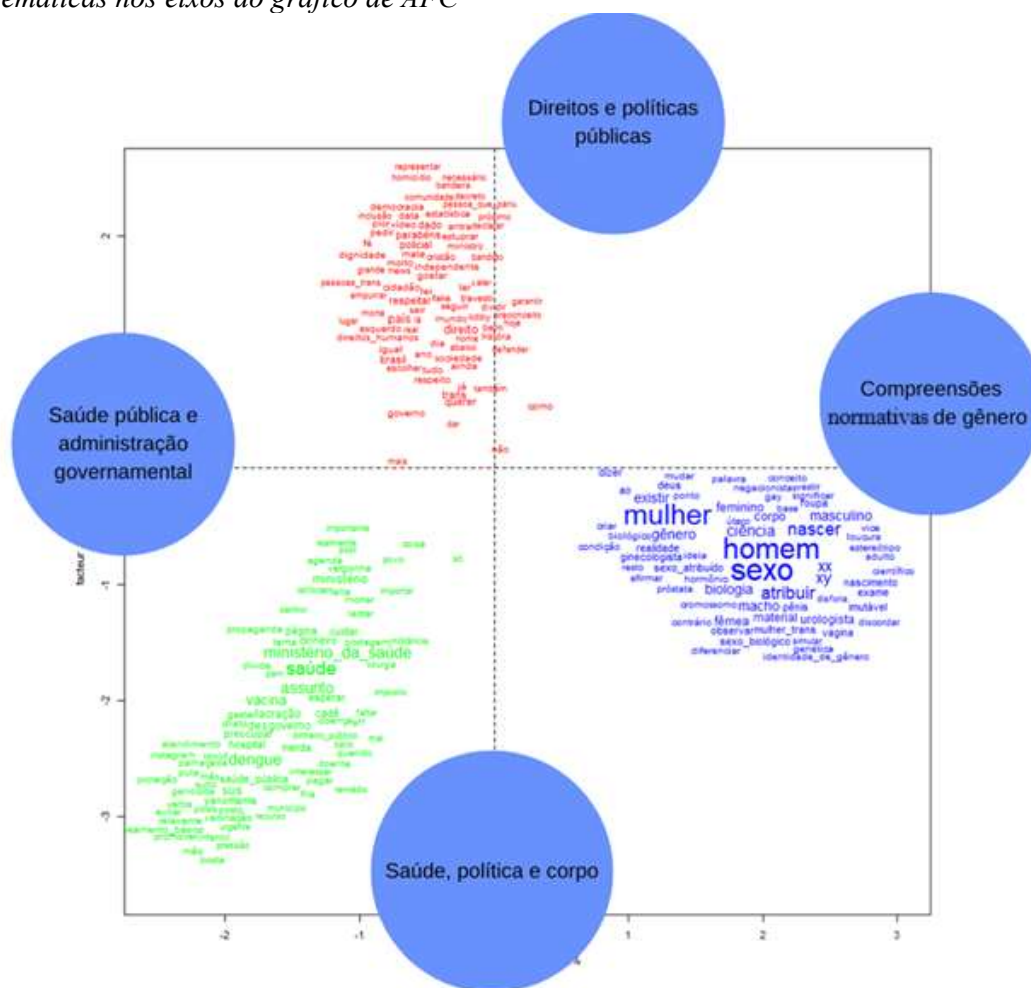


Figura 4

Temáticas nos eixos do gráfico de AFC



4.2 Análise dos resultados

4.2.1 Representações sociais, Polifasia Cognitiva e Thematas

A análise dos comentários públicos nas postagens do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania revelou um cenário de debates e tensões em torno da transgeneridade. Este cenário é observável por meio de elementos de representações sociais que operam tanto pela resistência quanto pela assimilação de alguns termos, de forma negativa, utilizados pela minoria ativa. Foram delineados três pontos teóricos de maior relevância para a presente análise: a ativação de thematas centrais, a presença de polifasia cognitiva e o uso de estratégias discursivas de resistência.

Ao verificar a porcentagem expressivamente maior de comentários desfavoráveis às postagens, algumas inferências são possíveis. Não se pode verificar em comentários de uma rede social dados sociodemográficos como gênero ou idade; é possível, no entanto, inferir que os discursos apresentados são construídos de forma grupal por indivíduos que se consideram distanciados, ou opositores, de defesa e afirmação pública do grupo de pessoas trans em instância governamental. Considerando que 76,26% do material em análise foi desfavorável aos conteúdos publicados pela página do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, é inferido que os dados em análise expressam, em sua maioria, compreensões negativas ou em oposição aos tópicos apresentados. Em análise de cada classe, é possível verificar os ST que ilustram e corroboram com esta inferência; no entanto, optou-se por manter os comentários favoráveis, ambíguos e outros para que seja possível realizar uma análise do discurso contra normativo em contraste aos discursos que defendem a norma hegemônica no que se refere ao gênero. Portanto, o total dos comentários em análise possui uma maioria expressiva estatisticamente que se posiciona de forma desfavorável às postagens em questão, mas as ideias, termos e discursos encontrados através da CHD atravessam todos os tipos de comentários.

Uma primeira questão ao iniciar a análise dos resultados é a construção da tríade dialógica em relação ao material analisado. Moscovici (como citado em Marková, 2006) desenvolve o chamado triângulo semiótico, no qual se observa em um esquema a relação entre alter (o outro, o grupo a ser representado), ego (o eu, o indivíduo ou grupo que está realizando a representação) e o objeto (ou seja, o fenômeno de representação social). Esta relação, representada por um triângulo no qual cada conceito encontra-se em uma das pontas, representa a construção da representação social através das três instâncias alter-ego-objeto. A presença de tensão entre essas três instâncias é, segundo Marková (2006), o que constitui a

tríade dialógica, ou seja, a unidade dinâmica, que funciona de como um todo orgânico e que não deve ser separado em diferentes partes.

É importante ressaltar que, durante a análise dos dados da CHD, constatou-se que a tríade dialógica em hipótese inicialmente não prevaleceu como a única possibilidade de interpretação. A princípio, foi realizado o recorte amostral das postagens do Ministério da Cidadania e dos Direitos Humanos e os comentários realizados em cada uma delas; a hipótese neste momento era que seria possível visualizar a dinâmica discursiva entre o recorte amostral do grupo de pessoas transgênero (através das postagens), as subsequentes respostas do grupo de pessoas cisgênero (através dos comentários desfavoráveis) e o objeto em representação, que seria a transgeneridade para pessoas cisgênero.

Ainda que seja possível realizar delineamentos relevantes através do tipo de discurso contido nos comentários (principalmente no que se refere ao recorte amostral de pessoas cisgênero através dos comentários desfavoráveis e conteúdos declaradamente opostos à existência de pessoas trans), o conjunto de comentários analisados para realizar a CHD ultrapassa este recorte como uma escolha do pesquisador. Para além de realizar definições e inferências através do discurso para o delineamento de grupos e subgrupos, optou-se por abarcar os discursos e significados temáticos do todo, ou seja, sem discriminar posteriormente os possíveis dados sociodemográficos dos sujeitos que realizaram os comentários em análise. Essa escolha contempla a multiplicidade – e a complexidade – dos fenômenos em análise. É interessante observar que, ao perder este referencial inicial, foi possível encontrar nos dados outras possibilidades de tríades dialógicas em sobreposição ou de forma paralela, corroborando com a teorização de Marková (2006, p.218) referente às múltiplas faces do constructo alter-ego-objeto.

Cada situação dialógica envolve tipos diferentes do alter-ego. Por exemplo, o alter-ego pode ser composto de o eu-grupo específico; o eu-outra pessoa; o eu-nação;

grupo-comunidade, etc. Durante um único encontro, muitas relações dialógicas do alter-ego, podem, simultaneamente, competir e entrar em confronto. Os participantes dialógicos trazem para o diálogo suas experiências presentes e suas tradições passadas, bem como as expectativas sobre seus futuros. Eles podem escolher mudar suas prioridades. Eles podem se concentrar neles mesmos e, acima de tudo, expressar seus próprios interesses. Alternativamente, eles podem se orientar em relação aos seus alter.

A autora ressalta, ainda, que este recurso é um construtor conceitual, e não um mecanismo de geração de dados. Com isso, acontecem perdas e ganhos no sentido analítico; não é possível observar apenas uma representação social, dado ao curso de análise escolhido, porém, enriquece-se a possibilidade analítica de explorar o conceito de polifasia cognitiva e as thematas que surgem na dinâmica em análise.

Jovchelovitch (2011) explana sobre a introdução do termo polifasia cognitiva na obra de Moscovici *La Psychanalyse – Son image et son public* (1961) como uma hipótese que descreve a heterogeneidade sociocognitiva que surge ao analisar os campos representacionais. Compreende-se que o mesmo grupo é capaz de possuir diferentes modalidades de pensamento, sendo constituídos de diferentes registros lógicos nos campos em que se relacionam, podendo conter perspectivas, valores e informações distintos entre si ao representar socialmente.

Ao realizar a análise dos resultados, constatou-se que tanto o conceito de polifasia cognitiva quanto a compreensão das múltiplas faces da tríade dialógica se tornam cruciais para uma apreciação adequada dos resultados que surgiram na CHD. Ao invés de limitar a compreensão dos dados em um estreito olhar incidindo sobre a dinâmica grupo de pessoas cisgênero (ego) – grupo de pessoas transgênero (alter) – representação social da transgeneridade (objeto), os dados apontam para uma multifacetada relação de diferentes

tipos grupais que se sobrepõem, tendo fronteiras mais ou menos definidas, que se mesclam entre si na organização de um discurso favorável ou opositor diante do tema da transgeneridade. Isso se dá pelas características particulares do material documental em análise, principalmente pela observação do fenômeno acontecendo no meio virtual, em redes sociais e através de comentários em postagens específicas, sendo um ambiente profícuo para a polifasia cognitiva. A seguir, seguem as sobreposições observadas ao analisar os 1500 comentários e, posteriormente, os resultados da CHD e suas classes.

Figura 5

Triades dialógicas em análise



Vale ressaltar que, a partir dos dados levantados na figura 5, faz-se necessário realizar novas considerações acerca dos níveis de organização em influência social (Allen, 1985). Enquanto no primeiro estudo a análise dos dados levou à categorização da dinâmica intergrupar de caráter de orientação, apontado pelo autor como uma dinâmica de maioria e minoria em que há uma diferenciação grupal por uma única dimensão, os dados resultantes da análise dos comentários revelam que há uma característica sistêmica, ou seja, os grupos podem ser diferenciados com base em várias dimensões relevantes. No caso em questão, é observável que há a dimensão de identidade de gênero presente, ou seja, a dinâmica intergrupar pessoas cisgênero e pessoas transgênero. Há ainda, a dimensão política – em que

se percebe na triangulação alter/ego/objeto, a polarização da direita e esquerda brasileira sobre o tema da transgeneridade, bem como sobre o próprio governo estar reservando espaços para a divulgação e afirmação de identidades trans em sua rede.

Marková (2006) levanta em sua obra perguntas que, segundo sua sugestão, podem ser utilizadas para que seja realizada uma análise teórica e subsequente delineamento de questões teóricas a partir da constatação da multiplicidade da tríade dialógica alter-ego-objeto. Serão trazidas na íntegra, com o objetivo de desvelar suas possibilidades, bem como ampliá-las, utilizando o material documental em análise.

Quais os aspectos do conhecimento culturalmente compartilhado que são vistos como óbvios no caso apresentado? Quais os aspectos do conhecimento culturalmente compartilhado que foram thematizados? Quais as características dos objetos que os participantes pressupõem? (Marková, 2006, p.224).

Para que seja possível iniciar a elaboração de respostas a tais perguntas considerando as classes encontradas na CHD, há outro conceito fundamental que precisa ser desenvolvido na presente pesquisa: themata. É a partir deste que será realizada a análise dos dados encontrados e a posterior articulação com a teoria das minorias ativas.

Marková (2006) realiza uma extensa análise do conceito de antinomias, partindo da capacidade humana de fazer distinções, demarcada como uma capacidade essencial para o pensamento e para a comunicação. Segundo a autora, o pensamento em oposições e antinomias foi amplamente estudado e registrado por diversas áreas do conhecimento, afirmando que se constitui como uma ferramenta conceitual fundamental para o estudo do pensamento e da linguagem. Através da antinomia alter-ego, especificamente, a autora afirma que é possível conceber a noção de dialogicidade, compreendida como a “capacidade fundamental da mente humana em conceber, criar e comunicar sobre realidades sociais em termos do alter” (p. 128), ou seja, em termos de uma dinâmica construída entre a noção do eu

e a noção de um outro. Em conclusão, a autora compreende que a noção de dialogicidade é um ponto de partida para teorizações em psicologia social.

O conhecimento gerado pelo senso comum, bem como as representações sociais que se originam a partir destes fenômenos, possuem um caráter dialógico (Marková, 2006). Para que um conhecimento do senso comum se torne uma representação social é necessário que tal fenômeno se torne o alvo de preocupação pública, gerando tensão e provocando ações na sociedade. Por conseguinte, as antinomias de pensamento se tornam *themata* caso elas gerem tensão, conflito e foco social em âmbitos políticos, econômicos, religiosos ou em outras dimensões de dinâmicas sociais. Logo, é possível concluir que as *thematas*, definidas como “taxonomias de natureza oposicional”, são antinomias que, devido suas características dialógicas, constituem a base das representações sociais. (Marková, 2006). Para as *thematas* que aparecem com maior frequência nos discursos públicos, sendo compreendidas como “essenciais para a sobrevivência e otimização da humanidade” (Marková, 2005, p. 258) foi dado o nome de *thematas* básicas.

O reconhecimento social e suas negativas é um exemplo de *themata* básica que possui potencial dialógico fundamental, por revelar uma dinâmica alter-ego que busca mutualmente o trato com dignidade. Marková (2006) afirma que o objeto das representações sociais, neste contexto dinâmico alter-ego específico, não é um objeto *no mundo*, e sim os próprios ego e/ou alter em questão. Analisando a figura 5, é possível verificar esta afirmação: o ego em questão, apontado como recorte da população brasileira, pessoas cisgênero e/ou pessoas alinhadas ao pensamento de direita, e o alter em questão, delineado como a população transgênero e/ou pessoas alinhadas ao pensamento de esquerda, se confundem com os objetos observados: a própria população transgênera e o governo brasileiro e suas posições alinhadas ou desalinhadas aos pensamentos de direita e esquerda.

Moscovici (1976) analisa explicitamente a interdependência entre as maiorias e minorias, como sendo a luta do reconhecimento social pelas minorias “invisíveis” e “não-atraentes”. (...) Para ser aceito, ser escolhido como fonte de comparação, ser socialmente aprovado e se transformar numa pessoa que “existe”, as minorias ativas manipulam uma variedade de estratégias forçosas para afetar a percepção da maioria e suas existentes representações sociais. (Marková, 2006, p. 259).

A citação de Marková corrobora com o caminho construído neste ponto da pesquisa: observar quais *themas* básicas surgem nos dados em análise é apreender, por fim, quais representações sociais existem no contexto do material documental. É observar que, entre o grupo de pessoas cisgênero e/ou alinhadas ao pensamento de direita e o grupo de pessoas transgênero e/ou alinhadas ao pensamento de esquerda há uma dinâmica de minoria/maioria, *thematizadas* em conexão a outras *themas*, que se interpõem e interligam nas múltiplas faces da tríade dialógica em análise. A análise das classes revelou três *themas* em destaque, são elas: justiça/injustiça, visibilidade/invisibilidade e existência/anulação.

A *thema* Justiça/Injustiça está presente sobretudo nos comentários que denunciam supostos “privilégios” dados à população trans, esse par opõe a justiça universal — geralmente associada à norma cisgênera — a uma “injustiça” percebida no reconhecimento diferenciado de direitos. O discurso se constrói por inversão: o avanço institucional da população trans é retratado como desequilíbrio moral, usurpação de espaço e ameaça ao equilíbrio democrático.

A *thema* Visibilidade/Invisibilidade: organiza os discursos que reagem à presença da pauta trans nas redes sociais institucionais. Muitos comentários expressam incômodos com os supostos excessos de exposição de temas relacionados à temática da transgeneridade. A noção de visibilidade é, portanto, entendida como interdita para esse recorte grupal; e a

invisibilidade como uma expectativa dessa população. O conflito se configura na busca pelo direito à existência no espaço público digital.

De forma tangenciável, a *themata* existência/Anulação representa o nível mais profundo do conflito. Comentários que negam a existência de pessoas trans através de diferentes argumentações, configurando também a polifasia cognitiva. Essa *thema* atua como base ontológica da rejeição: nega não só os direitos, mas a própria condição de existência.

Esses três pares estruturam os sentidos do conflito, organizando formas de resistência à inovação representacional iniciada no Estudo 1.

As classes encontradas através da CHD são fundamentais para que seja possível observar essas tematizações, que são desdobramentos do tema do reconhecimento social (Marková, 2006). Elas surgem de forma interconectada, trazendo à tona informações importantes sobre as representações sociais dos grupos em questão e, mais adiante, possibilitando observações e constatações fundamentais para a análise da dinâmica grupal da maioria e da minoria através da teoria das minorias ativas.

Ambas as classes 1 e 2 fazem parte de um conjunto maior. Essas classes revelaram a dimensão política dos conteúdos nos comentários das postagens, abordando temas como a polarização da esquerda e direita da política brasileira; o papel dos ministérios da cidadania e direitos humanos e da saúde; a relevância do tema da transgeneridade no país, entre outros que serão abordados mais detalhadamente a seguir. A classe 1 agrega tais temas realizando uma emissão geral sobre a transgeneridade na página em questão, com enfoque nas noções de direitos humanos; a classe 2 agrega as temáticas de forma mais localizada, questionando a legitimidade das publicações como pautas de saúde.

4.2.2 Classe 1 – Direitos e Políticas Públicas – Themata Justiça/Injustiça

Os termos de maior relevância encontrados na classe 1, bem como os ST correspondentes indicam a existência da *themata* justiça/injustiça em seu conteúdo. Observa-

se nos dados em análise um esquema discursivo que tem como base a compreensão de que, ao abordar temas sobre a transgeneridade nas postagens, o ministério dos direitos humanos e da cidadania e a “esquerda” brasileira está deixando de lado outros temas que possuiriam maior relevância. Através de uma série de argumentos observados nos conteúdos dos ST, nota-se que há um componente afetivo, de maior intensidade no caso dos discursos dos emissores desfavoráveis às postagens, em que se ancoram ideias como “enganação”, a busca por “privilégios e regalias” e a recusa sistemática em abordar temas de maior importância. Sobre os aspectos afetivos das *themas*, a autora Spadoni (2011, p. 210) desenvolve pontos teóricos importantes.

A organização afetiva das *themas* em pólos que se opõem é necessária para produzir a dialógica impregnada no pensamento social que imprime seu caráter controverso e polêmico (Jesuino, 2007). Essa organização afetiva das *themas* atravessa toda a arquitetura. Ela foi construída historicamente a partir da partilha social das emoções. Segundo Guimelli e Rimé (2009) quando o indivíduo vive uma situação provocadora de emoções, essa pessoa tende a relatar essa experiência às pessoas de seu grupo que por sua vez partilham com pessoas de outro grupo e, portanto essa experiência é partilhada socialmente. Esse processo acaba por ancorar nas representações sociais alguns aspectos afetivos (Deschamps & Guimelli, 2002). A justiça, por exemplo, é mais ligada a sentimentos positivos tais como a alegria enquanto que a injustiça é mais relacionada a sentimentos negativos tais como a tristeza ou a raiva.

Observa-se que esta classe agrega posicionamentos que, em sua maioria, questionam a validade de conteúdos informativos sobre a transgeneridade como os das postagens em questão, bem como questionamentos acerca da existência de políticas afirmativas específicas para esta população. A noção geral de que o grupo de pessoas transgênero está em busca de mais direitos é, também, observada com frequência nos comentários. “Todos os dias, até no 8

de março, queriam protagonismo. Como já não bastasse essa quantidade de dias.” (vocábulo querer); “Só se declarar de extrema esquerda, aí você terá seus direitos, inclusive terá muito mais direitos.” (vocábulo direito) são alguns exemplos de ST que trazem esta noção.

De forma análoga, há a expressiva quantidade de ST que abordam o termo *policia*, sendo o quarto termo mais relevante da classe. Segue, na Tabela 9, todos os ST (retirados após o tratamento de dados no software IRAMUTEQ, portanto, sem as pontuações dos comentários originais) com a utilização do vocábulo *policia* para posterior análise.

Tabela 9

Vocábulo policia

Número do comentário	Segmento de texto
32	vocês se solidarizaram com a família da policia que foi morta pelos bandidos que vocês defendem não
418	policiais morrendo e vocês não se manifestaram até agora tirem esse nome vocês não merecem usar esse nome tirem essas fardas vocês são moleque tá mais pra direito dos manos do que direitos humanos
1036	será que eles monitoram os inúmeros assassinatos de policiais no brasil
1037	verdade a vida de inúmeros policiais também importa não é ministérios dos direitos humanos
1058	e aí ministério vocês não fizeram e nem fazem nada de útil ao país uma policia feminina foi assassinada e nada aconteceu desastre ambiental na baixada fluminense aconteceu e nada de concreto até agora direitos humanos para quem entendi nem os policiais penais devem perguntar se a pessoa é operada ou não ou se deve seguir tomando hormônios afinal depender das respostas até a cela deverá ser diferente bem como alguns procedimentos devem ser diferenciados a depender da individualidade
1072	e os policiais vocês devem lutar por coisas úteis que agregam na sociedade não essa patifaria que vocês fazem toda hora
1076	policiais executam ordens não cabe a eles esse questionamento e cirurgia de redesignação não é mais usada como parâmetro para decidir em qual penitenciária a mesma vai cumprir
1136	lutar contra a transfobia é algo muito útil gera menos violência na sociedade acarretando menos trabalho aos próprios policiais quanto menos gente morrer apanhar melhor né
1137	eu vejo mais policiais morrendo que essa opressão toda aí que precisa parar o país pra ficar debatendo em qualquer coisa onde a esquerda tá envolvida a criminalidade está matando mais e mais todos os dias e esse pessoalzinho só fica falando abobrinha quando morre bandido só falta querer matar os policiais
1138	então vamos falar de estatísticas em números absolutos cento e trinta e uma pessoas trans foram assassinadas em 2022 enquanto no mesmo ano foram cento e quatro policiais
1138	já em relação a polícia o brasil tem a polícia que mais mata no mundo em 2015 mais de quinze por cento das mortes por homicídios foram cometidas por policiais

Número do comentário	Segmento de texto
1138	os dados de 2023 não usei porque ainda não foram atualizados para as mortes de policiais mas o número de mortes de pessoas trans aumentou para 145
1138	em porcentagem as mortes equivalem a zero vírgula um por cento da população trans enquanto que somente zero vírgula zero cinco por cento da população policial o brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo
1139	e diferente do que você pensa o policial morre única e exclusivamente por ser policial em serviço emboscada ou latrocínio é simples você querer comparar morte de polícia e de homossexuais não tem sentido
1152	acho que primeiro de tudo para te situar um pouco melhor na discussão sou jurista e pesquisador segundo todos os dados que citei foram de mortes por homicídio então essas pessoas tanto policiais quanto pessoas trans que citei morreram por homicídio
1152	os policiais pela natureza do próprio trabalho as pessoas trans simplesmente por preconceito e ódio atitudes como a sua de ser contra a conscientização da população em relação a essa pauta são atitudes que matam
1153	ou seja júlio pessoas trans que não enfrentam o crime 24h por dia mesmo assim são mais assassinadas do que policiais então imagine o tanto de violência que tem contra essa população por isso a importância de ações como essa do governo
1155	cinco coisas para perguntar para a família dos policiais mortos
1213	disso vocês falam e sobre o policial assassinado
1274	nossa que porcaria e sobre o policial assassinado
1289	e sobre o policial assassinado disso vocês não falam nada vergonha

De vinte e dois ST relacionados ao vocábulo *policial*, onze expressam o sentimento de injustiça diante da forma como o governo aborda as questões relacionadas à classe policial, por vezes com menções a casos específicos. Os outros onze ST, de forma variada, ilustram respostas que questionam a forma como se é informado sobre a quantidade policiais mortos, bem como apresentam informações sobre o trato de pessoas trans no sistema penal e comparações entre o número de policiais mortos e o número de pessoas trans mortas no Brasil.

O paralelo entre policiais e pessoas trans comparece aqui como uma antinomia, onde ambos os grupos são colocados como opostos de forma a argumentar sobre a importância das pautas em questão, evocando novamente uma disputa entre o que seria justo – ou certo – se abordar diante das questões sociais que envolve a classe de policiais. É importante ressaltar que há a presença de comentários que argumentam contra a noção de desvalorização da classe de policiais em relação ao grupo de pessoas trans. De forma geral, é possível inferir que os discursos em torno do vocábulo *policial* ilustram como a *themata* justiça/injustiça age

diante do conflito em questão, gerando argumentações a favor e contra os temas levantados pelas postagens.

Além da evocação imediata da temata justiça/injustiça observada nos ST que envolvem o vocábulo *policial*, observa-se que os comentários desfavoráveis encontrados na Classe 1 questionam o governo atual, de posição de centro-esquerda, em destacar o tema da transgeneridade, revelando um sentimento de injustiça perante outras necessidades da população brasileira. Segue na Tabela 10 os ST relacionados ao vocábulo *direito*, palavra de maior relevância na classe, que foram classificados como desfavoráveis às postagens (retirados após o tratamento de dados no software IRAMUTEQ, portanto, sem as pontuações dos comentários originais).

Tabela 10

Vocábulo direito – tipos de comentários desfavoráveis às postagens

Número do comentário	Segmento de texto
1246	a população trans é igual a população hétero uma única população vocês que criam esta segregação a fim de criar anarquia qual direito que vocês acham que não tem de ir e vir
622	não direitos humanos hoje na verdade é direito dos homens
506	Pronto falei cidadãos brasileiros não têm gênero ou etnias são pessoas que devem ter os direitos assegurados é isso todos são artigo 1 da constituição
509	vocês sabem o que é autismo e como os autistas precisam de suportes e tem direitos por leis que não são respeitados nem cumpridos e como o ministério da saúde e educação estão despreparados para atendê-los tem muitos assuntos com prioridade para serem atendidos
1257	vão ser felizes e parem de querer dividir para controlar deixem de ser massa de manobra da esquerda a esquerda vive xingando a maravilhosa só porque ela é de direita e aí de direita não serve para vocês
1246	de expressão de trabalho de saúde ou direito de profanar a família a fé cristã ou da ciência vocês têm os mesmos direitos o que vocês querem é privilégios e regalias
1261	só se declarar de extrema esquerda aí você terá seus direitos inclusive terá muito mais direitos
1067	ministério seletivo dentro de um estado democrático de direito devemos ter igualdade nas classes e pautas existentes
1476	quem pode falar pelo movimento negro é você homem que está defendendo o direito de outro homem branco dizer que mulheres negras devem pra ele me poupa caralho
865	direitos dos bandidos e traficantes
971	usuário e detentor do direito universalidade do sistema que não pertence a seus nichos de bandeiras políticas alinhadas a vocês então o todos de vocês está sendo

Número do comentário	Segmento de texto
	resumido aos toscos neologismos identitários da cultura woke que está sendo copiada
1308	mas por que não são aceitos não vejo isso a não ser essa falácia de vitimismo sua capacidade não tem nada a ver com a opção sexual as leis não defendem cidadão de bem ou seja vire um bandido que terá direito então lei não define sua sexualidade
1429	perseguição sofre quem luta contra o sistema corrupto os direitos são violados não é só de pessoas transgênicas não é de todos
1275	o decreto ficou ininteligível e não comunica o que deveria a quem deveria que são as mulheres por qual motivo atualmente só travestis e mulheres trans devem ter seu desejo de serem chamadas como querem ser respeitadas e nós mulheres não temos esse direito
976	os direitos para todo cidadão estão garantidos na constituição federal independente de gênero ou seja lá o que você quiser ser até achar que é um cachorro em como de uma pessoa mas uma minoria quer jogar de goela abaixo direitos que todos já tem porque se acham discriminados
768	qualquer diferente disso constitui estelionato e fraude que devem ser combatidas veementemente principalmente pela categoria da classe sexual feminina vez que temos testemunhado nossos direitos sendo corroídos e parasitados por seitas misóginas e lesbofóbicas basta de ditadura misoginocida ultraliberal
1491	pessoas trans devem ter seus direitos garantidos como qualquer outro grupo social e devem lutar por isso mas essa luta não deve acontecer às custas do que as mulheres já conquistaram
773	aqui no brasil nunca vi ninguém condenar os homo a morte como no irã ou afeganistão não todos aqui têm o mesmo direito iguais
64	diante de tantas manifestações a favor de direitos se faz extremamente necessário a criação de espaços específicos e diferenciados como categorias vestiários e banheiros públicos a confusão não está na falta de inclusão mas no desrespeito mútuo às questões biológicas e também psicossociais dos não trans
1249	direto existe assim como deveres vocês profanam a fé cristã mas querem obrigar casamento religioso ridicularizam o cristianismo mas querem mudar a bíblia a qual não leem muito menos vivem querem ter direitos oprimindo os direitos dos outros então quer usufruir dos direitos lembra que existem deveres
1275	o ministério da mulher cuida dos direitos das travestis e mulheres trans mas o ministério dos direitos humanos ignora as mulheres nossas pautas ignora as mães do brasil as mães solo ignora as meninas ignora as crianças cuidadas por essas mães
1060	a gente se pergunta eles buscam o direito de quais humanos
1499	o problema do transativismo é a prostituição eles querem combater a prostituição não querem reclamar nos culpabilizar e utilizar dos direitos das mulheres acordem e votem direito em outubro
1290	pois é crianças foram eliminadas da pauta do ministério dos direitos humanos só aparece quando é lavagem cerebral sobre a suposta existência de crianças trans
783	mulheres votaram no lula e estão vendo seus direitos sendo liquidados com a mesma gana que fazia o governo anterior direita ou esquerda não faz diferença para as mulheres
1199	exatamente eles separam a população por categorias e depois diz que é a direita que faz isso a internet está aí para mostrar a verdade até que eles permitam
786	saímos de uma era de negacionismo científico de direita para entrar em outra de negacionismo científico de esquerda
892	eu não falo de minorias não falei de trans mulheres não são minorias somos mais da metade da população e não temos nossos direitos respeitados
994	direita e esquerda unidas no negacionismo e na misoginia

Número do comentário	Segmento de texto
1163	as pessoas aprendem sobre as diferenças incluindo a população nos diferentes grupos e eu só vejo esses grupos ditando regras e desejando que a maioria aceite qualquer coisa dizendo que é direitos mas os deveres sempre muito esquecidos
690	identidade de gênero é uma ideia pseudocientífica sem prova alguma é preocupante que o ministério da saúde do brasil e o ministério dos direitos humanos estejam tão empenhados em difundir essa ideia completamente sem embasamento e que só serve para degradar os direitos das mulheres das crianças e dos homossexuais
1299	nenhuma feminista questiona que toda pessoa é pessoa sangra e sente que toda pessoa independente de qualquer coisa tem direito a uma vida digna a não sofrer violência não ser discriminada para trabalho moradia etc
1402	esse ministério esqueceu que nós mulheres que menstruamos também temos direitos mas só se fala em comunidade lgbt
1208	agora dá um pulinho em roraima rondônia acre e algumas cidades do nordeste onde se desviam os milhões de repasse do estado e a população fica à míngua aguardando que o estado lhe dê o que é de direito e cuide deles
88	sempre existiu e sempre convivemos agora querem tomar o lugar de mulheres no esporte querem entrar no banheiro querem mais direitos isso é errado
93	tá tudo certo o problema de tudo isso é o fato de uns terem mais direitos do que outros por conta de opção x y ou z no mais tá tudo certo
805	alimentos transgênicos já saem de fábrica com um t na embalagem será que vão aderir tem uma uns que se não abrirem a boca enganam direitinho se bem que sempre dá para perceber
916	temos algum direito excepcional do governo a não ser taxados até com ar que respiramos
1226	o mesmo mundo que todos já têm direitos porém a intolerância desta turminha do pseudo amor que exigem algo que não faz sentido enquanto muitos morrem de fome gastam fortunas em viagens de luxo e mkt deste grupo egocêntrico
1228	será que um dia teremos uma data para dar visibilidade às consequências da desnutrição pois que todos tenham o direito de ser quem quiser ser porém só sabemos quem somos se estivermos bem nutridos a ponto de não sermos apenas um fantasma de nós mesmos por falta de nutrição
1487	e não têm direito à vida normal como qualquer ser humano só uma dúvida mesmo
1206	vergonha de dizer que sou brasileira com um governo que está preocupado com mídia agenda global e holofotes enquanto se está preocupado com as pautas ideológicas a maioria padece à espera de soluções por parte do estado para se resolver aquilo que é direito do cidadão garantido por lei e a constituição
1273	pelo nosso direito absoluto sobre nossos corpos inclusive o direito de não tomar a vacina afinal nós somos donos dos nossos corpos não o estado pelo direito de usarmos nossos corpos como bem entendemos
1322	o único que não tem direitos humanos é o cidadão que morre ou convive no meio de balas perdidas brigas entre facções que sofre com assaltos e não tem direito de ir e vir é um estado que não serve ao povo só para alguns
927	saímos do negacionismo científico da direita e caímos no negacionismo da esquerda vocês acham que estão enganando quem
928	a ciência aqui só é válida se for em relação a vacina experimental para obrigar os cidadãos a tomá-la nos tirando o direito de escolha
821	a direita que nega a eficácia de vacina e a esquerda que nega a biologia podemos chamar de ministério cloroqueer
1493	Dívida histórica uau sobrevieram ao holocausto ou tiveram os direitos civis negados por 388 anos de escravidão ou será que sofreram genocídio e tiveram suas terras e culturas colonizadas

Número do comentário	Segmento de texto
825	vou aguardar na campanha eleitoral a direita fazer uso desse negacionismo e vocês falarem que é fake News
826	saímos de negacionismo científico de direita e caímos em negacionismo científico de esquerda

O conteúdo observado nos ST supracitados leva à compreensão do processo de polifasia cognitiva que foi apresentado anteriormente. Apesar dos ST serem homogêneos em relação à postura desfavorável às postagens, os discursos e argumentos utilizados partem de diferentes posições em relação aos emissores. A menção à vacina exemplifica de forma explícita tais posições; dos três ST que mencionam o termo vacina, dois revelam um sentimento de injustiça em relação à política de vacinação obrigatória no país (Brasil, 1975): “pelo nosso *direito* absoluto sobre nossos corpos, inclusive o direito de não tomar a *vacina* afinal nós somos donos dos nossos corpos não o estado pelo direito de usarmos nossos corpos como bem entendemos” e “a ciência aqui só é válida se for em relação a *vacina* experimental para obrigar os cidadãos a tomá-la nos tirando o direito de escolha”. Já o terceiro ST menciona, de forma polarizada, a negação da eficácia da vacina e a negação à biologia, no caso dos discursos referentes à população transgênero: “a direita que nega a eficácia de vacina e a esquerda que nega a biologia podemos chamar de ministério cloroqueer”.

Alguns apontamentos se fazem necessários sobre os ST destacados acima. Enquanto os dois primeiros insinuam uma mentalidade do emissor contrária às vacinas, ou à obrigatoriedade de recebê-las, o terceiro ST aponta esse discurso como uma negação à eficácia, de caráter crítico; é possível inferir que os emissores partem de pontos diferentes, mas com o mesmo objetivo: a não aceitação do conteúdo das postagens. Há ainda outros pontos marcantes: a replicação do discurso comum à população trans (“pelo nosso direito absoluto sobre nossos corpos”) na defesa da não obrigatoriedade da vacina; e a crítica à utilização do discurso científico ao favorecer a aplicação das vacinas (“a ciência aqui só é

válida se for em relação a vacina experimental”), em uma clara insinuação à noção de que os discursos em torno do respeito à população trans seria anticientífico.

Identificam-se em vários ST acima acusações sobre a não cientificidade referente ao conteúdo das publicações. O termo *negacionismo* aparece de forma recorrente, como nos segmentos à seguir: “Saímos de uma era de negacionismo científico de direita para entrar em outra de negacionismo científico de esquerda”; “direita e esquerda unidas no negacionismo e na misoginia”; “saímos do negacionismo científico da direita e caímos no negacionismo da esquerda vocês acham que estão enganando quem”; “vou aguardar na campanha eleitoral a direita fazer uso desse negacionismo e vocês falarem que é fake News”; “saímos de negacionismo científico de direita e caímos em negacionismo científico de esquerda”.

Kahan, como citado em Gomes e Zamora (2024, p. 5), define o negacionismo científico como o “estado psicológico de autoengano em relação às causas reais das próprias crenças, a despeito de fortes evidências científicas contrárias, fazendo com que a verdade factual seja distorcida em nome da proteção identitária e de ideologias estimadas”. As autoras afirmam que foi durante a pandemia da Covid-19 que houve a popularização do termo, sendo a partir então usado de forma depreciativa no Brasil. A origem da popularização do termo retoma, portanto, ao contexto de pandemia vivenciado globalmente. Nas palavras das autoras (2024, p. 10):

Nesse sentido, é oportuno lembrar do cenário nacional no enfrentamento da pandemia devido ao negacionismo estatal. A COVID-19 chegou até nós em meio a graves problemas estruturais de caráter político e social. O mundo testemunhou o desastre institucional e a fragilidade democrática em que vivia o Brasil (Dimenstein; Simoni; Londero, 2020). A irrupção da pandemia agregou elementos como o descaso pelas normas sanitárias e o confronto explícito contra a ciência, favorecendo a transmissão do vírus através da não adesão às medidas de proteção sanitária e do consequente

esgotamento dos sistemas de saúde. Mais do que isso: autoridades fizeram sistematicamente propaganda de remédios sem comprovação científica de eficácia clínica no tratamento contra a COVID-19, como a hidroxicloroquina, dentre outras ações graves.

Em consonância com o artigo das autoras, é importante ressaltar a gênese da popularização do termo *negacionismo* na análise da classe em questão. Os ST que ressaltam o *negacionismo de esquerda* o fazem de forma a equivalê-lo ao negacionismo científico testemunhado durante e após a pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos, como as campanhas de vacinação contra a doença e o uso de medicações como a hidroxicloroquina, identificado nos comentários como *negacionismo de direita*.

Ao observar o discurso de equivalência entre o negacionismo científico amplamente observado durante a pandemia e o então denominado *negacionismo de esquerda*, representado através das postagens sobre a população transgênero, percebe-se a construção de uma contrapartida argumentativa que estabelece a dinâmica alter-ego, em uma nova disposição: os *negacionistas* (direita e esquerda) e os *não negacionistas* (os emissores dos comentários em análise). Esta disposição implica um recorte grupal de pessoas que não necessariamente estão alinhadas ao pensamento de direita, no entanto, se posicionam de forma a negar as construções científicas referentes à população transgênero (ligado à noção da biologia como marcador absoluto de gênero; assunto que será analisado de forma mais aprofundada durante a análise da Classe 3). Os trechos “você acham que estão enganando quem?” e “vou aguardar na campanha eleitoral a direita fazer uso desse negacionismo e vocês falarem que é fake News” demarcam um ponto importante sobre este subgrupo: a insinuação de que há algo sendo deliberadamente construído para enganá-los. A ideia inferida é que, para este subgrupo, a esquerda está, na verdade, se valendo dos mesmos discursos, como a

reprodução de *fake News* ao defender pautas afirmativas relacionadas à população transgênero.

Em contrapartida, há também os ST relacionados ao vocábulo *direito* que são favoráveis às postagens em análise. Em menor quantidade, eles aparecem com o discurso mais uniforme, com frequência sendo uma resposta a um comentário desfavorável ou uma manifestação de apoio à postagem e ao respeito à população trans. A seguir, a Tabela 11 com os ST em questão.

Tabela 11

Vocábulo direito – tipos de comentários favoráveis às postagens

Número do comentário	Segmento de texto
727	no momento em que a pontuação de uma vírgula for mais importante que garantir o direito à existência e à dignidade e de pessoas trans e travestis garantido pela constituição brasileira você me avise por favor tá bem
1018	brasil estar em primeiro segundo ou terceiro não é motivo de felicidade felicidade é direitos garantidos e pessoas trans vivas os dados que temos hoje são precários assim como no mundo todo
1420	pelo direito de ser quem se é com cidadania plena
734	defender o direito à existência e à dignidade das pessoas trans e travestis não exclui a urgência de defender a prevenção e promoção à saúde da mulher não é porque uma travesti vai deixar de ser espancada e morta na rua que uma mulher vai ser salva do câncer de colo de útero
1268	por uma sociedade justa e fraterna que cada um tenha o direito de ser o que é
110	sim um direito de todos mas que infelizmente tem sido negado as pessoas trans assim como o direito à vida já que nosso país é o que mais mata pessoas desse grupo
858	post importante dias após o ataque a mulheres trans no casarão do firmino direitos iguais a todos
544	os mesmos criminosos que falavam direitos humanos para humanos direitos
437	muito boa opinião pode guardar ela para você e respeitar o direito dos outros
1082	as pessoas tem que entender que independente da sua religião as pessoas tem que respeitar a escolha das outras pessoas o mesmo também é válido para nós ninguém tem o direito de julgar porque escolhemos ser heteros e tá tudo bem
1009	eu tenho muito orgulho do brasil ter um ministério dos direitos humanos e cidadania que se preocupe com as nossas vidas de pessoas trans e travestis a transfobia lesa demais a nossa democracia avante ministro silvio almeida
1216	que nossa sociedade seja plural e reconheça todos nós como cidadãos plenos e de direito
1123	muita gente por aqui ainda não conhece a declaração universal dos direitos humanos artigo i todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos são dotados de razão consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade

Número do comentário	Segmento de texto
1238	a população trans ter direitos não retira os seus
1251	tu nem me conhece pra dizer o que eu sou ou deixo de ser tô nem aí para sua fé se não gosta de pessoas trans vai ficar sem gostar porque somos parte da sociedade e sua opinião não muda nada pra gente seguiremos lutando pelos nossos direitos

A defesa ao respeito, à existência digna e aos direitos humanos permeia a maioria dos ST onde há o posicionamento favorável às postagens. Infere-se que a presença das postagens traz um senso de justiça aos emissores que são favoráveis; os trechos “eu tenho muito orgulho do brasil ter um ministério dos direitos humanos e cidadania que se preocupe com as nossas vidas de pessoas trans e travestis a transfobia lesa demais a nossa democracia” e o ST que cita o artigo 1 da declaração universal dos direitos humanos corroboram com a noção de que manifestações institucionais como as postagens em prol da população transgênero ilustram o reconhecimento social sobre esta população. A *themat* justiça/injustiça é então observada, com seus aspectos afetivos, de forma tangencial a outras possíveis *thematizações*, que serão observadas nas outras classes: a visibilidade/invisibilidade e a existência/anulação. Cabe ressaltar que, nesta classe, o sentimento de injustiça é expresso pelos discursos daqueles que são desfavoráveis às postagens, enquanto o senso de justiça é percebido pelo discurso do recorte de pessoas favoráveis às postagens.

Há ainda, uma quantidade expressiva de comentários questionando o posicionamento de esquerda de forma geral, com uma associação marcante entre as pautas em questão ao posicionamento político de esquerda. A seguir, na Tabela 12, estão todos os ST relacionados ao vocábulo *esquerda*, que ocupa a décima posição de maior relevância na classe.

Tabela 12

Vocábulo esquerda

Número do comentário	Segmento de texto
128	essa esquerda é feita de fracassados só isso
148	página ativista do governo de esquerda
166	esquerda sendo esquerda choquem a sociedade coloquem uns contra os outros

Número do comentário	Segmento de texto
169	vocês identitários são uma vergonha para a esquerda e para o país
187	Direitos humanos só se for para humanos de esquerda
491	a esquerda não tem limites não
584	sou de esquerda mas tá puxado defender vocês hein terraplanismo da esquerda cirandeira a gente vê por aqui
636	pelo menos nesses lugares nós conseguiríamos viver e não seríamos fuzilados em poucos segundos né quem defende esse povo é a esquerda até onde sabemos
657	you não aprendeu ainda o que é a extrema esquerda extremismo é isso aí dividir para melhor dominar é acusar os outros do que se é acorda e sai desta postura ideológica nefasta e doentia que é a esquerda
759	a cloroquina da esquerda festiva
783	mulheres votaram no lula e estão vendo seus direitos sendo liquidados com a mesma gana que fazia o governo anterior direita ou esquerda não faz diferença para as mulheres
786	saímos de uma era de negacionismo científico de direita para entrar em outra de negacionismo científico de esquerda
818	é sério que eu estou vendo essas aberrações na página do ministério da saúde nem precisa cavar a cova para acabar com a esquerda porque o suicídio já está acontecendo no brasil
821	a direita que nega a eficácia de vacina e a esquerda que nega a biologia podemos chamar de ministério cloroqueer
826	saímos de negacionismo científico de direita e caímos em negacionismo científico de esquerda
852	negacionistas é a esquerda vendo o valor dos alimentos amazônia em chamuscar carros pipa voltando ao nordeste e quem matou marielle mesmo
879	meu deus quanta bobagem essa pessoa ganha dinheiro salário benefícios com os impostos de milhares de brasileiros pra escrever essa quantidade de porcarias pela gente depois querem saber porque a esquerda é a piada da boca da população
885	a teoria queer é a cloroquina da esquerda liberal
887	e quem aqui fez deboche com a situação eu fiz com você vocês da esquerda tem uma tara em culpar tudo que vocês são contra isso foi uma fatalidade acontece
927	saímos do negacionismo científico da direita e caímos no negacionismo da esquerda vocês acham que estão enganando quem
932	infinitamente melhor tem seus escroques também mas a esquerda em essência é podre você já leu o manifesto comunista pedagogia do oprimido eu tive o desprazer de ler por questões profissionais e confirmo que em nada me identifique e pior são verdadeiros convites à idiotia
959	quem manda na esquerda é a turma do lgbt se não lerem a cartilha já sabem né
994	direita e esquerda unidas no negacionismo e na misoginia
1137	eu vejo mais policiais morrendo que essa opressão toda aí que precisa parar o país pra ficar debatendo em qualquer coisa onde a esquerda tá envolvida a criminalidade está matando mais e mais todos os dias e esse pessoalzinho só fica falando abobrinha quando morre bandido só falta querer matar os policiais
1162	estão querendo empurrar a pauta do lobby woke goela abaixo né não reclamem em 2026 nem nos anos seguintes estão cavando a sepultura e política da esquerda não tiro a razão de quem votar na oposição serei um deles
1233	é bom começar essa campanha na faixa de gaza onde o grupo terrorista hamas que essa esquerda defende e apoia age serão bem recepcionados vão ser recebidos à altura do apoio que vocês dão a eles

Número do comentário	Segmento de texto
1257	vão ser felizes e parem de querer dividir para controlar deixem de ser massa de manobra da esquerda a esquerda vive xingando a maravilhosa só porque ela é de direita e aí de direita não serve pra vocês
1261	só se declarar de extrema esquerda aí você terá seus direitos inclusive terá muito mais direitos
1281	esse governo de esquerda não me representa
1364	eu achei o bolsonarismo fosse o fundo do poço daí chegou a esquerda cirandeira no governo e afundou ainda mais o brasil pt nunca mais terá meu voto lula gleisi hoffman deputada zeidan pt brasil
1368	governo do pinkwashing que só está interessado no capital político da esquerda há mais de uma década de precedentes sobre cotas sem necessidade de aprovação do congresso e vocês ficam aqui inflamando a oposição com uma pauta que vocês não têm condições legítimas ou estratégicas para abordar e ou defender

Sobre o vocábulo *esquerda*, é possível perceber novamente elementos de polifasia cognitiva em relação com o tema. Retomando as perguntas que Marková (2006) levanta ao discutir sobre *themas*, é possível delinear algumas respostas, compreendendo que o objeto em questão na maior parte dos ST contendo este vocábulo é a *esquerda brasileira*. Há diferentes emissores, com diferentes posicionamentos, se manifestando em relação à esquerda: há emissores que se declaram como contra o governo de esquerda (“esse governo de esquerda não me representa”) e há aqueles que se declaram de esquerda, porém contra o conteúdo das postagens relacionado à transgeneridade (“sou de esquerda mas tá puxado defender vocês hein”). Termos como *identitário*, *terraplanismo da esquerda*, *lobby woke*, *pinkwashing*, *cloroqueer*, entre outros, ilustram a interpretação do fenômeno a partir de bases político-ideológicas, relacionadas a temas diversos. O termo *identitário* está vinculado com uma perspectiva política, na qual se convencionou chamar de esquerda identitária, em que se compreende que a defesa de pautas minoritárias como da população LGBTQIA+, a população negra, o feminismo, entre outras, formam uma vertente específica da esquerda, frequentemente criticada e compreendida como um motivador aos discursos polarizadores da contemporaneidade (Sansone, 2020). Já o termo *terraplanismo da esquerda* faz referência ao movimento chamado de terraplanismo. O movimento terraplanista é movido pela crença, refutada pela ciência, de que o planeta terra não teria um formato esférico e sim plano, e é

frequentemente associado a posturas conservadoras e de direita. A evocação do termo *terraplanismo de esquerda* revela a tentativa de equivalência deste movimento com as pautas relacionadas à população transgênero. Por conseguinte, o termo *lobby woke* faz referência há uma tendência, observada principalmente nos Estados Unidos, de nomear pautas relacionadas a minorias como uma “agenda woke” (palavra em inglês que significa acordado), de teor pejorativo, muito presente nos discursos relacionados às eleições presidenciais recentes no país. Em relação ao termo *pinkwashing*, Gois e Ferraz (2021, p. 89) trazem a seguinte definição:

Considerando o poder de compra da comunidade LGBTQI, as empresas têm sido atraídas pelo que tem sido chamado pink money, termo que surgiu no final da última década para designar o potencial de consumo do ambiente LGBTQI, no qual passaram a investir em produtos e ações voltados diretamente para esse público (Alves, 2019). Não obstante, a pauta LGBTQI pode estar servindo de “escudo” para empresas que publicitam uma postura, mas praticam seu inverso, é o que tem sido difundido como pinkwashing (Grace, 2015).

É inferido que, no ST que contém o termo, há a afirmativa que o governo atual e, mais precisamente, o Ministério da Cidadania e dos Direitos Humanos estaria praticando o então chamado *pinkwashing*. Há ainda, no mesmo ST, a menção à “inflamação da oposição”, referindo-se que a abordagem do tema da transgeneridade levaria a uma reação dos opositores do governo, além do seguinte trecho: “vocês não têm condições legítimas ou estratégicas para abordar e ou defender”, insinuando que há uma incapacidade governamental de abordar o tema da transgeneridade de forma apropriada. Por fim, destaca-se o termo *cloroqueer*, unindo as palavras cloroquina e *queer*, em referência à medicação hidroxicloroquina que foi falsamente divulgada como uma opção para tratamento precoce durante a pandemia da COVID-19 (Ministério da Saúde, 2024). Este termo insinua que há

similaridades entre as *fake News* disseminadas sobre a medicação e a comunidade autodenominada como *queer*, no caso, em referência à população trans.

Os termos em destaque acima, bem como o termo *negacionismo de esquerda*, são compreendidos aqui como elementos do processo de ancoragem das representações sociais em questão. O teor político-ideológico, de origem polissêmica, retoma termos que foram utilizados em outros contextos político-sociais, como as eleições presidenciais dos Estados Unidos e a COVID-19, sendo então utilizados de forma a familiarizar e alocar o tema da transgeneridade em categorias já pré-existentes. Este processo é explicado por Jodelet (2015, p. 48), tornando-se parte fundamental da análise em questão.

A ancoragem, como enraizamento no sistema de pensamento, atribuição de sentido, instrumentalizador do saber, explica a maneira pela qual informações novas são integradas e transformadas no conjunto dos conhecimentos socialmente disponíveis para interpretar o real, e depois são nela reincorporadas, na qualidade de categorias que servem de guia de compreensão e ação.

Em suma, compreende-se que a classe 1 está constituída de elementos em consonância com a teoria das representações sociais, em específico a identificação da *themata* justiça/injustiça, o processo de polifasia cognitiva e elementos de ancoragem da representação social. Em resposta às perguntas de Marková (2006), podemos afirmar que existem conhecimentos culturalmente compartilhados que emergem a partir da análise dos dados: a evocação de aspectos políticos e ideológicos quando se menciona o fenômeno da transgeneridade; a insatisfação e o sentimento de injustiça tematizado, em contraponto com o sentimento de justiça do grupo de apoiadores e de pessoas trans que se manifestaram nos comentários e, por fim, a antagonização de outros grupos sociais em debate socialmente, como a classe de policiais. Além disso, no que se refere às características dos objetos pressupostas no conteúdo dos comentários, observa-se que os termos *negacionistas*,

terrapiplanistas de esquerda, disseminadores de *fake News*, *lobby woke* e *pinkwashing* transmitem a noção de que o governo e/ou o grupo de pessoas trans constrói argumentos falsos sobre a transgeneridade. São considerados enganadores, levianos na abordagem das pautas referentes ao tema e, em uma análise mais ampla, um grupo que rejeita e distorce discursos científicos e políticos para a disseminação de suas pautas. Há, por fim, uma deslegitimação epistêmica e moral, desqualificando e deslocando o conflito do campo dos direitos para o campo da suspeição moral e política.

4.2.3 Classe 2 – Saúde, Política E Corpo – Themata Visibilidade/Invisibilidade

Como exposto anteriormente, ambas as classes 1 e 2 fazem parte de um conjunto maior. A classe 2 possui conteúdo similar à classe 1, porém com o enfoque maior em questões relacionadas à saúde do país e sua relação com o tema da transgeneridade. Por conseguinte, o primeiro vocábulo correspondente a esta classe é *saúde*. Ao analisar os ST vinculados a este vocábulo, compreendemos a semelhança, principalmente em relação aos comentários desfavoráveis, que são a maioria explícita em todo o *corpus*, em relação ao descontentamento com o governo atual e a atenção governamental em demasia para a população transgênero. Compreende-se que esta classe possui uma vinculação maior com a postagem de número 4, “Confira as conquistas da população trans na saúde no último ano”, por se tratar de uma temática específica vinculada à questão da saúde da população trans, mas há comentários em outras postagens que possuem teor semelhante e comparecem nos ST da classe.

Segue na Tabela 13 os ST relacionados ao vocábulo *saúde* que foram classificados como desfavoráveis às postagens (retirados após o tratamento de dados no software IRAMUTEQ, portanto, sem as pontuações dos comentários originais).

Tabela 12

Vocábulo saúde – tipos de comentários desfavoráveis às postagens

Número do comentário	Segmento de texto
50	não era melhor cuidar da saúde de todos
82	com tanto assunto de saúde mais relevante que isso mas o ministério da saúde virou o ministério do lgbt
122	e o que isso tem a ver com saúde
124	ninguém merece ver isso fala sério com tantas coisas para fazer em um país onde a população sofre todo tipo de violência e de falta de atendimento na saúde vem falar disso
147	nada contra mas esse ministério da saúde trata mais sobre assuntos lgbt do que de saúde
157	ministério da saúde cuide da saúde
176	enquanto o ministério da saúde faz post bonito brasileiros morrem jogados em hospitais por falta de atendimento falta de leito falta de remédios falta de insumos aí não faz diferença podem morrer porque não dá pra lacrar né
181	quando vocês irão tratar realmente da saúde e abandonar a agenda ideológica já temos a resposta nunca
183	gente chega de tratar a sexualidade do colega vamos cuidar da saúde da população todos pagam impostos e não tem retorno problemas com a saúde mental da população tá aumentando pessoas surtando e a lacração não para respeito e cuidados com todos
186	posto de saúde sem médico e sem remédio brasileiros morrendo esperando por cirurgias crianças com esclerose lateral amiotrófica sem remédios pt rejeitando os centros de terapia para crianças autistas nada disso importa o que importa é lacrar falando de intimidade do ser humano
189	vão criar vergonha na cara ministério da saúde vão cuidar de assuntos direcionados a saúde da população de um modo geral isso inclui todes lixo de postagem
209	e daí cada um cuida de si vocês deveriam se importar com a saúde da população aff fora pt
219	se preocupam só com baboseiras e esquecem do essencial que é a saúde
231	a saúde uma merda e vocês falando de trans
247	tá de brincadeira olha o que se transformou as propagandas deste ministério da saúde misericórdia senhor o brasil virou isso o povo precisando de saúde
248	o que isso tem a ver com assunto de saúde para estar na página do ministério da saúde
288	muito ridículo uma página sobre saúde fica postando isso existe no sus um programa chamado saúde da família então qual é a de querer colocar homossexual em uma página
293	sim só não entendi o que isso tem a ver com o ministério da saúde fazer essa publicação com tanto assunto sobre saúde importante
298	ministério da lacração a saúde que se dane vamos aplicar a esquizofrenia de gênero que é melhor
314	infelizmente esse governo quer lacrar com assuntos que causam mais divisão na sociedade enquanto deveria mesmo é ter cuidado com saúde pública com o sus sucateado desde que trocaram dinheiro da saúde para fazer estádios
349	eu achava que aqui o assunto fosse somente saúde
372	e as verbas cortadas da saúde e educação mas não era o pai dos pobres
376	a pergunta é o que esse assunto tem a ver com saúde o ministério da saúde não tem coisa melhor para se preocupar
389	saúde que é bom não falam mas ficar militando na internet todo dia é só isso que essa página posta
393	e a saúde

Número do comentário	Segmento de texto
423	me pergunto o que isso tem a ver com a saúde qual a relevância disso essa página posta muita coisa mas na sua maioria só lacração e utilidade pública que é bom nada
459	assunto irrelevante para a saúde
466	quando se tem uma socióloga em vez de um médico no ministério que deveria ser sobre saúde mas a pauta é ideológica
473	a população que saber de saúde ela está preocupada que seu ente querido morreu de dengue e esse governo genocida por pressão popular agora que comprou vacina o povo não está interessado nessas pautas ideológicas pois segundo a ciência de deus ele criou homem e mulher o resto são pautas esquerdista
474	isso não tem nada a ver com saúde boa noite
488	o desgoverno deveria investir mais na saúde e gastar menos dinheiro público com propagandas sem futuro para o povo
494	aqui é sobre saúde ou opção sexual
498	o que isto tem haver com a saúde a sexualidade da pessoa só diz respeito a si mesmo
505	certo mas isso tem a ver com a saúde
560	sério dengue em níveis alarmantes índios morrendo corte de verba para autistas postos de saúde sem mediações e você atrás de falar sobre isso
620	isso é assunto sobre saúde
625	a que nível anda saúde do nosso país
632	os yanomamis que estão morrendo a mingua não seria mais caso de saúde que homens trans
634	quero saber o que isto tem a ver com a saúde
637	o que isso tem a ver com saúde página de merda
650	mas gente só tem essa pauta na saúde
669	maior fake news isso ficam colocando lixo de conteúdo nas redes sociais e nenhum programa de incentivo relevante a saúde da população falam besteira o tempo todo tenham vergonha na cara usam dinheiro público para publicar lixo
682	cadê os médicos nos postos de saúde e hospitais
747	queremos saúde queremos os postos de saúde com as medicações básicas em dia meu pai está há mais de mês sem a medicação de pressão porque está em falta na farmácia do posto de saúde
849	pensei que o ministério da saúde tratasse de saúde e não de causas de afirmação social
872	enquanto isso a saúde do país
874	e a gente que é mulher e precisa desse marcador para nossa segurança e saúde não vota em sexoplanista
882	esse ministério é da saúde ou da fantasia
901	faltando saúde insumos vacina da dengue cirurgias do coração transplantes e vocês falando de ideologias para enfraquecer o povo e dominar assim como o comunismo prega né
922	que vexame um órgão que já foi tão respeitado se prestando a isso o ministério da saúde é o órgão do poder executivo federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltadas para a promoção a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros
936	cria vergonha ministério da saúde falem do que realmente é importante tantas doenças deficiências e problemas na área da saúde que realmente merecem atenção e vocês vem aqui ficar falando blablabla me poupe

Número do comentário	Segmento de texto
941	foca na saúde e para de encher o saco era só o que faltava
942	vamos falar da saúde do povo que tá um caos tem tanto assunto e vocês só falam do que menos interessa
957	que decadência chegou o ministério da saúde tantos problemas na saúde para se resolver e vocês preocupados com pautas como a identidade gênero é tapa na cara dos brasileiros que estão na fila do sus esperando um milagre para serem atendidos
1158	ministério da saúde virou militância mesmo
1159	e a saúde do resto do povo não importa
1160	ministério da propaganda sem saúde
1161	preciso dizer nada né até porque eu entendo que saúde é para todos essa página é para informar ou só milita lamentável a postura deste desgoverno
1166	o texto estava bom até começar a falar só de hiv aids na população trans esse é o mal a comunicação em saúde que o setor saúde perpetua insistem em atrelar pessoas lgbt exclusivamente à essa doença
1176	desde quando a saúde precisa comemorar isso estudamos anatomia meu povo
1187	rapaz ser homem no caso da saúde no brasil está cada vez mais difícil os homens a maioria não procuram atendimento médico e não há campanha para que isso seja incentivado todos têm campanha todos têm atendimento especial já para o homem
1198	tanta gente em dificuldades precisando de visibilidade para controle da saúde e este ministério da saúde ofendendo tempo com pessoas que não são doentes apenas tem opção sexual diferentes isto não é problema de saúde
1200	só tem trans agora e o resto da população como fica o atendimento convido os ilustríssimos senhores da saúde a irem ao hospital público e voltarem pra casa sem ser atendidos
1205	esse ministério faz diferença entre pessoas trans e não qual a diferença para a saúde pública ridículo diferenciarem

Fica em evidência que discurso dominante nesse recorte dos ST é o questionamento sobre a relevância do tópico da transgeneridade e sua associação com aspectos de saúde pública. Os ST “e o que isso tem a ver com saúde”, “a pergunta é o que esse assunto tem a ver com saúde o ministério da saúde não tem coisa melhor para se preocupar”, “quero saber o que isto tem a ver com saúde”, entre outros, ilustram o discurso que permeia a maioria dos comentários associados a esta classe. Há ainda os ST que afirmam a irrelevância do tópico ao ministério da saúde, como por exemplo “aqui é sobre saúde ou opção sexual” e “tanta gente em dificuldades precisando de visibilidade para controle da saúde e este ministério da saúde ofendendo tempo com pessoas que não são doentes apenas tem opção sexual diferentes isto não é problema de saúde”. Este último ST traz a tona um aspecto antinômico presente em toda a classe: o que é necessário ser visível e o que é levado à invisibilidade no que tange

tópicos que necessitam de atenção do governo, sendo, portanto, observável a manifestação da themata visibilidade/invisibilidade no conteúdo da classe.

O segundo vocábulo com maior frequência na classe é *dengue*. Este vocábulo ilustra a constatação anterior referente à themata visibilidade/invisibilidade, apresentando uma outra antinomia contextualizada aos tópicos das postagens: saúde /pautas LGBTQIA+. Em todos os comentários desfavoráveis relacionados ao vocábulo *dengue*, observa-se o teor comparativo entre os diferentes assuntos e a expressão da insatisfação dos emissores dos comentários sobre uma possível hierarquização, onde a temática da transgeneridade viria em primeiro lugar por uma questão ideológica associado ao atual governo de esquerda. Segue os comentários desfavoráveis com o vocábulo *dengue* na Tabela 14.

Tabela 14

Vocábulo dengue – tipos de comentários desfavoráveis às postagens

Número do comentário	Segmento de texto
35	mas só rola esse assunto quem é responsável pelo conteúdo pelo amor falem de saúde infantil dengue exercícios físicos e exercícios mentais precaução de várias doenças tem muita coisa para poder ser abordada
46	colocar uma socióloga no ministério da saúde dá nisso só lacração para agradar meia dúzia e a vacina da dengue atrasada e ainda pouca
84	falar dos números alarmantes da dengue ninguém quer
101	e a dengue matando geral
108	e de repente acabou doenças sexualmente transmissíveis filas nas utis morte por dengue está gritante no país quem quiser viver homem ou mulher vai viver e assumir suas consequências agora querer que a população engula assim faz o favor né
129	a ideologia dentro de uma instituição de governo isso é o projeto de poder da esquerda e a dengue autismo covid 19 tem outro assunto ou não
155	surto de dengue rolando solto e essa é a preocupação desse pessoal
172	dengue hemorrágica comendo solta aqui em Brasília e a propaganda é sobre isso tem homem mulher e trans e tudo mais que vocês deveriam se preocupar morrendo aqui será que esse seria de fato o problema da saúde pública no Brasil
198	por que vocês não falam sobre as mortes causadas pela dengue e também da morte dos yanomamis quem quer saber dessa aberração do diabo
203	dengue yanomamis não
213	e a vacina contra dengue nada ainda
268	quanta futilidade o povo morrendo de dengue cadê a vacina genocida

Número do comentário	Segmento de texto
284	existem assuntos mais importantes para se discutir no ministério da saúde escolha sexual é de cada um cada um escolhe sua vida misericórdia senhor tanta coisa aí a dengue por exemplo que nunca controlaram no brasil isso é mais importante
355	cadê a vacina da dengue
357	e sobre falta de vacinas para dengue e aumento crescente dos casos nada
425	o ministério da saúde do quadrilhão do nine não tem nada mais importante do que isso pra divulgar não por exemplo porque não comprou a vacina da dengue do japão ou sei lá de quem
445	vocês deveriam ser um pouco menos interessados na escolha da vida sexual de cada um e se preocupar mais com dst dengue malária hanseníase tuberculose leishmaniose leptospirose saneamento básico verminose esquistossomose malária zika chikungunya cadê investimento em vacinas
473	a população quer saber de saúde ela está preocupada que seu ente querido morreu de dengue e esse governo genocida por pressão popular agora que comprou vacina o povo não está interessado nessas pautas ideológicas pois segundo a ciência de deus ele criou homem e mulher o resto são pautas esquerdistas
480	e a dengue tem alguém trabalhando nisso governo genocida
490	meu deus o que o ministério da saúde faz vão cuidar de doentes que estão esperando cirurgias esperando consulta na fila do sisreg melhorar os hospitais federais comprar a vacina da dengue porque as pessoas estão morrendo só esse mês muitas vidas já se foram
496	e a negligência da vacinação contra a dengue o ministério da saúde tem alguma coisa a dizer
560	sério dengue em níveis alarmantes índios morrendo corte de verba para autistas postos de saúde sem mediações e você atrás de falar sobre isso
573	falta de vacina pra dengue é genocídio
593	dengue não pega em pessoas trans ou elas têm prioridade na vacinação cadê as vacinas vamos respeitar os seres humanos
606	enquanto isso falta vacina contra a dengue eis aí um verdadeiro governo negacionista e genocida onde a imprensa se cala sobre o assunto já que o governo federal atual não pode ser questionado por nada senão é antidemocrático e o ministério da saúde faz postagens sem qualquer explicação sobre o assunto da vacina
654	cadê as vacinas da dengue só existe esse assunto o maior surto de dengue
656	na hora que a coisa aperta só tem ginecologista e proctologista surto de dengue yanomamis lacre e militância tudo 100
685	enquanto o ministério da saúde gasta dinheiro com causas irrelevantes o povo tá morrendo de dengue por falta da vacina aff
745	e os casos de dengue
754	não seria mais criterioso vocês divulgar e citar a campanha vacinação dengue e o que estão fazendo para evitar as mortes do que ficar divulgando por exemplo essa matéria
901	faltando saúde insumos vacina da dengue cirurgias do coração transplantes e vocês falando de ideologias para enfraquecer o povo e dominar assim como o comunismo prega né
1181	e a dengue o que vão fazer
1186	vocês é que tem uma deficiência cognitiva a vacina da covid ainda é experimental não vamos arriscar injetar uma substância dessas em nossas crianças já a vacina contra a dengue já existe e é licenciada em vários países não está mais em fase experimental

Além da menção à dengue e à falta de vacinação no país, os ST em questão elencam também outros temas que, a partir do discurso observado, são considerados tópicos de maior relevância em comparação com a temática das postagens. Destaca-se a menção aos yanomamis, etnia indígena brasileira que, entre 2022 e 2023, recebeu cobertura da mídia sobre a crise de saúde generalizada em que encontrava a sua população, contexto relacionado com a epidemia da doença malária, a desnutrição e ao avanço do garimpo ilegal em seu território. De acordo com Relatório Situacional Relatório situacional do distrito sanitário especial de saúde indígena yanomami (Ministério da Saúde, 2023), ocorreram 1.506 óbitos entre 2018 e 2022, nos quais as maiores taxas foram registradas relacionadas a agressões, influenza e pneumonia, desnutrição, doenças infecciosas intestinais e doenças por protozoários (como a malária). São mencionadas, ainda, outras questões de saúde pública relevantes no Brasil, como a COVID-19, o autismo, cirurgias e transplantes.

A menção aos tópicos que envolvem a saúde pública do país surge nos ST associados a outros termos que são de relevância para a presente análise. Destaca-se o termo *genocida*, presente em quatro ST distintos. O ST “a população quer saber de saúde ela está preocupada que seu ente querido morreu de dengue e esse governo genocida por pressão popular agora que comprou vacina o povo não está interessado nessas pautas ideológicas pois segundo a ciência de deus ele criou homem e mulher o resto são pautas esquerdistas” ilustra a utilização do termo e seu contexto discursivo, associando-o com a compreensão de pautas ideológicas/esquerdistas, além de possuir teor religioso ao desconsiderar a abordagem ao tema da transgeneridade relacionada à saúde. Um outro exemplo de ST que aborda o termo é: “enquanto isso falta vacina contra a dengue eis aí um verdadeiro governo negacionista e genocida onde a imprensa se cala sobre o assunto já que o governo federal atual não pode ser questionado por nada senão é antidemocrático e o ministério da saúde faz postagens sem qualquer explicação sobre o assunto da vacina”.

Fernandes e Botelho (2023) apontam que o termo *genocídio* se tornou amplamente usado no Brasil de forma similar ao termo *negacionismo*, encontrado na Classe 1 e presente no ST acima, durante o contexto da pandemia da COVID-19 e suas repercussões sociopolíticas. Segundo as autoras, foi a partir da instauração no senado federal da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, com o objetivo de “apurar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil” (Fernandes e Botelho, 2023), que começou a circular nas redes sociais e na mídia o termo *genocídio*, vinculado com as posturas que foram tomadas pelo ex-presidente Bolsonaro e seu governo referentes à pandemia, além de ser associado também ao extermínio de povos indígenas e populações marginalizadas, com recortes de raça e classe. Ainda segundo as autoras (2023, p. 56),

O termo genocídio foi cunhado pelo advogado polonês Raphaël Lemkin, em 1946, compreendendo o fenômeno como crime de destruição de grupos nacionais, raciais ou religiosos, que deve ser julgado e punido por instâncias internacionais, uma vez que, frequentemente, o próprio Estado que o comete, não pode julgar e punir a si mesmo. (...) outras formas de se enxergar o fenômeno do genocídio tem sido discutida contemporaneamente, como a ideia do genocídio como prática social e suas consequências para a memória coletiva de um povo. Feierstein (2009) discute os genocídios na América Latina, muitos causados pelo próprio Estado, com políticas de extermínio de suas próprias populações, principalmente as indígenas.

A compreensão de que a popularização do termo genocídio da forma como é hoje utilizada no Brasil ocorreu em 2021, em associação com a COVID-19 e a atuação do governo Bolsonaro é importante para que se compreenda o fenômeno de apreensão de termos utilizados em outros contextos sócio-políticos, sendo, de alguma forma, reutilizados nos discursos atuais observados nos comentários em análise na pesquisa. Observa-se o processo

de ancoragem destes termos, categorizando o fenômeno da transgeneridade e o atual governo brasileiro, ultrapassando a sua utilização anterior no contexto da pandemia e sendo utilizado de forma a familiarizar e dar sentido a esses fenômenos a partir de tais categorias pré-existentes. Há ainda, no ST em questão, o trecho “verdadeiro governo negacionista e genocida”, em que o adjetivo *verdadeiro* aponta para a interpretação de que há um *falso governo negacionista e genocida*, em referência muito provável às acusações de genocídio e negacionismo ao governo Bolsonaro.

De forma complementar, foi encontrada nesta classe o termo *lacração*, sendo o termo de sétima maior relevância. Segundo Diniz (2022), a origem do termo está relacionada à comunidade LGBTQIA+, sendo identificada como parte do Pajubá, descrita pela autora como “uma forma verbal de resistência de pessoas sexo-gênero dissidentes que reúne uma série de vocabulários próprios dessa comunidade como ‘lacrar’, ‘acué’, ‘amapô’, ‘bafo’, ‘babado’, entre outros” (Diniz, 2022, p.1). Ao analisar o termo *lacração* e sua origem no vocabulário brasileiro, Braga e Módolo (2024) apontam suas mudanças ao longo do tempo, em contexto político-ideológicos distintos.

“lacrar” também passou a assumir sentido figurado: o ato vigoroso de fechar com lacre é assemelhado à ação de anular o oponente, que seria incapaz de reagir ao ser confrontado. (...) Em um processo de especialização de sentido, “lacrar” passou a remeter especialmente ao universo discursivo, significando algo como “apresentar argumentos irrefutáveis, encerrando uma discussão” – sobretudo em debates de ambientes virtuais. O que era “deixar sem reação” (contido por um lacre, fecho) passa a ser “deixar sem resposta”. (Braga & Módolo, 2024, para. 5 - 6).

Diniz (2022) irá realizar uma análise da *lacração* compreendendo não apenas os seus aspectos discursivos, mas também performáticos. A autora descreve a postura de *lacração* como uma ferramenta à disposição do enunciador, sendo uma forma de diminuir o jogo de

poder no discurso em relação àquele que sabe e àquele que ignora sobre o assunto. Além de descrito como uma ferramenta discursiva, a autora também aponta que a postura de *lacrção* se enuncia como uma “chave” e um “escudo” àquele que a realiza, observando que, a partir desta postura, o enunciador carrega consigo algo que pode ser dito com propriedade, mesmo que esta propriedade não seja necessariamente de caráter intelectual. Ainda sobre a análise da *lacrção* em seus sentidos discursivos e performáticos para a comunidade LGBTQIA+, a autora afirma:

Por outro lado, ela requer a disposição para o jogo, a atitude combativa e o pensamento estratégico. Como uma performance estética, a *lacrção* lança mão de um outro “saber”, o que não é simbolizado pela construção logocentrada do raciocínio, mas que implica em uma demarcação de posição de corpos estratégica dentro de um universo do sensível. Agora estamos falando em sujeitos emancipados da invisibilidade e do silenciamento para um espaço sensível de um lugar político, dentro de uma partilha da qual não faziam parte sem a *lacrção* no discurso como uma espécie de contorno do argumento. (Diniz, 2022, p. 4).

Após compreender o contexto no qual a palavra *lacrção* surge, é possível observar seu desenvolvimento no contexto sociopolítico brasileiro. Braga e Módolo (2024) observam que o termo *lacrção* e seus cognatos nascem em um contexto ideológico, relacionado aos grupos de esquerda e minorias sociais e que foram amplamente incorporados em seus discursos. Como efeito a estas manifestações, surge a desqualificação do termo por grupos posicionados de forma antagônica, como grupos de direita.

Em redes sociais, a expressão “só quer lacrar” tornou-se frequente para refutar posicionamentos em defesa da igualdade e da diversidade. Nesses usos, o ato de “lacrar” é entendido como um recurso discursivo voltado a atrair atenções, sem relações mais efetivas com a realidade. O “lacrador” seria simplesmente alguém em

busca de holofotes, likes, visibilidade. Desmerecer o próprio conceito de “lactração”, portanto, passa a ser uma estratégia argumentativa *ad hominem* para interditar o debate, já que os supostos “lactradores” não seriam debatedores sinceros e respeitáveis. (Braga & Módolo, 2024, para. 7)

Em suma, a compreensão de que há uma transformação do recurso discursivo da *lactração*, sendo utilizada como uma forma de interdição ao debate, aponta para as propriedades negativas associadas ao termo encontrados na Classe 2. A seguir, na Tabela 15, encontram-se os ST relacionados ao vocábulo *lactração* que foram classificados como desfavoráveis às postagens (retirados após o tratamento de dados no software IRAMUTEQ, portanto, sem as pontuações dos comentários originais).

Tabela 15

Vocábulo lactração – tipos de comentários desfavoráveis às postagens

Número do comentário	Segmento de texto
27	haja lactração e pouco trabalho pra sociedade
46	colocar uma socióloga no ministério da saúde dá nisso só lactração para agradar meia dúzia e a vacina da dengue atrasada e ainda pouca
106	e o padre tarado cadê os lactradores apagaram as fotos e as mensagens de lactração
183	gente chega de tratar a sexualidade do colega vamos cuidar da saúde da população todos pagam impostos e não tem retorno problemas com a saúde mental da população tá aumentando pessoas surtando e a lactração não para respeito e cuidados com todos
225	quando não é com vacina sem eficácia é lactração
252	e muito mimimi só falácia lactração e enganação
298	ministério da lactração a saúde que se dane vamos aplicar a esquizofrenia de gênero que é melhor
423	me pergunto o que isso tem a ver com a saúde qual a relevância disso essa página posta muita coisa mas na sua maioria só lactração e utilidade pública que é bom nada
435	ministério da lactração crônica
472	é lactração dia e noite agora é a mynd que está administrando o fakistério da saidox
475	não tem nem dipirona no sus mas lactração tem sobrando
536	ninguém aguenta mais esse papinho de lactração cada um faz da sua vida o que quiser desde que não interfira na minha mas pra mim o ministério da saúde devia tratar de assuntos realmente relevantes que são muitos
540	tem tantas outras visibilidades mas essas não fazem parte da lactração e não interessam a esse governo vergonha
591	turminha da lactração no governo pra variar né

Número do comentário	Segmento de texto
898	só lacração com o dinheiro público
924	ministério da saúde ou da lacração
1021	ministério da lacração
1170	só lacração não se aproveita nada
1211	não informam a população como evitar como se prevenir e como se tratar não falam se tem vacinas ou medicamentos para tratar o foco é só em pautas de lacração
1471	estou esperando pela campanha de conscientização contra a privatização dos presídios bora parar de lacração e trabalhar de verdade

Jodelet (2015, p. 48) explica em sua obra *Loucuras e Representações Sociais* os processos constitutivos da representação, a ancoragem, observada na classe 1, e a objetivação, sendo ambos processos complementares que tem relação com a formação e o funcionamento da representação social.

A objetivação explica a representação como *construção seletiva, esquematização estruturante, naturalização*, isto é, como conjunto cognitivo que retém, entre as informações do mundo exterior, um número limitado de elementos ligados por relações, que fazem dele uma estrutura que organiza o campo de representações e recebe um *status* de realidade objetiva.

É possível analisar o termo "lacrção" como parte constituinte do processo de objetivação das representações sociais em questão. No conjunto de comentários analisado, o termo é utilizado de forma negativa, para descrever ou desqualificar ações do Ministério da Saúde associadas às pautas de diversidade, à inclusão de minorias ou sua associação com políticas públicas de saúde. As três fases do processo de objetivação podem ser encontradas nos dados em análise, a partir de inferências e associações entre os conteúdos e a teoria.

A primeira fase do processo de objetivação, construção seletiva, refere-se ao processo de apropriação de informações e saberes sobre um determinado objeto, onde há a seleção de elementos que são mantidos e outros que são ignorados. Essa seleção de elementos que são mantidos na percepção grupal está relacionada com o acesso diferenciado às informações,

dependendo da inserção grupal do sujeito e/ou grupo, além de estar relacionado a critérios normativos, ou seja, está relacionado aos valores que circulam socialmente no tecido grupal (Alves-Mazzotti, 2008). No caso do termo *lacrção* observa-se uma seleção de traços visíveis associados a pautas de diversidade. Os ST "turminha da lacração no governo pra variar né" e "ministério da lacração a saúde que se dane vamos aplicar a esquizofrenia de gênero que é melhor" revelam como certos aspectos políticos e culturais são selecionados para construir um quadro negativo dos emissores das postagens.

A segunda etapa é a da esquematização estruturante, na qual os elementos selecionados são organizados de forma a gerar uma imagem coesa e facilmente compreensível, facilitando a apreensão dos sujeitos aos seus significados em representação (Alves-Mazzotti, 2008). *Lacrção* passa a representar, de forma sucinta, uma imagem do ativismo progressista como algo performático, improdutivo e ideológico. Os trechos dos ST "só lacração com o dinheiro público", "não tem nem dipirona no SUS mas lacração tem sobrando" e "colocar uma socióloga no Ministério da Saúde dá nisso, só lacração para agrada meia dúzia" ilustram essa estrutura. A representação da esquerda e de pessoas trans torna-se fixada na imagem do "lacrador", como alguém que utiliza o dinheiro público para o financiamento de suas pautas, sem se preocupar com outros problemas de saúde pública, sendo percebido como um nicho pequeno e irrelevante socialmente ("meia dúzia").

A terceira etapa é a da naturalização. Após a seleção e organização de elementos, gerando o núcleo figurativo, há a percepção pelos sujeitos e/ou grupos de que aquilo que está sendo representado é, na verdade, a realidade direta do objeto (Villas Bôas, 2010). Ou seja, se generaliza o que está sendo formado de forma seletiva, e o esquema estrutural resultante da segunda etapa do processo de objetivação é percebido como real. A objetivação, portanto, "fornece aos indivíduos o sentimento de que seu discurso sobre o mundo não é uma construção intelectual, uma visão teórica do real, mas o simples reflexo da realidade

circundante” (Moliner, como citado em Villas Bôas, 2010). No caso do termo *lacração* em análise, torna-se desnecessário sua explicação ou compreensão; o termo passa a operar como uma chave de leitura automática e negativa de qualquer manifestação voltada à diversidade ou às minorias. Os trechos dos ST "ministério da lacração crônica", "só lacração, não se aproveita nada" e "lacração dia e noite" (0472) mostram como o termo é usado como explicação suficiente para desqualificar ações governamentais, tornando-se parte do vocabulário cotidiano que justifica, explica e interpreta os fenômenos em análise.

É possível compreender que a objetivação do termo *lacração* revela um processo atravessado por valores, afetos e conflitos sociais, durante a constituição das representações sociais. A imagem do *lacrador* torna-se uma figura simbólica de representação social negativa do posicionamento de esquerda, das políticas de diversidade e das identidades dissidentes.

Em conclusão, a análise da classe 2 revela, de forma complementar à classe 1, aspectos constituintes de elemento de representações sociais. Utilizando como parâmetros analíticos as perguntas de Marková (2006), podemos afirmar que a o themata visibilidade/invisibilidade encontra-se exposta no teor de questionamento sobre temas e pautas que deveriam ser priorizadas por ações governamentais, revelando um senso de disputa grupal pelo que merece ser visível e tratado em questões de saúde. Além disso, observa-se, na análise do termo *lacração*, o processo de objetivação das representações sociais dos grupos de esquerda e de pessoas trans, naturalizando aspectos negativos e sendo utilizado de forma a antagonizar as postagens que geraram os comentários. Este termo e outros tangenciáveis, revelam comentários que desqualificam o assunto por meio de humor, memes, ironias ou piadas, sugerindo sua irrelevância. Esse recurso atua como uma estratégia de banalização do tema que, por fim, evoca novamente o aspecto tematizado da visibilidade e da invisibilidade – o que é risível não é considerado relevante, tampouco visível.

4.2.4 Classe 3 – *Compreensões Normativas De Gênero – Existência/Anulação*

Ao contrário das Classe 1 e 2, a Classe 3 representa elementos que são mais relacionados à temática da transgeneridade em si, ainda que contenha em seu conteúdo elementos relacionados aos aspectos políticos e ideológicos observados anteriormente. De forma geral, os ST que constituem essa classe abordam questionamentos, dúvidas e afirmações que antagonizam as informações das postagens, muitas vezes tangenciando discursos preconceituosos e estigmatizantes sobre a população trans. A seguir, na Tabela 16, encontram-se os ST relacionados ao vocábulo *sexo*, termo de maior relevância na classe, que foram classificados como desfavoráveis às postagens (retirados após o tratamento de dados no software IRAMUTEQ, portanto, sem as pontuações dos comentários originais).

Tabela 16

Vocábulo sexo – tipos de comentários desfavoráveis às postagens

Número do comentário	Segmento de texto
12	sexo atribuído eu pensei que sexo fosse observável
70	como assim se difere do sexo atribuído a ela ao nascer essa atribuição é biologicamente e cientificamente influenciada até porque os pais não fazem ideia que no futuro essa criança vai sofrer com uma disforia de gênero que nada mais é que um distúrbio psicológico cada uma viu
105	o ministério da saúde deveria saber que só existem dois sexos masculino e feminino ou você vai ao ginecologista ou ao urologista não sei o que esse post trás de informação sobre a saúde no brasil
107	sexo masculino sexo feminino
132	o sexo atribuído a ela dá a ideia de que ela ganhou quando nasceu quando na realidade ela já era o tinha determinado desde sua concepção o sexo que foi atribuído a ela se enquadraria melhor quando ela muda de sexo se isso biologicamente fosse possível argumento raso
152	sexo atribuído obstetras decidem no cara ou coroa esse lobby tá fazendo até o governo delirar
153	divergem do sexo atribuído ao nascer atribuído por quem pela biologia isso não é tradicionalismo ou conservadorismo isso é ciência por acaso vocês são negacionistas só porque uma pessoa apresenta disforia de gênero não é aquilo que gostaria de ser
169	pseudociência sendo propagada pelo ministério dos direitos humanos vergonhoso e eu que achei que o negacionismo tinha ficado pra trás com o governo anterior sexo é um dado biológico que não tem porque concordar com estereótipos socialmente construídos de feminilidade ou masculinidade
170	no caso pessoas que nascem com um sexo e se sentem de outro precisam de tratamento esquizofrenia tem tratamento

Número do comentário	Segmento de texto
180	sexo não é atribuído a ninguém o sexo é observado parem de propagar ideias pseudociências para a população vocês são negacionistas
190	mulheres são humanos adultos do sexo feminino mulher trans é homem que pensa que é mulher
201	o jovem se achando sabichão ofendendo quem discorda dele porque não tem argumentos vamos lá me explica a diferença entre homens e mulheres se não é o sexo o que é
215	descordou não seria discordou criatura quem tem gênero é lápis cadeira porta ser humano tem sexo
245	apesar de serem diferentes o significado de sexo e gênero é intercambiável mas os lacradores identitários estão tentando mudar o conceito
254	gênero é teoria sexo é fato boa noite
278	sexo atribuído ao nascer oi sexo é observável até mesmo antes do nascimento que loucura essa pseudociência sendo difundida pelo ministério da saúde desse jeito vocês não podem reclamar dos antivacinas estão igualmente em um delírio coletivo
281	vou falar uma verdade uma pessoa trans nunca será o sexo que ela deseja ser o homem pode se vestir como mulher e se comportar como mulher mesmo assim será eternamente homem se conforme garotinho
287	ou seja se você nasceu no meio da selva e não tiver alguém para atribuir um sexo a você já era né ficou sem sexo
304	sim a partir da genitália se atribui um sexo
306	oi sexo atribuído vem das teorias do povo queer e transativista a realidade material existe e é uma piada que o ministério dessa importância não coloque a diferença entre sexo e gênero claro que é legal fazer um debate
325	vocês não podem leiloar a vulnerabilidade da mulher a título de amparar a vulnerabilidade de condições que não são relativas a realidade do sexo de nascimento e as dores e lutas históricas de nós mulheres militância voltada a satisfação da libido com dinheiro do contribuinte
495	a ciência diz que existem também as soberbas arrogantes não importa o termo se é gênero gene sexo o que importa é que não existe outro que não seja homem ou mulher pronto
517	então como a fiv consegue selecionar o sexo no desenvolvimento do embrião se para você não são os gametas quem definem e sim a formação do órgão olha o que você por influência de x e y ora quando é definido
542	pra vacinar vocês tem que acreditar na ciência pra lacrar não pera o sexo é atribuído e a ciência onde fica aí a ciência para vocês não conta ah vão capinar um lote
559	se é atribuído é associação e ninguém é obrigado a estar associado a esse grupo artigo 5 xx da constituição federal chega de sermos constrangidas e constrangidos antijurídica e contra a realidade imanente do sexo de nascimento
579	uma mulher trans sabe que é do sexo masculino aham então porque estão retificando o campo sexo na certidão de nascimento porque estão dizendo que a nova carteira de identidade é transfóbica por conter o campo sexo responde aí
611	segundo a oms o transtorno de identidade de gênero é um distúrbio psicológico que afeta homens e mulheres o distúrbio afeta a percepção do ser humano homem macho fazendo o sentir se fêmea da mesma maneira que afeta o sexo oposto
668	não existe sexo atribuído ao nascer existe sexo biológico e ponto
670	sexo não é atribuído parem com essa fake news
673	sexo atribuído achava q o sexo se observava com algumas semanas de gestação a desinformação desse post é gritante ministérios inúteis

Número do comentário	Segmento de texto
689	de todas as mulheres nenhuma delas se identifica com todos os estereótipos de gênero que as são atribuídos ao nascer isso sim que é atribuído e não o sexo de ninguém sexo é observado e é uma categoria imutável
690	sexo não é atribuído o sexo é observado pois é um dado objetivo da realidade como a pessoa se percebe e constrói a sua personalidade não tem nada a ver com o sexo dela
691	negacionismo científico sexo não é atribuído atribuído é o papel sexual que retrocesso sexo ao contrário do que estão tentando passar através de manipulação de discurso não é um espectro não é relativo
691	antes que falem pessoas intersexo não são de um terceiro sexo idade das trevas voltando
693	me deu vontade de colocar os dois gêneros que existem que é o sexo masculino e o sexo feminino
703	anomalias genéticas que envolvem características de ambos os sexos são raras no brasil apresenta cerca de 3 5 milhões apenas em relação a população absoluta são uma exceção oriunda de falhas genéticas está longe de apresentar uma maioria ou parte do absoluto
710	não existe sexo atribuído ao nascer existe o sexo da pessoa que foi observado e identificado e só existem dois intersexo são menos de 1 da população mundial e tem condições de saúde associadas que precisam de tratamento médico a vida toda incluindo câncer
714	sociologia é o campo da ciência que estuda comportamentos humanos alguns claros e outros subjetivos com base no gênero o indivíduo que se identifica do sexo oposto ou outra coisa pode até não se conformar mas o seu sexo é imutável
719	as pessoas mudam de sexo
722	sexo não é algo atribuído nascemos com ele parem de ser negacionistas depois a direita ganha de novo e vocês não sabem porque né vocês sabem quem são as mulheres aquelas que elegeram o lula
724	como exatamente que a identidade não se alinha ao sexo existe um jeito certo de ser homem ou mulher talvez eu estou sendo mulher errado
732	ativistas trans não dizem que sexo é diferente de gênero então seria transsexualidade ou transgeneridade e essa não se manifesta após um indivíduo apresentar disforia de gênero
732	se é transtorno psicológico indivíduos não deveriam ser tratados com a psiquiatria em vez de serem afirmados e incentivados a modificarem mutilarem os seus corpos e suas identidades sociais sexo é observado e não atribuído tantas perguntas
735	o sexo é atribuído mas a identidade é inata ministério dos direitos humanos e da cidadania que pesadelo é esse que estamos vivendo
743	acreditar que você não é do sexo que você nasceu sexo é observado não atribuído ciência chega aqui é apenas isso uma crença então não pode impor nem obrigar as pessoas a compactuar com o seu delírio fim
761	rapaz pela sexagem fetal já se sabe o sexo da criança ainda ano útero sexo é um dado material é a capacidade presumida de produzir gametas parem de tretar com a biologia
762	atribuído são os estereótipos de gênero o sexo é um dado material por exame de sangue sabe se o sexo do feto ainda no útero
768	sexo é um critério biológico determinado pela genética portanto é uma condição imutável de cada ser humano sendo assim é impossível alterar tal condição por fim não existe transexualidade já que sexo é imutável e cirurgias plásticas não são capazes de modificar a genética
774	meu sexo nem o de ninguém é atribuído nascemos com vulva ou com pênis negacionistas

Número do comentário	Segmento de texto
939	sexo observado na usg gestacional só ao nascer é arcaico demais ministério da saúde o médico olha e descreve se é do sexo masculino ou feminino viva a ciência
951	sexo atribuído não no final ou vão ao ginecologista ou ao urologista
955	sexo não é atribuído é reconhecido é imutável e um importante marcador social para políticas públicas marsha nunca foi transexual tem muitos relatos da própria marsha se dizendo homem gay e drag quem era trans era rivera
975	claro que a saúde deve atender a todas as pessoas independente de suas escolhas mas não pode simplesmente ignorar uma realidade científica esmagadora como o sexo que é determinado geneticamente ainda na concepção
975	como que os profissionais da saúde vão trabalhar sem levar em conta as características fisiológicas que sexo o biológico traz por exemplo saúde para todos sim mas com base em evidências científicas e não em ideologia política
986	sexo atribuído ao nascer e quem está falando isso é um órgão público que é sustentado pelos impostos de todos os brasileiros e quem discorda de toda esta narrativa manipulada pode ser acusado criminalmente estamos financiando contadores de histórias não defensores do bem público
991	sexo é uma realidade biológica imutável não é atribuído ao nascimento
993	sexo não é atribuído e sim perceptível identificado
999	feminilidade não deveria ser gênero mas segundo a agenda queer é homens poderiam ser femininos não são mulheres por causa disso e vice versa é importante destacar a diferença entre sexo e gênero sexo é imutável gênero são estereótipos
1100	ai sim pessoas do sexo masculino que se identificam com feminilidade artificial é travesti não existe mulher trans porque mulher são as fêmeas humanas adultas
1102	e está errado isso espaços femininos é para quem nasceu do sexo feminino
1108	a sua que não é né pessoas do sexo masculino não devem ser autorizadas a entrarem nos femininos espaço feminino é luta histórica das mulheres e nenhuma de nós nasceu com pênis
1111	só no seu planetinha todas as leis para mulheres são baseadas no sexo biológico e é inconstitucional obriga-las a aceitar isso várias advogadas feministas já estão agindo para derrubar essa imposição
1278	you só está tentando simular em seu corpo a condição biológica de outro sexo mas jamais seus sentidos sensações funções e funcionamento fisiológico biológico psíquico será como do sexo oposto
1446	invasão de espaços separados por sexo e consequentemente violação da constituição de 88 que assegura direitos amparados no sexo
1458	mulheres são múltiplas e muito diversas mas nenhuma é do sexo masculino vai chorar suas lágrimas para outra mulher que acredita em conto trans
1491	não sobrevive à infância do sexo feminino marcada por assédio e discriminação para hoje não poder sequer nomear o que eu sou enquanto ser humano a realidade das mulheres não é um sentimento uma ideia
1495	essa necessidade é deles então eles que tenham os próprios espaços para essas práticas para aqueles que precisarem ver uma mulher para completar o fetiche contratem uma profissional do sexo dessa linha que saberá lidar com essas necessidades

Em uma análise geral, compreende-se que há tópicos em constante retorno nos ST em questão. Em primeiro lugar, identificou-se que argumentações relacionadas à biologia aparecem com frequência, sendo o sexo apresentado como uma categorização imutável,

observável e determinada geneticamente. Os ST a seguir ilustram esta análise: “sexo não é atribuído a ninguém o sexo é observado”; “sexo é um dado biológico que não tem porque concordar com estereótipos socialmente construídos”; “sexo é um critério biológico determinado pela genética portanto é uma condição imutável de cada ser humano”. De forma complementar, há nos ST uma direta referência à ciência como um marcador de autoridade sobre o tema, sendo evocados aspectos de ancoragem e objetivação anteriormente analisadas, quando o discurso toca o aspecto científico (e, no caso, interpretado como anticientífico) das postagens e das construções sobre a transgeneridade. Os ST “divergem do sexo atribuído ao nascer atribuído por quem pela biologia isso não é tradicionalismo ou conservadorismo isso é ciência por acaso vocês são negacionistas só porque uma pessoa apresenta disforia de gênero não é aquilo que gostaria de ser”; “pra vacinar vocês tem que acreditar na ciência pra lacrar não pera o sexo é atribuído e a ciência onde fica aí a ciência pra vocês não conta ah vão capinar um lote” ilustram esta análise.

A seguir, identificou-se também discursos de deslegitimação de pessoas trans, com frequência utilizando termos patologizantes e associados a condições de saúde mental. Os ST “mulheres são humanos adultos do sexo feminino mulher trans é homem que pensa que é mulher”; “(...) essa criança vai sofrer com uma disforia de gênero que nada mais é que um distúrbio psicológico cada uma viu”; “no caso pessoas que nascem com um sexo e se sentem de outro precisam de tratamento esquizofrenia tem tratamento”; “segundo a oms o transtorno de identidade de gênero é um distúrbio psicológico que afeta homens e mulheres o distúrbio afeta a percepção do ser humano homem macho fazendo o sentir se fêmea da mesma maneira que afeta o sexo oposto”; “(...) desse jeito vocês não podem reclamar dos antivacinas estão igualmente em um delírio coletivo” ilustram este ponto. *Distúrbio psicológico, esquizofrenia e delírio coletivo* são marcadores de interpretação: as identidades trans, nesse caso, são vistas como questões de saúde mental e abordadas desta forma pelos emissores de tais comentários.

Podem, ainda, ser entendidas como elementos de ancoragem do grupo de pessoas, como exposto anteriormente.

Há ainda, de forma recorrente, discursos que defendem a proteção de espaços e identidades femininas, deslegitimando identidades transfemininas, com uma retórica que aponta para a exclusão desse grupo em determinados espaços e discussões. "Pessoas do sexo masculino não devem ser autorizadas a entrarem nos femininos. Espaço feminino é luta histórica das mulheres, e nenhuma de nós nasceu com pênis; “vocês não podem leiloar a vulnerabilidade da mulher a título de amparar a vulnerabilidade de condições que não são relativas a realidade do sexo de nascimento e as dores e lutas históricas de nós mulheres militância voltada a satisfação da libido com dinheiro do contribuinte”; “essa necessidade é deles então eles que tenham os próprios espaços para essas práticas para aqueles que precisarem ver uma mulher para completar o fetiche contratem uma profissional do sexo dessa linha que saberá lidar com essas necessidades” são ST com discursos relacionados a este ponto.

A seguir, na Tabela 17, encontram-se os ST identificados como favoráveis, ambíguos e outros, referentes ao vocábulo sexo, para uma análise comparativa dos discursos.

Tabela 17

Vocábulo sexo – tipos de comentários favoráveis, ambíguos e outros às postagens

Classificação	Número do comentário	Segmento de texto
Favoráveis	77	sexo é diferente de gênero colega
Favoráveis	99	sim mulher é mulher e homem é homem mas não necessariamente as mulheres são fêmeas e não necessariamente os homens são machos já que sexo e gênero são coisas diferentes
Favoráveis	139	a ciência diz que existem dois sexos macho e fêmea gênero é um aspecto social
Favoráveis	309	não é desde a concepção embriões são indiferenciados é só a partir de uma determinada semana que começam a se diferenciar sexo é atribuído porque se baseia na genitália do bebê se não sabe os conceitos do assunto
Favoráveis	312	sexo é biologia gênero é sociologia ambos são fatos

Favoráveis	794	em nenhum momento eu disse que não se sabe o sexo intrauterino eu disse que a diferenciação sexual vai acontecer nas primeiras semanas antes disso o embrião é indiferenciado
Favoráveis	877	então não sei qual é o seu sexo porque não vi o seu exame de dna
Favoráveis	1496	não tem sequer noção do que é ser e se entender como mulher trans é sim é uma realidade com todos esses parâmetros sabe diferenciar sexo de gênero
Ambíguos	291	exames médicos rápidos em todos os estados apoio aos centros de referência ao autismo enfim isso tudo independe de sexo todos precisamos
Ambíguos	313	sexo é imutável gênero não
Ambíguos	519	aff sexo é diferente de gênero
Ambíguos	790	não gênero e papéis de gênero que são construção social o que é ser mulher o que é ser homem sexo é baseado em características biológicas e anatômicas nasceu com penis e testículo masculino nasceu com vulva vagina útero e ovários feminino genitália ambígua intersexo
Outros	407	xx e xy é determinação sexual cromossômica o zigoto formado é indiferenciado potencialmente podendo se diferenciar em ambos sexos fenótipos a diferenciação sexual é o processo que vai passar nas primeiras semanas para desenvolver as características gônadas pela influência de um gene do cromossomo y
Outros	1047	e a carteira nacional de identificação inclusiva sem o campo sexo por que o governo recuou em relação a isso e manteve a carteira transfóbica ou vetou a cota para trans no concurso nacional

Observa-se que, em sua maioria, os comentários que puderam ser identificados como favoráveis, irão explicar, reafirmar ou corrigir que existe distinção entre o conceito de sexo (enquanto aspecto biológico) e gênero (enquanto aspecto social). Os ST “sexo é diferente de gênero colega”; “sim mulher é mulher e homem é homem mas não necessariamente as mulheres são fêmeas e não necessariamente os homens são machos já que sexo e gênero são coisas diferentes”; “a ciência diz que existem dois sexos macho e fêmea gênero é um aspecto social”; “sexo é biologia gênero é sociologia ambos são fatos”. Para além da discrepância quantitativa entre os segmentos identificados quanto ao seu tipo, é importante observar que o conteúdo geral dos discursos favoráveis possui alguma coesão quanto aos aspectos citados acima. Os comentários identificados como ambíguos assim o foram pois não era possível compreender, apenas com a leitura do comentário, se as afirmações feitas estavam sendo favoráveis ou não às ideias das postagens, mas ainda assim, possuem conteúdo similar aos favoráveis e desfavoráveis. Os comentários demarcados como “outros” possuem conteúdo

tangenciável ao tema da transgeneridade, mas diverso a uma postura de defesa ou oposição ao tema e sim, respectivamente, uma explanação sobre o processo de determinação sexual cromossômica e um protesto relacionado à duas atitudes governamentais que seriam retrogradadas às políticas afirmativas de gênero. Apesar da coesão identificada nos comentários favoráveis, é na análise dos comentários desfavoráveis que é possível se observar e analisar construções psicossociais através dos discursos, compreendendo que o objetivo desta etapa da pesquisa é a identificação de elementos de representação social nos dados.

É notório que a Classe 3 possui termos intercambiáveis, de aspecto antinômico, principalmente no que se refere às questões de gênero. Os ST dessa classe demonstram que há um debate acerca do que é considerado gênero, sexo, e suas possíveis categorizações. A título de visualização, segue a Tabela 18, que mostra os aspectos antinômicos de palavras de relevância na classe.

Tabela 18

Antinomias relacionadas a compreensões de gênero identificadas na classe 3

Antinomias	Exemplos de Segmentos de texto
Homem/Mulher	"mulheres são humanas adultas do sexo feminino mulher trans é homem que pensa que é mulher"
XY/XX	"xx sempre vai ser mulher e xy sempre vai ser homem"
Pênis/Vagina	"militando como sempre então vou militar em favor da ciência também repita homens tem próstata saco pênis e hormônios masculinos mulheres tem vagina útero ovários trompas e os hormônios femininos"
Urologista/Ginecologista	"ou você vai ao ginecologista ou ao urologista não sei o que esse post trás de informação sobre a saúde no brasil"
Macho/Fêmea	"a ciência diz que xy é macho e xx é fêmea só quem reproduz é fêmea xy que é macho vai com o urologista cuidar da próstata e xx menstrua porque é fêmea ponto final"
Masculino/Feminino	"só existem 2 gêneros masculino e feminino quem determina isso é a genética podem falar ou se sentirem o que quiserem a menos que consigam mudar os cromossomos depois do nascimento"
Sexo/Gênero	"quem tem gênero é lápis cadeira porta ser humano tem sexo" "é importante destacar a diferença entre sexo e gênero sexo é imutável gênero são estereótipos"
Nascer/Atribuir	"sexo atribuído ao nascer e quem está falando isso é um órgão público que é sustentado pelos impostos de todos os brasileiros e quem discorda de toda esta narrativa manipulada pode ser acusado criminalmente estamos financiando contadores de histórias não defensores do bem público"

	"como assim se difere do sexo atribuído a ela ao nascer essa atribuição é biologicamente e cientificamente influenciada até porque os pais não fazem ideia que no futuro essa criança vai sofrer com uma disforia de gênero que nada mais é que um distúrbio psicológico cada uma viu"
Deus/Pecado	"podem criar trocentos gêneros depois da morte irão identificar o corpo como homem ou mulher macho ou fêmea deus criou o homem e a mulher ninguém nunca mudará isso seria o mesmo que dizer que deus errou" "o normal é o homem ser homem e mulher ser mulher trans pra deus é pecado"
Existir/Simular	"Mulher trans não existe é um delírio de homens autoginefilos mulheres são metade da população do mundo pronto definidos" "você só está tentando simular em seu corpo a condição biológica de outro sexo mas jamais seus sentidos sensações funções e funcionamento fisiológico biológico psíquico será como do sexo oposto"
Corpo/Roupa	"parem de usar estas pessoas como cartaz para justificar pessoas com corpos saudáveis que não gostam da própria aparência tem fetiches com saltos e maquiagem ou apenas tem medo de assumir a própria homossexualidade e acham que precisam mudar de sexo como se isso fosse possível" "mulher é fêmea adulta humana mulher trans é homem que pensa que pra ser mulher é só se maquiar e usar roupas da seção feminina"
Genética/Hormônio	"sexo é um critério biológico determinado pela genética portanto é uma condição imutável de cada ser humano sendo assim é impossível alterar tal condição por fim não existe transexualidade já que sexo é imutável e cirurgias plásticas não são capazes de modificar a genética" "a vagina é vagina por estar inserida num corpo num sistema nervoso e num todo que constitui um corpo feminino da mesma forma a mutilação de seios e tomar hormônios para ter mais pelos não te torna homem"
Realidade/Invenção	"sexo é um dado objetivo da realidade como a pessoa se percebe e constrói a sua personalidade não tem nada a ver com o sexo dela" "pura invenção para dominar as mentes mais fracas mulher menstrua eu amo ser mulher"
Sexo biológico/Sexo atribuído	"Sexo biológico não é atribuído é material e observável o que se atribui é os estereótipos de gênero inclusive esse que caracteriza alguém se diz trans" "sexo atribuído obstetras decidem no cara ou coroa esse lobby tá fazendo até o governo delirar"

A partir da análise das oposições presentes nos comentários coletados, torna-se possível identificar quais delas atuam como antinomias e quais se configuram como thematas, ou seja, núcleos simbólicos tensionados que sustentam representações sociais em disputa. Conforme propõe Marková (2006), toda representação social emerge de uma dinâmica dialógica entre ego e alter, sendo construída com base em distinções conceituais. No entanto, apenas algumas dessas distinções — quando atravessadas por tensões sociais, políticas e ideológicas — adquirem status de themata. No corpus analisado, oposições como

homem/mulher, macho/fêmea, sexo/gênero, existir/simular, realidade/invenção, nascer/atribuir, sexo biológico/sexo atribuído, Deus/pecado e masculino/feminino são recorrentes e aparecem carregadas de valor afetivo, moral e político, evidenciando sua centralidade nos debates contemporâneos sobre identidade, legitimidade e reconhecimento. Essas thematas estruturam o conflito simbólico entre o grupo de pessoas cisgênero e/ou alinhadas ao pensamento conservador (ego) e o grupo de pessoas transgênero e/ou alinhadas a pautas progressistas (alter), sendo o grupo de pessoas trans — ou sua legitimidade — o objeto em representação.

A themata *Deus/pecado*, em particular, revela uma articulação entre representações sociais da transgeneridade e discursos religiosos normativos. Essa oposição não apenas estrutura o pensamento moral sobre a legitimidade ou ilegitimidade de identidades trans, mas também posiciona tais identidades como da ordem do pecado. Ao afirmar que "Deus criou o homem e a mulher", parte do discurso opera definindo a compreensão binária de gênero como a única correta, insinuando que quaisquer outras possibilidades seriam, de alguma forma, "pecado" ou errado no nível religioso. Assim, a antinomia torna-se uma themata ao inscrever o debate de gênero num campo religioso, no qual o reconhecimento não é apenas social, mas também espiritual, e sua negação assume contornos de condenação moral e religiosa.

Por outro lado, oposições como *XY/XX, pênis/vagina, urologista/ginecologista, genética/hormônio e corpo/roupa* funcionam como antinomias no presente contexto. Elas servem de base argumentativa para justificar outras tensões, mas não configuram por si só o foco do conflito simbólico. Servem antes como mecanismos de ancoragem para justificar o essencialismo biológico e moral das thematas centrais. Assim, ao identificar as thematas em circulação, compreende-se com mais precisão como se estruturam as representações sociais

da transgeneridade nesse contexto, e quais núcleos de sentido sustentam o embate entre visões de mundo antagônicas (Marková, 2006).

5. Articulação entre estudos 1 e 2

O objetivo deste capítulo é a realização de uma análise que relacione os resultados categoriais do estudo 1 com os conteúdos representacionais verificados e analisados no estudo 2. As categorias definidas a partir da análise das postagens relacionadas à garantia de direitos da população trans e os resultados decorrentes da CHD, bem como o contexto sóciopolítico onde estes dados estão inseridos, são analisados à luz da teoria das minorias ativas, ampliando a compreensão do conflito em torno da transgeneridade no contexto contemporâneo. São respeitados os limites do corpus e a natureza qualitativa da abordagem, intencionando compreender os sentidos em disputa no campo das representações sociais, propondo uma leitura crítica e fundamentada das dinâmicas de resistência, reconhecimento e transformação observadas ao longo da pesquisa. Como balizador teórico desta etapa, foi utilizado o capítulo “Confluências entre a Teoria das Representações Sociais e a Psicologia das Minorias ativas” (Hernandez, 2021). A partir das análises dos dados dos estudos anteriores, é possível realizar uma construção expositiva do conflito entre *apoiadores* e *opositores* das postagens na página do Instagram do ministério da cidadania e dos direitos humanos, e suas repercussões sociopolíticas e teóricas.

Os estudos realizados revelam uma tensão estruturante entre o discurso institucional promovido pelo Ministério da Cidadania e Direitos Humanos e as respostas observadas nos comentários às postagens sobre a população trans. Enquanto o Estudo 1 identificou a atuação do Ministério como expressão de uma minoria ativa, em caráter singularmente institucional, comprometida com uma ruptura simbólica da cisnormatividade e com a reconstrução das representações sociais da transgeneridade, o Estudo 2 mostrou que essa tentativa de inovação encontra resistência significativa por parte do público, manifestando-se em formas discursivas que reafirmam normas hegemônicas e estigmatizantes.

No Estudo 1, o discurso oficial apresenta as características clássicas de uma minoria ativa, conforme descrito por Moscovici (1979, 1985). Observou-se consistência temática, autonomia frente ao contexto político adverso, investimento estratégico na visibilidade da pauta trans e conflito explícito com representações majoritárias. As postagens evidenciam uma tentativa de deslocar a representação da pessoa trans da esfera da patologia para a da cidadania, em consonância com a OMS e o CFP, buscando uma inovação simbólica com potencial de transformação do pensamento social.

Para compreender a complexidade da influência produzida por esse discurso institucional e a resposta social a ele, os níveis de organização de influência social propostos por Allen (1985) são importantes. Ao analisar os estudos 1 e 2, entende-se que há três níveis de organização social de influência encontrados no material documental: os níveis intragrupal, intergrupar e sistêmico. No nível intragrupal, os discursos produzidos por sujeitos trans reforçam normas e coesão identitária, atuando como vetores de afirmação interna do grupo minoritário. Declarações como “o meu nome é aquele com o qual me reconheço” operam como mecanismos de validação subjetiva e grupal, e se articulam à função de distinção e afirmação da identidade social compartilhada. Esse tipo de coesão é fundamental para que um grupo minoritário seja percebido como consistente — condição necessária para exercer influência social.

No nível intergrupar, evidenciam-se os conflitos entre os grupos cisgênero e transgênero. Inicialmente orientado por uma única dimensão de oposição (gênero), esse conflito se amplia nos comentários analisados no Estudo 2, que mobilizam dimensões adicionais como política, moralidade e religião. Isso configura, nos termos de Allen, característica de um conflito intergrupar sistêmico, no qual múltiplas linhas de demarcação são observáveis entre os grupos em interação. Compreende-se que este nível aborda disputas simbólicas e normas sociais amplas. Os dados do Estudo 1 sugerem que, apesar da presença

da atuação a favor das normas alternativas referentes ao gênero, a norma hegemônica permanece estável, como evidenciado pelas estratégias de resistência observadas. No entanto, a repetição e consistência do discurso minoritário, incluindo sua abordagem por espaços institucionais e governamentais, pode provocar, com o tempo, efeitos de influência privada — um processo de internalização gradual de elementos da nova norma, mesmo diante da manutenção pública da rejeição. Tal fenômeno é coerente com a noção de influência latente discutida por Moscovici (1985) e retomada por Nemeth (1985), segundo se propõe que mudanças de pensamento podem ocorrer mesmo quando não há adesão pública imediata.

A análise dos comentários no Estudo 2 reforça essa dinâmica, ao revelar a presença de *themas* estruturantes (Marková, 2006) — como justiça/injustiça, visibilidade/invisibilidade, existência/anulação — que organizam as oposições discursivas e afetivas em torno da transgeneridade. Esses *themas* não apenas sustentam a resistência, como também estruturam o campo semântico do conflito entre o discurso inovador da minoria e as representações hegemônicas da maioria.

Adicionalmente, identificou-se nos comentários a presença de polifasia cognitiva (Moscovici, 1961; Jovchelovitch, 2011), evidenciada pela coexistência de saberes e crenças diversos oriundos dos mesmos grupos. Há comentários que oscilam entre afirmações de tolerância e manifestações de rejeição, revelando tensões internas não resolvidas e modos de pensamento ambivalentes, em que diferentes regimes de verdade convivem sem integração lógica. Tal ambivalência aponta para um contexto em que a inovação está em processo de construção, mas ainda de caráter embrionário no imaginário coletivo.

Por fim, a análise qualitativa dos comentários permite observar estratégias discursivas de resistência à inovação normativa. Retoma-se, neste ponto, as conceituações de expulsão e coerção realizadas por Moscovici (2011), compreendendo que há aproximações possíveis de serem feitas entre os dados e tais conceitos. Infere-se que há uma organização discursiva

generalizada no grupo de opositores das postagens, em que se intenta diminuir a relevância das normas alternativas em pauta. Tais estratégias incluem a ridicularização da pauta trans, a desqualificação epistêmica e moral, a relativização da violência sofrida pela população trans, e a deslegitimação das ações afirmativas de caráter governamental em prol dessa população.

Assim, a articulação entre os dois estudos demonstra que a tentativa de transformação do pensamento social sobre a transgeneridade encontra-se em um estágio inicial. Os comentários analisados no Estudo 2 indicam a persistência de representações resistentes, que agem por meio de estratégias argumentativas estruturadas e afetivamente carregadas. A presença da pauta trans na esfera institucional, portanto, não equivale à sua consolidação no campo normativo majoritário, mas revela um cenário de disputa ativa, cujos efeitos de influência podem ainda estar se consolidando de forma latente e progressiva.

5.1. Atores, espaços e eventos emergentes

A emergência da transgeneridade como pauta institucional e símbolo de disputa política no Brasil contemporâneo configura um campo de conflito representacional em processo de formação. Este conflito não ocorre apenas em nível legislativo ou jurídico, mas também em planos simbólicos e concretos, onde significados são disputados, categorias são desestabilizadas e novos discursos buscam legitimação. Esta seção tem como objetivo mapear esse conflito a partir dos dados empíricos gerados nos Estudos 1 e 2, com apoio da teoria das minorias ativas.

No contexto da gestão federal iniciada em 2023, a recriação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e a nomeação de Symmy Larrat como secretária nacional dos direitos da população LGBTQIA+ marcaram simbolicamente o retorno de uma política de reconstrução do Estado orientada por princípios de inclusão e diversidade. Conforme analisado no Estudo 1, as postagens do MDHC no Instagram foram estruturadas a partir de três eixos principais: orientações, narrativas e práticas. O conteúdo publicado

referente ao tema concentrou elementos desses três eixos, promovendo a identidade trans como legítima, cidadã e parte integrante do projeto democrático nacional.

Contudo, como evidenciado no Estudo 2, o campo discursivo digital se configura como um ambiente de tensão, onde a recepção da mensagem institucional dá lugar a formas variadas de interpretação, apropriação, rejeição e ressignificação. A análise dos comentários revelou três classes principais, com a maioria de comentários sendo desfavoráveis às postagens: direitos e políticas públicas (Classe 1), saúde, política e corpo (Classe 2), e compreensões normativas de gênero (Classe 3). A correspondência entre as categorias do Estudo 1 e as classes do Estudo 2 permite evidenciar que os sentidos propostos pela instituição encontram resistência significativa no recorte grupal, o que remete à lógica de funcionamento da influência minoritária, como evidenciado por Moscovici (1985).

Ao abordar o Instagram como espaço onde se articulam discursos, disputas e práticas de visibilidade em torno da transgeneridade, é necessário considerar as contribuições contemporâneas sobre a relação entre representações sociais e cibercultura. Mazzotti e Campos (2019) realizam uma pesquisa que aborda os ambientes digitais, questionando se estes espaços devem ser vistos como algo além de meios de comunicação, compreendendo as noções de grupo e comunidade que foram teorizadas no campo da psicologia social. A cibercultura constitui um novo cenário social, onde as representações se organizam por meio de comunicações interativas e instantâneas, que rompem com os formatos tradicionais de convívio. Como definem os autores Mazzotti e Campos (2019, p. 478):

se trata de uma estrutura social composta por pessoas que partilham valores objetivos, trocam informações, produzem coletivamente saberes e se mantêm conectadas em função de traços identitários comuns, aspectos essenciais à produção de RS.

Este espaço virtual, o campo escolhido para a realização da pesquisa, pode ser compreendido como um espaço emergente de disputas representacionais, onde diferentes

atores sociais — como instituições estatais, movimentos sociais e indivíduos — constroem versões concorrentes sobre o que é a realidade social e quem pode ser reconhecido nela. As normas hegemônicas e alternativas, que estão em conflito evidenciados nos comentários analisados nesta pesquisa, exemplificam como o ambiente digital agrega simultaneamente diversos recortes grupais.

Os recortes grupais analisados na presente pesquisa foram definidos, de forma mais elementar, como grupo de *apoiadores* e grupo de *opositores* das ideias vinculadas nas postagens que foram analisadas no Estudo 1, a partir dos comentários e suas posições (ou tipos de comentários, como foi definido metodologicamente). Estas definições, arbitrárias e realizadas pelo pesquisador, convocam à reflexão conceitual referentes a comunidades, grupos, e agregados online. Os trabalhos de Harré e Codol (como citados em Mazzotti e Campos, 2019) são importantes para esta reflexão; Harré define “grupos taxonômicos”, como um agregado de indivíduos que se vinculam apenas pela semelhança entre crenças, não constituindo grupos “reais” que se desempenham papéis e mantêm relações entre si. Esta seria uma definição apropriada para os recortes *apoiadores* e *opositores*, sendo uma via de concepção. Todavia, como Mazzotti e Campos afirmam a partir das ideias de Codol, o recorte de falas e condutas individuais no contexto da presente pesquisa são meios legítimos de captação do que é expresso por um indivíduo, pois “cada indivíduo se apropria, atualiza e expressa as formas sociais das culturas e dos grupos em que está inserido” (Codol, como citado em Mazzotti & Campos, 2019, p. 481). Em outras palavras, há elementos constitutivos das representações sociais ainda que em grupos denominados como taxonômicos, sendo que outros elementos são de maior relevância para que seja realizada uma pesquisa apropriada, como o estabelecimento de critérios bem definidos na escolha dos grupos em estudo. Em conclusão, nas palavras de Mazzotti e Campos (2019),

Considerando que no ciberespaço há “comunidades que importam” e, portanto, podem exercer influência na produção e circulação de RS, pesquisadores do campo das RS que estudam grupos *offline* deveriam, ao estabelecer o “perfil” de seus sujeitos, investigar a natureza e importância relações que eles mantêm na rede, pois não podemos mais supor automaticamente que um morador de uma comunidade local tenha como referência apenas as comunidades locais, uma vez que ele pode estar conectado ou ancorado (no sentido de adesão a crenças e a práticas comuns) a um grupo em qualquer lugar do globo.

Compreende-se que é notório no presente trabalho a adesão a crenças e práticas pelos emissores dos comentários do estudo 2. Essa observação reforça a proposição inicial da pesquisa, que não apenas valida a utilização de redes sociais como o Instagram como campo, mas valoriza as particularidades que esse recorte proporciona no sentido analítico.

Apoiadores e opositores aqui, desdobram-se em uma série de recortes grupais, já anteriormente citados, mas que vale novamente a menção; grupo de pessoas alinhadas ao pensamento de direita e esquerda, grupo de pessoas transgênero, grupo de pessoas cisgênero, grupos religiosos, além do próprio ministério dos direitos humanos e da cidadania, como entidade governamental que também se torna objeto de representação. Estes recortes grupais se sobrepõem, sendo observável que os emissores dos comentários muitas vezes fazem parte de mais de um desses recortes.

5.2 Análise comparativa entre os Estudos 1 e 2: o conflito

A análise do conflito simbólico em torno da transgeneridade pode ser aprofundada por meio da análise comparativa entre os dados dos Estudos 1 e 2. Enquanto o Estudo 1 analisou postagens oficiais emitidas pelo MDHC, o Estudo 2 analisou os comentários públicos gerados por essas mesmas publicações, revelando as formas pelas quais o discurso institucional foi apropriado, contestado ou reforçado pelos usuários da rede social. Essa

articulação entre produção e recepção discursiva permite compreender as disputas representacionais em curso, sob a lente da teoria das minorias ativas.

O Estudo 1 identificou três grandes categorias: *Orientações*, *Narrativas* e *Práticas*. As *Orientações* referem-se aos princípios normativos que sustentam a ação institucional — como cidadania, inclusão, reconstrução democrática e reconhecimento da diversidade. As *Narrativas* dizem respeito à forma como a identidade trans é simbolicamente construída como legítima, pertencente ao espaço público e digna de direitos. Por fim, as *Práticas* dizem respeito às ações efetivas realizadas ou representadas pelo Ministério, como campanhas educativas e ações afirmativas.

No Estudo 2, por sua vez, três classes temáticas emergiram dos comentários às publicações: Classe 1 – Direitos e políticas públicas, Classe 2 – Saúde, política e corpo, e Classe 3 – Compreensões normativas de gênero. Essas classes revelam formas distintas de apropriação, disputa ou recusa dos significados propostos na comunicação institucional. A comparação entre essas categorias permite identificar zonas de confronto discursivo.

Referente à categoria *Orientações*, em comparação com as classes resultantes da CHD, os valores e diretrizes expressos pelo MDHC foram objeto de forte contestação. Os comentaristas opositores problematizam o foco em pautas de diversidade, questionam a prioridade dada à população trans nas ações governamentais e debatem o uso de recursos públicos. Essa reação é coerente com o que Moscovici (2011) descreve como resistência às inovações propostas por uma minoria ativa, em uma compreensão denominada como *relações de duplo critério*.

(...) um incremento do reconhecimento social não implica um aumento correlativo da aprovação social. O laço entre o emissor e o receptor de influência é, com frequência, um vínculo de ressentimento e distância, bem como de identificação. Isto não deve surpreender-nos. Todas as mudanças, todas as inovações implicam certa violência,

uma ruptura com algo que nos é familiar. (...) Trata-se precisamente da relação de duplo critério: de um lado, reconhecer e admirar o novo e excepcional e, de outro, desaprová-lo e negá-lo, a fim de reintegrar o ordinário e o normal. (Moscovici, 2011, p. 232).

De forma análoga, é observado que a categoria *Narrativas* intenciona a construção da população trans como sujeitos legítimos de direitos e pertencentes à democracia, enquanto os ST resultantes da análise da CHD recorrem a argumentos biomédicos, religiosos ou patologizantes para desqualificar essa legitimidade. Principalmente na Classe 3, é observável que os discursos reafirmam uma visão essencialista e binária do gênero, frequentemente ancorada em noções biológicas e estigmatizantes.

Em se tratando da categoria *Práticas*, são elencadas ações concretas apresentadas pelo MDHC em prol da população trans. Essas práticas são confrontadas diretamente, por todos os discursos desfavoráveis que permeiam as classes. A classe 2, especificamente, evoca em seus dados os discursos que questionam a importância dada às temáticas trans e às políticas públicas voltadas a essa população, evocando questões sociais outras, como a dengue, o autismo e os yanomami, em caráter comparativo e diminutivo das pautas trans.

Os conflitos gerados pela atuação institucional em favor da população trans aponta para divergências políticas explícitas, sendo estas também constituintes das representações sociais. A presença de uma minoria ativa, dotada de consistência e visibilidade institucional, perturba os sistemas simbólicos dominantes e desencadeia processos de resistência, negociação e possível influência, como observado por Moscovici (1985, p. 21, tradução nossa):

Em termos idealizados, a inovação aparece como criadora de conflitos, enquanto a conformidade tende a reabsorvê-los. O objetivo da primeira é a mudança social por meio da acentuação das diferenças; o da segunda, o controle social por meio do

aumento da uniformidade. Ou ainda: a inovação visa introduzir novos comportamentos ou crenças, e a conformidade estabilizar os já existentes.

Para Moscovici (1985), a relação entre influência e poder é muitas vezes mal compreendida, pois a maior parte das pesquisas relacionadas à influência a associa com a detenção de poder, porém há evidências de que minorias desprovidas de poder podem provocar influência, gerando mudanças significativas no campo das representações sociais, especialmente quando adotam uma postura consistente e resistente frente ao discurso hegemônico.

Apesar de haver indícios de maior inclusão e menções discursivas a seus direitos, trata-se ainda de um processo inicial de participação política. Uma parcela expressiva de pessoas trans no Brasil continua vivendo à margem dessa representatividade, enfrentando barreiras de acesso à cidadania plena. Portanto, embora os dados apontem avanços em termos de reconhecimento e representatividade, ele ainda está distante de se traduzir em uma transformação estrutural.

No presente estudo, essa dinâmica se manifesta na análise de postagens governamentais sobre a população trans, bem como nos comentários críticos que as acompanham. A presença dessas postagens indica uma embrionária transformação social e uma tentativa de inserção da pauta trans em instâncias institucionais, o que pode ser compreendido como um esforço de visibilidade e reconhecimento político. No entanto, tal presença não configura o grupo de pessoas trans como detentor de poder, pois a maioria dessa população segue vivendo à margem da representatividade formal, vivenciando estigmas e exclusões. A influência exercida ocorre não por meio do domínio, mas pela insistência, resistência e reconfiguração simbólica que desafiam as normas hegemônicas. Nesse sentido, as manifestações discursivas observadas nas postagens analisadas ilustram a função transformadora das minorias ativas, ao propor novos significados e tensionar consensos

estabelecidos. Assim, mesmo diante de assimetrias estruturais, ilustradas na reação observada nos comentários, essas ações contribuem para ampliar o campo do possível no que tange as compreensões de gênero – e a inserção dos recortes grupais que as tensionam - na sociedade brasileira.

5.3 A conjuntura macroestrutural: polarização política

A presença de uma minoria ativa no espaço está situada dentro de uma conjuntura política, econômica e ideológica marcada por contradições e disputas. No Brasil, o período pós-eleitoral de 2022 gerou um ambiente de polarização profunda, no qual pautas de gênero e sexualidade se tornaram símbolos de conflito cultural e político. Os recortes grupais aqui em análise ilustram essa polarização: *apoiadores* e *opositores* das postagens se anunciam como pessoas de direita ou esquerda, conservadores ou progressistas, religiosos e não religiosos. Essa conjuntura fornece o pano de fundo para a leitura dos dados empíricos: as reações à presença de tópicos relacionados à transgeneridade no governo não se explicam apenas pela discordância com políticas específicas, mas por um sentimento de ameaça simbólica à norma hegemônica, oriunda de aspectos mais conservadores do pensamento brasileiro.

Por outro lado, o reconhecimento parcial e o apoio explícito identificado em uma pequena parcela dos comentários revelam a existência de zonas de transição representacional, nas quais os sujeitos já não atuam apenas com os modelos tradicionais. Os comentários favoráveis e ambíguos, embora numericamente menos expressivos do que os opositores, sugerem que há alguma adesão às ideias contra normativas, ensaios de posicionamento e abertura à transformação das representações sociais.

Compreendendo também que a nível privado existem processos de validação acontecendo, como pontuado pela teoria (Moscovici; Nemeth, 1985), os discursos favoráveis e ambivalentes podem indicar o início da influência social. Nesse contexto, a atuação da minoria não deve ser avaliada apenas por sua eficácia imediata ou pela redução de hostilidade

explícita, mas pela sua capacidade de desestabilizar consensos, deslocar categorias e manter uma presença pública consistente.

(...) ao recusar-se a fazer concessões, a minoria aumenta a intensidade do conflito e demonstra sua indisposição em ceder. Em outras palavras, deixa absolutamente claro que seu objetivo principal é extrair concessões da maioria. Diante disso, podemos dizer que indivíduos ou grupos que inovam exercem influência por meio da criação ou intensificação do conflito. A negociação tácita que ocorre gira em torno das mudanças que a maioria está disposta a fazer para chegar a um consenso com a minoria. É isso que caracteriza a inovação como uma modalidade de influência. Ela se centra na criação — virtual ou real — de conflitos, assim como a normalização se centra em sua evitação e a conformidade, no controle ou na redução dos conflitos (Moscovici, 1985, p. 21, tradução nossa).

As representações sociais da transgeneridade presentes nos discursos em análise compreendem formas de ação simbólica, isto é, produções coletivas que organizam sentidos e moldam comportamentos sociais e políticos. Elas não apenas descrevem o mundo, mas o constroem, instaurando modos de ver, dizer e agir em relação aos sujeitos representados. Segundo Hernandez (2021, p. 98, tradução nossa),

as representações sociais elaboradas em torno de uma determinada realidade emergem em um dado contexto por meio da produção de significados sociais. Trata-se de uma construção social, coletiva e interativa, mediada por relações sociais, históricas e culturais, cujos pilares são a interpretação e os comportamentos sociais. A produção de significados sociais é uma prática dialógica e intersubjetiva, um fenômeno comunicacional em que a linguagem fundamenta as práticas sociais e discursivas exatamente onde elas nascem e se tornam efetivas: na vida cotidiana (Spink, 1999).

As práticas discursivas são linguagens em ação com o propósito de orientar as práticas cotidianas.

Os elementos das representações sociais observadas no Estudo 2, portanto, não configuram apenas um subproduto comunicacional, mas também se revelam como partes integrantes de ações mobilizadoras e aspectos orientativos. A proposta da norma alternativa, realizada e mobilizada pelos representantes do grupo minoritário nômico não se insere em um contexto neutro, mas sim em um campo em que se evoca valores morais, tradições culturais e sistemas de crenças. Estes aspectos geram, como verificado nos dados, resistências, reações hostis e tentativas de deslegitimação.

Ao relacionar os dados empíricos com os aportes teóricos da teoria das representações sociais e da psicologia das minorias ativas, foi possível compreender que o cenário investigado como um campo de disputa política e simbólica reflete tanto tensões estruturais quanto embates cotidianos. A presença do conflito como eixo central permite interpretar o embate entre a defesa das normas alternativas e a reação social em defesa às normas hegemônicas como parte de um processo mais amplo de reorganização das representações sociais no Brasil contemporâneo.

Em resposta ao problema central da pesquisa, se e como existe a influência social do recorte grupal de pessoas transgênero para com pessoas cisgênero no Brasil atual, conclui-se que a presença de um discurso apoiador da minoria ativa realizado pelo MDHC promove a inovação social sobre as compreensões de gênero no Brasil, refletida na inclusão do grupo de pessoas trans enquanto legítimos e cidadãos. Este processo de influência gera um conflito de múltiplas faces, tangenciando aspectos relacionados a aspectos políticos e morais, confrontando diretamente representações sociais sedimentadas, aportadas em temas como justiça/injustiça, visibilidade/invisibilidade e existência/anulação e reforçadas de forma majoritária nos comentários.

A polarização observada nos comentários indica que a transformação do pensamento social não ocorre de maneira linear ou consensual, mas por meio de tensões cognitivas e afetivas que se manifestam discursivamente, especialmente em ambientes como o Instagram, onde as dinâmicas da cibercultura acentuam tanto a visibilidade quanto o antagonismo.

Encerrar o capítulo com essa reflexão é fundamental para reconhecer que as mudanças referentes à transgeneridade são indicativas de que há um processo ativo de deslocamento simbólico, mesmo diante de resistências, constituindo uma abertura para formas emergentes de reconhecimento político e social.

6. Considerações Finais

Com base nos resultados obtidos nos Estudos 1 e 2, concluímos que o campo representacional sobre a transgeneridade está atravessado por disputas marcadas por tensão, resistência e assimetria.

No Estudo 1, centrado na análise das postagens do Ministério da Cidadania e Direitos Humanos, identificamos que:

a) Os dados apresentados corroboram com as características de uma minoria ativa, conforme proposto por Moscovici, ao se posicionar de forma consistente e autônoma frente à norma cisgênero;

b) A atuação discursiva do Ministério incide sobre diferentes níveis de organização social, segundo Allen (1985):

No nível intra-grupal, ao reforçar a identidade coletiva da população trans;

No nível intergrupal, ao se reportar diretamente ao grupo de pessoas cisgênero;

c) As postagens levam à construção de uma memória coletiva, deslocando a transgeneridade da posição de desvio para a de sujeito de direitos, promovendo sua inserção simbólica na cidadania;

No Estudo 2, que analisou os comentários públicos a essas postagens, concluímos que:

a) Há ampla presença de representações sociais em construção, estruturadas por *themas* como justiça/injustiça, visibilidade/invisibilidade, existência/anulação, que organizam a cisnormatividade como norma hegemônica;

b) Identificamos a presença de polifasia cognitiva, com convivência de registros contraditórios, revelando tensões cognitivas e afetivas no processo de apreensão das informações;

c) Foram mapeadas estratégias de resistência às propostas de normas alternativas, tais como ridicularização e sarcasmo; desqualificação moral e epistêmica; apropriação de termos progressistas através de processos de ancoragem e objetivação;

d) Os comentários apontam para o nível de organização sistêmico (Allen, 1985).

Concluimos que a emergência da abordagem às normas alternativas de gênero em espaços institucionais produz tensões representacionais relevantes, podendo levar ao processo de validação e de influência latente teorizado por Moscovici (1985). Embora os dados não permitam afirmar a ocorrência de influência pública, é possível considerar que a persistência da minoria ativa pode engendrar, ao longo do tempo, processos de influência privada e reorganização do pensamento social.

Ao articular a Teoria das Representações Sociais e a Psicologia das Minorias Ativas com uma perspectiva crítica latino-americana (Hernandez, 2021), esta dissertação reafirma que representar é agir politicamente. O conflito, longe de ser patológico, é condição democrática e epistemológica para o deslocamento de sentidos. A psicologia social, nesse contexto, tem o desafio ético de enfrentar as formas simbólicas de exclusão, não apenas como objeto de estudo, mas como campo de intervenção transformadora.

Reconhecemos, por fim, as limitações desta pesquisa. O uso de dados disponíveis publicamente não permite acesso ao perfil sociodemográfico dos participantes, o que restringe a análise interseccional das representações. Compreendemos que futuras investigações devem ampliar o escopo empírico, explorando outros campos de produção das representações sociais no ambiente virtual e combinem métodos qualitativos e quantitativos, de modo a aprofundar a compreensão dos conflitos, processos e aspectos inovadores em torno da transgeneridade e de outras minorias no Brasil contemporâneo.

7. Referências

- Abrams, D., & Christian, J. N. (2009). Coping with minority status: Responses to exclusion and inclusion. In F. Butera & J. Levine (Eds.), *Social exclusion* (pp. 82–103). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511804465.005>
- Allen, V. L. (1985). Innovation and socialisation in small groups. In S. Moscovici, G. Mugny & E. Van Avermaet (Eds.), *Perspectives on minority influence* (pp. 143–170). Cambridge University Press.
- Alves-Mazzotti, A. J. (2008). Representações sociais: Aspectos teóricos e aplicações à educação. *Leituras*, 1(1), 18–43. <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.14i61.1944>
- Alves, S., & Semente, M. (2023). Mulheres trans e travestis jovens concentram casos de autolesões. *Gênero e Número*.
<https://www.generonumero.media/reportagens/autolesao-mulheres-trans-e-travestis/>
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barreira, M. M. L., & Maia, L. M. (2022). Ações ciberativistas LGBTQIA+ no YouTube: Identidades e minorias ativas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, e242166, 1–13.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003242166>
- Benevides, B. G. (2025). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); Distrito Drag. <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>
- Bertoni, L. M., & Galinkin, A. L. (2017). Teoria e métodos em representações sociais. In L. P. Couto & R. A. M. Assis (Orgs.), *Notas teórico-metodológicas de pesquisas em educação: concepções e trajetórias* (pp. 101–122). Editus. .
<http://books.scielo.org/id/yjxdq/epub/mororo-9788574554938.epub>

- Braga, H., & Módolo, M. (2024, 12 de junho). “Lacração”: uma breve história de apogeu e queda. *Jornal da USP*. <https://jornal.usp.br/?p=767914>
- Brasil. (1975). *Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975*. Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16259.htm
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Conselho Federal de Psicologia. (2015). Despatologização das identidades trans e travestis. <https://despatologizacao.cfp.org.br/sobre/>
- Coutinho, S. M. dos S. (2008). *“A dona de tudo”: o que é ser mulher, mãe e esposa de acordo com as representações sociais de mulheres de duas gerações* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo]. Repositório Institucional da UFES. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/3120>
- Damin, M. L. (2020). *Memória e ciclo de vida dos objetos digitais no Instagram* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. <http://hdl.handle.net/unirio/13105>
- Diniz, J. R. (2022). Embaralhando as fronteiras do debate: uma análise discursiva da lacração como estética e performance. In *Anais do XVIII Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura* (pp. 82–103). Universidade Federal da Bahia. <https://www.cult.ufba.br/enecult/wp-content/uploads/2022/10/Anais-XVIII-Enecult-v3.pdf>
- Fernandes, C. M. M., & Botelho, M. A. (2023). Bolsonaro genocida? Explorando o sentido de genocídio e as redes no Twitter como reação ao relatório final da CPI da Covid-19. *Revista Lumen*, 8(15), 53–78. <https://doi.org/10.32459/2447-8717v8n15.2023>

- G1. (2011). Pai abraça filho e é agredido por homofóbicos em SP. <https://glo.bo/oKFUhb>
- G1. (2014). Suspeito de espancar filho porque ele não quis cortar cabelo é preso no Rio. <https://glo.bo/1maJRBZ>
- Gerard, H. B. (1985). When and how the minority prevails. In S. Moscovici, G. Mugny, & E. Van Avermaet (Eds.), *Perspectives on minority influence* (pp. 171–190). Cambridge University Press.
- Gois, P., & Ferraz, J. M. (2021). Introdução ao pinkwashing: Representatividade e marcas engajadas. *RPCA – Revista de Pesquisa em Comunicação e Administração*, 15(2), 88–103. <https://doi.org/10.12712/rpca.v15i2.49768>
- Gomes, S. R., & Zamora, M. H. (2024). Negacionismo: Definições, confusões epistêmicas e implicações éticas. *Ciência & Educação*, 30, e24008. <https://doi.org/10.1590/1516-731320240008>
- Hernandez, A. R. C. (2022). Confluences between social representations theory and the psychology of active minorities. In C. P. de Sousa & S. E. Serrano Oswald (Eds.), *Social representations for the Anthropocene: Latin American perspectives* (pp. 87–107). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-67778-7>
- Jesus, J. G. de. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. EDA/FBN. <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%A8NEO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>
- Jesus, J. G. de. (2019). Xica Manicongo: A transgeneridade toma a palavra. *Revista Docência e Cibercultura*, 3(1), 250–260. <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.41817>
- Jodelet, D. (2015). *Loucuras e representações sociais* (2ª ed.). Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2011). *Os contextos do saber: Representações, comunidade e cultura* (2ª ed.). Vozes.

- Lemos, A. (2023). *Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea* [eBook Kindle]. Editora Sulina.
- Marková, I. (2006). Dialogicidade e representações sociais: As dinâmicas da mente (1ª ed.). Vozes.
- Mazzotti, A. J. A., & Campos, P. H. F. (2019). Cibercultura: uma nova “era das representações sociais”? In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (2ª ed., pp. 457–489) (Coedição com o Centro Moscovici-UFPe). Technopolitik.
<http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/TRS50anos2aEdRevDez19r.pdf>
- Ministério da Saúde. (2023). Relatório situacional do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena Yanomami (Anexo XXX).
- Ministério da Saúde. (2024, 3 de dezembro). *Hidroxiclороquina não é recomendada como tratamento precoce contra Covid-19*. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-com-ciencia/noticias/2024/novembro/hidroxiclороquina-nao-e-recomendada-como-tratamento-precoce-contrа-covid-19>
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7–32.
<http://pesquisaeducacaoufrgs.pbworks.com/w/file/fetch/60815562/Analise%20de%20conte%C3%BAdo.pdf>
- Moreira, G. E. (2022). Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+: vidas, representatividade e esclarecimentos. *Revista Temporis*, 22(2), 20.
<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>
- Moscovici, S. (1975). Reply to a critical note on two studies of minority influence. *European Journal of Social Psychology*, 5(2), 261–263.
<https://doi.org/10.1002/ejsp.2420050210>
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Zahar Editores.

- Moscovici, S. (1985). Innovation and minority influence. In S. Moscovici, G. Mugny & E. Van Avermaet (Eds.), *Perspectives on minority influence* (pp. 9–48). Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (G. Duveen, Ed.; P. A. Guareschi, Trad.; 5ª ed.). Vozes.
- Moscovici, S., & Pérez, J. A. (2007). A study of minorities as innovators. *European Journal of Social Psychology*, 37(4), 725–746. <https://doi.org/10.1002/ejsp.388>
- Moscovici, S., & Pérez, J. A. (2009). A new representation of minorities as victims. In F. Butera & J. Levine (Eds.), *Social exclusion* (pp. 82–103). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511804465.005>
- Moscovici, S. (2011). *Psicologia das minorias ativas*. Editora Vozes.
- Nedell, J. (2020). O corpo como arquivo — tensionando questões sobre história e memória trans. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, v. especial, 16–41. <https://ventilandoacervos.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Completa-v-especial-jul-2020.pdf>
- Nemeth, C. J. (1985). Compromising public influence for private change. In S. Moscovici, G. Mugny & E. Van Avermaet (Eds.), *Perspectives on minority influence* (pp. 75–90). Cambridge University Press.
- Nunes, L. F., Filho, T. L. L., Holanda, R. R., Barros, J. P. P., Miranda, L. L., & Antunes, D. C. (2023). Faces da necropolítica genderizada contra a existência transexual em comentários no Instagram. *Psicologia em Pesquisa*, 17. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2023.v17.35363>
- O Globo. (2014). Menino teve fígado dilacerado pelo pai, que não admitia que criança gostasse de lavar louça. <https://oglobo.globo.com/rio/menino-teve-figado-dilacerado-pelo-pai-que-nao-admitia-que-crianca-gostasse-de-lavar-louca-11785342>

- Oliveira, W. G. de. (2020). A historicidade do movimento LGBTQIA+: os direitos sexuais e a discussão sobre cidadania. In *Anais VII CONEDU – Edição Online*. Realize Editora.
<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67653>
- Pezatti, E. G. (1990). A gramática da derivação sufixal: os sufixos formadores de substantivos abstratos. *ALFA: Revista de Linguística*, 34. <http://hdl.handle.net/11449/107659>
- Prette, A. D. (1995). Teoria das minorias ativas: pressupostos, conceitos e desenvolvimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 11(2), 145–153.
<https://core.ac.uk/download/pdf/231212657.pdf>
- Rosa, G. A. M., & Santos, B. R. dos. (2015). Repercussões das redes sociais na subjetividade. *Temas em Psicologia*, 23(4), 913–927. <https://doi.org/10.9788/TP2015.4-09>
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Texto & Contexto Enfermagem*, 20(2), 143–144. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Sá, C. P. de. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. EdUERJ.
- Sansone, L. (2020). O sucesso e a crise da onda identitária no Brasil. *Revista de Antropologia*, 63(3), e178846. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.178846>
- Santin, T. R. (2023). *Influência social minoritária: entre conformismo e conversão* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo].
https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_14767_Tese%20-%20Thiago%20Santin%20-%20PPGP%20Ufes%20-%202023%20-%20final.pdf
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 15(2). <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>
- Segato, R. T. (1998). Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Sociedade e Estado*, 12(2), 235–262.
<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44155>

- Spadoni, L. (2011). Aspectos afetivos da justiça e injustiça e assimetrias entre temas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(2), 209–214. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000200017>
- Spizzirri, G., Eufrásio, R., Lima, M. C. P., Nunes, H. R. C., Kreukels, B. P. C., Steensma, T. D., & Abdo, C. H. N. (2021). Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Scientific Reports*, 11, Article 2240. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-81411-4>
- Superior Tribunal de Justiça. (2023). Sexta Turma estendeu proteção da Lei Maria da Penha para mulheres trans. <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/29012023-Sexta-Turma-estendeu-protecao-da-Lei-Maria-da-Penha-para-mulheres-trans.aspx>
- Tenório, L. F. P., & Máximo Prado, M. A. (2016). As contradições da patologização das identidades trans e argumentos para a mudança de paradigma. *Revista Periódicus*, 1(5), 41–55. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17175>
- Toneli, M. J. F. (2012). Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In A. M. Jacó-Vilela & L. Sato (Orgs.), *Diálogos em psicologia social* (pp. 147–167). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Villas Bôas, L. P. S. (2010). Uma abordagem da historicidade das representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*, 40(140), 379–405. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200005>